



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MÔNICA FERREIRA LIMA

Primeira Valorização do Café: Convênio de Taubaté (1906 – 1914)

Palmas – TO
2019

MÔNICA FERREIRA LIMA

**PRIMEIRA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ: CONVÊNIO DE TAUBATÉ
(1906 – 1914)**

Monografia apresentada à
UFT – Universidade
Federal do Tocantins –
Campus Universitário de
Palmas para obtenção do
título de bacharel, sob
orientação do Prof. M.e
Fernando Jorge Fonseca
Neves.

Palmas – TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L732p Lima, Mônica Ferreira.
Primeira Valorização do Café: Convênio de Taubaté (1906-1914) . / Mônica Ferreira Lima. – Palmas, TO, 2019.
99 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Ciências Econômicas, 2019.

Orientador: Prof.º M.e. Fernando Jorge Fonseca Neves

1. Valorização do Café. 2. Diplomacia americana. 3. Política brasileira . 4.
Caixa de Conversão. I. Título

CDD 330

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NOME: MÔNICA FERREIRA LIMA

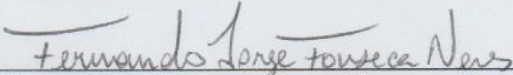
TÍTULO: PRIMEIRA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ: Convênio de Taubaté (1906-1914)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

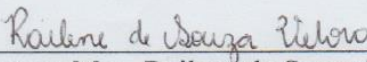
Orientador: Prof.º M.e. Fernando Jorge Fonseca Neves

Data de aprovação 16 / DEZEMBRO / 2019

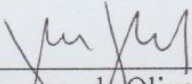
Banca Examinadora:



Professor M.e. Fernando Jorge Fonseca Neves
Orientador- UFT



Professora M.e.. Railene de Souza Veloso
Membro Convidado UFT



Professor Dr.º Nilton Marques de Oliveira.
Membro Convidado UFT

Dedico este trabalho a minha família e amigos pelo apoio e motivação que deram até aqui. Por sempre estarem comigo e me ensinarem a nunca desistir dos meus sonhos, este trabalho é a prova de que todo sonho pode ser realizado com empenho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por toda força, ânimo e coragem que me ofereceu para ter alcançado meu objetivo.

Agradeço a Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas, pela recepção e pelas condições que me proporcionou em questão de estrutura e apoio.

Agradeço ao Grupo PET-Economia da UFT, este trabalho teve início e fim dentro deste programa que ofereceu no eixo de pesquisa a possibilidade deste trabalho ter sido desenvolvido.

Ao Prof. M.e. Fernando Jorge Fonseca Neves, pela orientação, dedicação e empenho, prestando grande contribuição para que o trabalho pudesse dessa forma auxiliar outros pesquisadores desta área de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Célio Antônio Alcântara Silva, que contribui com os dados primários do trabalho e foi orientador no PIVIC nesta mesma área do trabalho, prestando informações valiosas para a realização deste trabalho.

A todos as pessoas que participaram diretas e indiretamente na elaboração deste trabalho familiares, professores do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins e amigos.

RESUMO

A Primeira Valorização foi um período da economia brasileira bastante importante para a compreensão do desenvolvimento do país. Devido à queda do açúcar e do algodão foi necessário um produto para prosseguir com o modelo agroexportador, porém, diferente dos outros produtos, o café já tinha uma consolidação mais firme, apesar de iniciar utilizando a mão de obra escrava e logo depois passar para a mão de obra assalariada, o que levou todo um procedimento e articulação. Além disso, uma série de interesses fazem com que ocorra modificações, interesses estes do Grande Capital Cafeeiro tinha maior poder político, acesso a crédito, e já tinha uma especificação maior que não era somente na lavoura de café, apesar de que sua especificação se deveu a constituição da lavoura cafeeira. No caso da Lavoura, esta obtinha sua renda somente da própria produção de café, ficava refém do capital mercantil, que comprava o café e podia revender por preços mais altos, realizando especulação, esta ainda não tinha acesso a crédito fácil como o Grande Capital Cafeeiro. Além disso, a principal preocupação era se o câmbio iria seguir o sistema financeiro da época, o padrão-ouro, isso levou a uma série de debates e fez com que a Caixa de Conversão fosse aprovada mais a frente depois do Plano de Valorização do Café, nos moldes do interesse da elite, que não intenção de desvalorização cambial, mas sim valorização cambial. A diplomacia americana apresenta seu ponto de vista não sendo favorável, sendo a maior consumidora, uma valorização tornaria os preços mais altos, levando o Brasil a oferecer tarifas preferenciais para os EUA para assim o plano ter uma melhor aceitação. O trabalho tem por objetivo entender como se deu este plano de valorização e como era a visão da diplomacia americana, se chegando à conclusão que a visão deles era de pessimismo, principalmente depois de terem a informação que São Paulo empreenderia sozinho o plano e também depois que o Brasil perde parceria com uma casa financeira que oferecia os empréstimos.

Palavras-Chaves: Valorização do Café. Diplomacia Americana. Caixa de Conversão.

ABSTRACT

The First Appreciation was a period of the Brazilian economy quite important for understanding the development of the country. Accepting the amount of sugar and cotton was needed in one product to run with the agro-export model, but different from other products, or coffee already had a firmer restoration, despite starting to use slave labor and soon after move to a salaried workforce, or that took a whole procedure and articulation. In addition, a number of interests cause changes to occur, the interests of Greater Coffee Capital had greater political power, access to credit, and already had a major change that was not only in coffee farming, although its use was due a constitution of the coffee crop. In the case of Lavoura, it gets its income only from its own coffee production, is recovered in the capital market, which includes coffee or bread retailer for higher prices, realism specification, has not yet had access to easy credit like Big Capital. Coffee tree. In addition, the main concern was the exchange rate following the financial system of the time, the gold standard, leading a series of debates and getting the Conversion Box approved later after the Coffee Appreciation Plan in the United States. molds of interest of the elite, who do not want currency devaluation but exchange appreciation. American diplomacy presents its view that it is not favorable, being the largest consumer, an appreciation of higher prices, leading Brazil to offer preferential prices to the US, so that the plan has a better use. The objective of this paper is to understand how this valuation plan came about and what the vision of American diplomacy was, if it came to a conclusion that was the vision of pessimism, especially after receiving the information that São Paulo undertakes alone and also after Brazil loses. Partner with a financial home that offers the loans.

Keywords: Appreciation of Coffee. American Diplomacy. Conversion Box.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 Objetivo Geral.....	10
2.2 Objetivos Específicos	10
3 METODOLOGIA.....	11
1ª Etapa: Pesquisa Exploratória	11
2ª Etapa: Revisão Bibliográfica	11
3ª.Etapa: Pesquisa Documental	11
4ª. Etapa; Tradução, leitura e análise documental	12
4 O MODELO AGROEXPORTADOR E CICLO DO CAFÉ.....	13
4.1 Economia Brasileira na Metade do Séc. XIX: impasses e opções	14
4.1.1 Possibilidade de crescimento com base nas exportações tradicionais	15
4.1.2 Mudanças no Nível da Economia Regional: decadência do Nordeste e ascensão do Sudeste	17
4.1.3 Considerações sobre a economia brasileira de meados do séc. XIX	19
4.2 Geração da Economia Cafeeira no Terceiro Quarto do Séc. XIX	19
4.2.1 Necessidade de novos produtos de exportação com dinamismo no mercado internacional	19
4.2.2 Deslocamento geográfico do centro dinâmico da economia brasileira.....	22
4.2.3 O surgimento de uma classe empresarial de novo tipo	25
4.2.4 Considerações sobre a geração da economia cafeeira	27
4.3 Desafios ao Estabelecimento da Economia Cafeeira: problema da mão-de obra e a criação de uma economia capitalista.....	28
4.3.1 Situação da força de trabalho pela metade do séc. XIX.....	28
4.3.2 Proibição do tráfico negreiro e a Lei de Terras de 1850	30
4.3.3 As possibilidades de solução doméstica para o problema da mão de obra: potencial no setor de subsistência e nas zonas urbanas	32

4.3.4 Encaminhamento para a solução via imigração	34
4.3.5 Considerações sobre a questão da mão de obra	37
5 ECONOMIA CAFEIRA BASEADOS NO TRABALHO ASSALARIADO: um regime específico de acumulação de capital	39
5.1 Equilíbrio Externo e Sistema Monetário Internacional de Padrão-ouro	39
5.1.1 O padrão-ouro clássico.....	39
5.1.2 Fragilidades do padrão-ouro.....	41
5.2 Padrão-ouro e Economias Primário-exportadoras sob Regime de Escravidão	44
5.3 Economia Cafeeira Baseada no Trabalho Assalariado: efeito multiplicador sobre o mercado interno	46
5.3.1 Impossibilidade de adaptação às regras do padrão-ouro.....	47
5.4 Considerações sobre a Economia Cafeeira Baseada no Trabalho Assalariado	49
6. PROBLEMÁTICA SUBJACENTE AOS CICLOS DO CAFÉ E A QUESTÃO DA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA DE INÍCIOS DO SÉCULO XX	50
6.1 Características dos Dois Primeiros Ciclos Identificados por Delfim Netto: relações entre preços internacionais do café, taxa de câmbio, e preços domésticos.....	51
6.2 Mudança Qualitativa do Terceiro Ciclo e a Questão da Superprodução: reduções nos preços internacionais deixam de induzir movimentos no mesmo sentido nos preços nacionais	52
6.3 Crises de Superprodução de Café e Economia Política de Inícios do séc. XX	56
6.3.1 Posições liberais	56
6.3.2 Posições Intervencionistas.....	58
6.4 A Solução Intervencionista: o Convênio de Taubaté.....	62
6.5 Considerações sobre economia política brasileira de inícios do século XX.....	65
7. INCURSO SOBRE A QUESTÃO DO ESQUEMA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ ATRAVÉS DE CORRESPONDÊNCIAS DIPLOMÁTICAS AMERICANAS DE 1906	67
7.1 Primeiros Apontamentos sobre a Questão da Valorização do Café: incredulidade por parte da diplomacia norte-americana e de agentes públicos brasileiros	67
7.1.1 Lei Orçamentária de 30 de dezembro de 1905 deixa estados cafeicultores com receio de eventuais compromissos financeiros no sentido da valorização do café.....	67
7.1.2 Governo de São Paulo parece decidido a levar a cabo o esquema, ainda que demais estados hesitem.....	71
7.1.3 Tradicional parceira para financiamento, a Casa Rothschild, de Londres, também se mostra incrédula relativamente ao projeto de valorização	72
7.1.4 Convenção de Taubaté: os três estados cafeicultores concordam com o esquema de valorização e assumem o compromisso em obter empréstimos em até 15 milhões de libras.....	73

7.1.4.1	Diplomacia norte-americana argumenta sobre clima de pessimismo com relação ao sucesso do projeto de valorização: Caixa de Conversão estaria colocando agentes públicos brasileiros contra o acordo.....	73
7.1.4.2	Presidente da República considera a Caixa de Conversão um desvio em relação à ideia original do projeto e se coloca em desacordo.....	76
7.1.4.3	Artigo da “Brazilian Review” considera que Congresso Nacional seria favorável à aprovação do plano do acordo.....	78
7.1.4.4	Até meio do ano de 1906, em julho, a diplomacia americana reitera seu pessimismo com relação ao esquema de valorização.....	80
1.5	Considerações sobre a incredulidade e receios em torno da política de valorização: Caixa de Conversão, câmbio, política monetária e risco financeiro	81
7.2	Tarifas Preferenciais Brasileiras sobre Produtos Norte-americanos como Condição para Aceitação do Plano de Valorização do Café	82
7.2.1	De hesitações iniciais à publicação do Decreto Presidencial que coloca em prática uma tarifa preferencial de 20% sobre uma lista de produtos importados dos EUA	82
7.2.2	Deliberações sobre instruções a serem passadas pelo Departamento de Estado à Embaixada Americana no Brasil em torno da decisão sobre redução tarifária brasileira a produtos norte-americanos	85
7.2.2.1	Expectativa do Departamento de Estado era mais otimista com relação à renovação da lista de produtos importados pelo Brasil dos EUA sob tarifas preferenciais	86
7.2.2.2	Departamento de Estado considera que uma elevação das tarifas gerais sobre importações brasileiras aumentariam o efeito da tarifa preferencial de 20% sobre importações norte-americanas.....	86
2.3	Considerações sobre as tarifas preferenciais brasileiras sobre produtos norte-americanos como condição para aceitação do plano de valorização do café	87
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS	90
	ANEXOS	93

1 INTRODUÇÃO

Para se entender o contexto da economia cafeeira é necessário compreender, antes, o modelo primário-exportador no qual o Brasil era inserido. O país segue um modelo de especificação de produção em um único produto de exportação, depositando todo o seu dinamismo econômico nas circunstâncias de variação de seus preços internacionais (FURTADO, 2005).

Assim, com acréscimos nos preços internacionais, gerados pela justaposição entre condições mundiais desfavoráveis de produção do café e um momento cíclico de prosperidade dos principais países consumidores, monta-se o estímulo para a expansão das plantações cafeeiras. Nas circunstâncias opostas, de superacumulação de plantios de café e redução na procura dos principais países consumidores, os preços internacionais do produto caem, desencadeando um período recessivo para a economia primário-exportadora (NETTO, 2009).

Os períodos recessivos não se manifestavam, apenas, na forma de uma destruição das condições financeiras de sustentação das lavouras, mas, numa recessão generalizada, pois, a perda de reservas cambiais impunha, no contexto do sistema monetário internacional de padrão-ouro, políticas monetárias recessivas, afetando todo o setor de mercado interno e a própria capacidade de arrecadação do Governo (FURTADO, 2005; MONTAGNER, 2011). À medida que estas circunstâncias se agravavam, o peso político pendia para a defesa da intervenção, de modo a salvar a lavoura cafeeira.

A primeira valorização da produção cafeeira passa por uma série de momentos importantes no estado de São Paulo, principal cafeicultor nacional, e em todo o Brasil, dada a importância do café para toda a economia nacional. Assim, surge o Tratado de Taubaté, um acordo entre os principais estados cafeicultores – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais -, que conseguiu solucionar, até 1914, os problemas de superprodução originados em 1906. O tratado tinha o triplice objetivo de valorizar o principal produto de exportação brasileira, promover a circulação de ouro, e, por fim, promover a fixação de uma taxa cambial (Projeto Nº 1 da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, de 1906).

O trabalho tem por objeto a descrição e a análise de um conjunto de correspondências trocadas entre agentes da diplomacia norte-americana no ano de 1906, principalmente, entre agentes do Departamento de Estado norte-americano e a Embaixada norte-americana no Brasil, notadamente interessados nos destinos do esquema de valorização então proposto pelo Tratado de Taubaté.

O trabalho se inicia com uma exposição do modelo primário-exportador para mostrar as circunstâncias como toda a economia brasileira se encontrava dependente de condições externas, que o país não podia controlar: os preços internacionais de seu, então, principal produto de exportação, o café. Procura-se discutir as diferenças entre o dinamismo econômico primário-exportador de mão de obra para o dinamismo de mão de obra assalariada, e como essa diferença modifica a capacidade de cumprir os atributos do sistema monetário internacional de padrão-ouro.

Nas correspondências da diplomacia norte-americana de 1906, fica patente a preocupação, compartilhada com vários agentes brasileiros de tendência política conservadora, com o esquema de valorização proposto. Durante todo o ano de 1906, acompanharam as circunstâncias políticas brasileiras em torno da política de valorização, com a esperança de que o esquema fosse negado pelas instâncias de decisão política brasileira.

A política de valorização encontra dois momentos distintos: o primeiro momento consistia da eliminação do café excedente do mercado internacional de modo a controlar a oferta em torno de um preço fixo. O segundo momento consistia em vender o café estocado logo que houvesse recuperação dos preços internacionais, de modo a recuperar o dinheiro adiantado no momento anterior e gerar retorno financeiro ao aplicador. A dificuldade estava na reunião dos recursos financeiros a serem aplicados no primeiro momento, e os riscos que isso oferecia ao aplicador, dada a incerteza do retorno.

Entre um momento e outro, o esforço financeiro, sob controle monetário de padrão-ouro, envolvia importantes preocupações cambiais e, por isso, resistência política. Apesar da trama que se desenvolve ao longo de todo o ano de 1906, encontrou-se uma solução, e o esquema de valorização foi adotado. Seu bom funcionamento dependeria da disposição em apoiar o esquema por parte dos Estados Unidos, pois, sua operacionalização passava por operações de valorização em solo americano. Por isso, seria promovida uma medida de tarifas preferenciais sobre importações brasileiras a favor de um conjunto de produtos norte-americanos.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Descrever e analisar as correspondências trocadas entre agentes da diplomacia norte-americana no ano de 1906 a respeito do plano de valorização do café brasileiro, considerando os condicionantes econômicos e políticos do Brasil que se articulavam quando do processo da primeira intervenção do Estado na produção cafeeira.

2.2 Objetivos Específicos

- Estudar as circunstâncias econômicas brasileiras do período primário-exportador após o advento da economia de mão de obra assalariada;
- Compreender as determinações macroeconômicas do sistema monetário internacional de padrão-ouro no contexto de economias primário-exportadoras de trabalho assalariado;
- Analisar a resistência da diplomacia norte-americana com o esquema de valorização do café brasileiro.

3 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2008) o método científico é definido como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos aderidos para se alcançar determinado conhecimento. Nesta pesquisa, utilizou-se de técnicas qualitativas com pesquisa exploratória, revisão bibliográfica e pesquisa documental, divididos em quatro etapas descritas abaixo.

1ª Etapa: Pesquisa Exploratória

A pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Constitui o primeiro passo de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é ainda bastante genérico, sendo necessário a delimitação, exige-se revisão da literatura (GIL, 2008). Marconi e Lakatos (2003) definem investigação para estudo empírico com o objetivo de formular questões para um problema a partir de três objetivos: desenvolver hipóteses, aumentar a afinidade do pesquisador com o fenômeno a ser investigado, de modo a realizar uma pesquisa futura mais precisa ou modificar conceitos.

O trabalho se iniciou no 2º período do curso, na atividade de pesquisa individual do grupo PET-Economia, partindo de uma abordagem mais ampla da economia brasileira depois para a Primeira Valorização do Café.

2ª Etapa: Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica tem a vantagem de permitir a investigação de uma ampla gama de fenômenos. Nesta etapa, utilizou-se livros, artigos, dissertações e teses, de economia brasileira após a independência do Brasil e o estudo de outros ciclos primário-exportadores além do ciclo do café. As referências foram selecionadas em estudos que abordam a questão da mão de obra, o cenário internacional, política nacional e questões sociais, sobre a intervenção na produção cafeeira.

3ª Etapa: Pesquisa Documental

A pesquisa documental tem suas semelhanças com a bibliográfica. Mas a principal diferença entre elas é que a primeira se debruça em aspectos ainda não analisados ou que

podem ser reelaborados de acordo com os objetivos que a pesquisa visa cumprir. O segundo são as contribuições de vários autores sobre o mesmo tema (GIL, 2008).

Nesta etapa foram selecionadas de fontes primárias para leitura e posterior análise. Os dados foram encontrados no Arquivo Edgard Leuenroth, que consiste de Documentos Diplomáticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, disponível na UNICAMP-SP, coletados pelo Prof.º Dr. Célio Antônio Alcântara Silva. O Documento do Convênio de Taubaté: Projeto N° 1, da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, aceito na câmara no dia 16 de maio de 1906 encontra-se no site do governo de São Paulo, disponível em:

http://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Republica/C_260C/0001_1906.pdf

4ª. Etapa: Tradução, leitura e análise documental

Nesta etapa realizou-se a tradução e análise dos documentos americanos, confrontando-os com a visão dos autores usados nos referenciais apresentados no decorrer do trabalho. Entre os micro filmes MR0082 e MR0123, foi utilizado apenas o primeiro, que trata das correspondências de 1906. As datas que vêm no nome de cada arquivo referem-se à data da primeira correspondência. No entanto, cada arquivo possui uma sequência de correspondências cujas datas seguem certa ordem.

Para facilitar a análise, todas as correspondências foram ordenadas por sequência temporal, de modo a melhor acompanhar e comparar com os acontecimentos nacionais.

Uma dificuldade encontrada decorre de documentos em mau estado de conservação, semiapagadas, que exigiram maior esforço de tradução. Os que se encontravam neste estado, quando manuscritas, não foi possível traduzir.

Este estudo constitui a primeira parte da análise dos microfilmes sobre as correspondências da diplomacia norte-americana. Contém apenas as correspondências do ano de 1906. Deverá ser completado, portanto, com os restantes microfilmes, que vão tratar da sequência do plano de valorização até próximo à década de 1920, trazendo um entendimento mais amplo do problema. Apesar de se utilizar no título de 1906-1914, se aborda somente os documentos de 1906, se utiliza essa linha temporal pelo fato de a Primeira Valorização do Café acontecer neste período e também, a pesquisa pretende avançar, analisando os dados do micro filme MR0123.

4 O MODELO AGROEXPORTADOR E CICLO DO CAFÉ

4.1 Economia Brasileira na Metade do Séc. XIX: impasses e opções

Na metade do séc. XIX, ocorria no Brasil uma série de transformações cuja característica dominante era a decadência ou a estagnação. As novas técnicas criadas pela Revolução Industrial entraram no país de forma escassa, e quando o fizeram, foi na forma de bens e serviços de consumo, sem afetar a estrutura do sistema produtivo. Além disso, o problema nacional básico era o da escassez de mão de obra, pois, com o fim do tráfico negreiro, tornara-se difícil expandir a força de trabalho do país. (FURTADO, 2005). Caio Prado (1970) aponta que, neste século, ocorre uma revolução que vai se organizar em torno de novas atividades produtivas, que podem ser observadas já no começo, mas só vão se desenrolar na sua segunda parte.

Como o Brasil não tinha técnicas próprias e ainda não havia formado capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, sua única saída no decorrer deste século seria o reingresso na expansão do comércio internacional (FURTADO, 2005). O país apresentava dificuldades em aperfeiçoar suas técnicas de produção, pois, sempre seguia o sistema de produção extensiva na agricultura, que exigia inversões vultuosas de capital e trabalho. O problema deste tipo de produção era justamente a degradação do solo que fazia que as terras antigas fossem substituídas por novas terras férteis e produtivas (PRADO, 1970). Além disso, as técnicas não eram aperfeiçoadas por um ser uma característica da colonização, em Portugal se apresentava essa mesma dificuldade em aperfeiçoamento de técnicas produtivas, desta forma sendo repassado para a colônia (FURTADO, 2005).

Outro problema era que não se podia educar a população ou os colonos de modo a aperfeiçoar suas técnicas de produção. Era custoso e seria ainda mais oneroso se modificasse o sistema, pois, exigiria reformas profundas, tanto econômicas quanto sociais¹.

Segundo Furtado (2005), forjar um desenvolvimento com base no Mercado Interno ou no Capital Estrangeiro só seria possível se o organismo econômico conseguisse alcançar algum grau de complexidade, que tenha por característica uma relativa autonomia tecnológica.

¹ Op. Cit.

Para tirar essa dependência do setor exportador seria necessário investimentos em indústrias e serviços localizados na zona urbana, mas, não havia indícios de que a urbanização tenha se acelerado no país nesse período. Também não poderia contar com capitais de fora, pois, a economia nacional se encontrava em fase de estagnação e, portanto, incapaz de atraí-los. Os poucos empréstimos que foram contraídos não alcançaram os objetivos almejados e agravaram a situação fiscal. As exportações se encontravam estagnadas e o se encontrava impossibilidade de aumentar impostos sobre importações. O serviço da dívida externa iria trazer sérias dificuldades fiscais, contribuindo para reduzir o crédito público².

Neste período em questão, os custos das campanhas contrarrevolucionárias nas décadas de 1820 a 1940 que ocorriam no Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul³, foram arcadas por empréstimos obtidos pelo governo brasileiro, e atingiram £ 4,8 milhões. Assim se o Brasil pretendia atrair capitais, os investidores privados estrangeiros viam de forma negativa as guerras civis, impactando diretamente nas suas decisões de investimentos no país, o que anularia o investimento estrangeiro direto no período (FENDT, 1977).

Para que um país pudesse atrair capitais externos no séc. XIX seria necessário apresentar projetos atrativos. No caso do Brasil, com uma economia estagnada, suas chances de conseguir esses recursos eram baixas. Portanto, para poder contar com o apoio do capital estrangeiro, o país deveria, primeiro, retomar o crescimento com os meios que tinha disponíveis (FURTADO, 2005).

4.1.1 Possibilidade de crescimento com base nas exportações tradicionais

A possibilidade de que as exportações de produtos tradicionais pudessem se recuperar na metade do século XIX eram baixas, pois, ocorria uma tendência declinante nos seus preços. O mercado do açúcar que, até então, era o principal produto exportado, ganhou um concorrente que era o açúcar da beterraba, desenvolvido no continente europeu durante as guerras napoleônicas (FURTADO, 2005).

² Op. Cit.

³ Pará e Maranhão: Revolta de Beckmann, devido a privilégios que companhias inglesas e holandesas tinham, quando o Pará e Maranhão estabelecem a companhia tendo os mesmos privilégios, isso provoca uma revolta (PRADO, 1970).

Pernambuco: Revolta de guarnições militares, estes grupos saquearam a cidade, isso se percebeu por outros anos (FURTADO, 2005).

Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso: Revoltas internas que durou anos Op. Cit.

Rio Grande do Sul: guerra civil que se estendeu por décadas Op. Cit.

O mercado inglês era abastecido pelo açúcar das colônias antilhanas e os EUA, mercado importador em mais rápida expansão, desenvolvia de forma ampla a produção açucareira da Luisiana. Além disso, surge no mercado do açúcar um novo supridor, com fretes bem baixos para os EUA: Cuba, que abriu seus portos ainda na condição de Colônia espanhola. Era o principal supridor do mercado norte-americano⁴.

Além disso, o açúcar de cana sofreu pesada taxaçaõ pelos principais importadores, e para compensar, os governos ofereciam prêmios aos produtores. A concorrência foi assídua, se chegou a ter acordos internacionais em matéria de produção econômica, mas estes mesmos acordos nunca chegaram a ser regularmente cumpridos. As colônias ainda conseguiram obter certas regalias nos mercados de suas respectivas metrópoles (PRADO, 1970).

No caso brasileiro, em meados do século XIX o país se encontrara em quinto lugar entre os produtores mundiais de açúcar, com menos de 8% da sua produção total. O declínio absoluto se daria em fins do século⁵.

O ciclo do ouro vai constituir um sistema relativamente integrado, cabendo a Portugal a posição secundária de simples entreposto, isso devido a maior parte do ouro ir para Inglaterra, por meio do Tratado de Methuer, no qual Portugal tinha privilégios na venda de vinhos no mercado inglês mas, quando a Inglaterra passa a ser a grande abertura dos mercados europeus a economia do ouro entra em decadência e não compensa mais para a metrópole seguir com o acordo. Ao Brasil o ouro possibilitou financiar uma grande expansão demográfica, que acabou trazendo consigo alterações fundamentais à estrutura da sua população. No último quartel do século XVIII, ocorreu a decadência da mineração do ouro no país (FURTADO, 2005).

O caso do algodão, segundo produto no ranking das exportações no começo do séc. XIX, era pior que o do açúcar. A produção de algodão dos EUA, integrada aos interesses da indústria têxtil inglesa, se beneficiava do rápido crescimento da procura, e com fretes relativamente baixos, utilização de mão de obra escrava, e grande disponibilidade de terras, consegue dominar o mercado mundial. Com a produção de algodão em grande escala nos EUA e sua transformação na principal matéria-prima do comércio mundial, ocorre uma redução nos seus preços a menos da terça parte, permanecendo nesse nível. Com estes preços a rentabilidade deste negócio no Brasil era extremamente baixa. Seria necessária a Guerra da Secessão e a exclusão temporária do algodão norte-americano do mercado mundial para que o

⁴ Op. Cit.

⁵ Op. Cit.

Brasil pudesse passar por uma etapa de prosperidade deste artigo no séc. XIX (FURTADO, 2005).

Finalmente, o fumo, os couros, o arroz e o cacau eram produtos menores, cujos mercados não admitiam grandes possibilidades de expansão. No mercado de couros, pesava cada vez mais a produção do Rio de Prata, e no do arroz, a norte-americana passava por fundamentais transformações nos métodos de cultivo. O fumo perdera o mercado africano com a eliminação do tráfico de escravos, sendo necessário conduzir o produto para outras regiões. O cacau, cujo uso começava a vulgarizar-se, constituía somente uma esperança⁶.

Assim o problema brasileiro consistia em encontrar um produto de exportação em que o fator básico fosse o uso da terra, que era o fator de produção abundante no país. A disponibilidade de capital era praticamente nula e a mão de obra era basicamente formada por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos do qual parte permanecia imobilizada na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos⁷.

4.1.2 Mudanças no Nível da Economia Regional: decadência do Nordeste e ascensão do Sudeste

O renascimento agrícola no sec. XVIII é impulsionado com a abertura dos portos, sobretudo nas regiões antigas do Nordeste, que se estendem do Maranhão à Bahia. Estas regiões voltam a ocupar a posição dominante perdida no passado devido ao ciclo da mineração (PRADO, 1970).

Este novo surto da região Nordeste, no entanto, não dura muito, pois, na primeira metade do séc. XIX, o Sudeste tomou a dianteira nas atividades econômicas do Brasil. O Nordeste, na segunda metade do séc. XIX, vai se encontrar decadente e estacionário, e o Sudeste vai estar em pleno desenvolvimento⁸.

A explicação para esta inversão é a decadência das lavouras tradicionais naquele primeiro setor, o que não acontece no Sudeste onde o café começa a predominar associado a grande disponibilidade de terras novas. Não seria apenas o esgotamento das terras de ocupação antiga do Nordeste a prejudicar aquela região, mas também a conjuntura internacional deixaria de lhe ser especialmente favorável, em virtude da concorrência que sofreu no caso da cana de açúcar. A região Nordeste do país, sofre portanto, não só com a

⁶ Op. Cit.

⁷ Op. Cit.

⁸ Op. Cit.

concorrência externa associado aos produtos de expansão tradicionais, mas também com a concorrência interna, já que a região Sudeste tinha abundância de novas terras novas e férteis que induziram ao deslocamento de populações para povoamento e a estabelecimento de novas atividades que se mostrassem mais rentáveis. Conseqüentemente, a disputa por mão de obra sob circunstâncias de terras esgotadas por uso extensivo e atividades de mercado também esgotadas pela concorrência internacional impunham um custo de mão de obra que inviabilizaria sua capacidade de expansão, levando a seu retrocesso⁹.

Enquanto os mercados internos locais se dinamizavam no Sudeste, outra questão que deve ser levada em consideração era que agentes coloniais executava leis que reduziram grande parte da população camponesa livre do Nordeste oriental à condição de despossuídos de terras e cativos. Esta intervenção do Estado português expropriou a população camponesa pobre e livre do acesso às terras devolutas que eram destinadas à produção de tabaco e algodão, ficando sujeitos a serem simples agregados e moradores de grandes unidades escravistas (COSTA, 2019).

Outras produções clássicas do Nordeste sofrerão igualmente: o algodão, que antes estava entre os grandes fornecimentos mundiais, será deslocado do comércio internacional pela produção norte-americana e oriental; e o tabaco perde mercado com as restrições impostas ao tráfico africano. O fim do tráfico, em 1850, agravou mais ainda a situação do Nordeste, que já estava abalada pela conjuntura internacional. Agora perdia também a mão de obra fácil e relativamente barata. A região Sudeste seria menos atingida, pois se encontrava em fase de crescimento e conseguia se refazer mais rapidamente (PRADO, 1970).

Com a prática de atividades mais lucrativas, o Sudeste resolveu seu problema de mão de obra importando escravos da região Nordeste, como também recorreu à imigração europeia. A região Nordeste não podia se beneficiar desta imigração devido às suas condições econômicas e o clima acentuadamente tropical pouco era atrativo¹⁰. Apesar do declínio do sistema econômico da região Nordeste, pode ser ressaltado que, o mesmo foi capaz ainda de produzir incrementos demográficos de forma significativa (COSTA, 2019).

Mas o que sobretudo favoreceu o Sudeste em contraste com o Nordeste é que nele se aclimatou admiravelmente a cultura de um gênero que se tornaria no correr do século XIX de particular importância comercial: o café (PRADO, 1970).

A extensa disponibilidade de terras ocasionada pelo crescimento das estradas de ferro, bem como a grande disponibilidade de mão de obra gerada pela maciça imigração,

⁹ Op. Cit.

¹⁰ Op. Cit.

foram condições favoráveis que levaram à acumulação e superprodução cafeeira (MELLO, 1982).

4.1.3 Considerações sobre a economia brasileira de meados do séc. XIX

De uma posição muito modesta nos primeiros anos do séc. XIX, destinado ao consumo interno de fazendas, o café vai ganhar importância com a sua introdução no mercado internacional. A libertação do mercado norte-americano em 1786 iria modificar a geopolítica do comércio do café, quando os EUA emergiriam como grande consumidor, e o Brasil, seu grande fornecedor.

As primeiras plantações importantes de café tiveram origem no Rio de Janeiro. Mas, à medida que o mercado internacional exigia, a produção expandia-se para o litoral-sul até encontrar no Estado de São Paulo condições excepcionais para seu cultivo. É a partir da expansão da produção no Estado de São Paulo que a cultura do café vai se tornar o ponto de inflexão da formação econômica do Brasil.

Junto com a produção do café, uma mudança fundamental ocorre: vai surgir uma classe de empresários nacionais que, além dos desígnios da produção, vão se preocupar com a comercialização e financiamento, tanto da produção, quanto da circulação do produto. Surge, com o café, um capital mercantil eminentemente nacional, o que mudaria o rumo de como os empresários nacionais se relacionavam com o processo de exportação e com a política. Disso, também, determina o jogo em torno do esquema de valorização do café em inícios do séc. XX. Considerado que o café segue o mesmo modelo agroexportador de anteriores, se considera que ele tem um efeito minimizador, no sentido de possibilitar a dinamização interna da economia, promovendo renda.

4.2 Geração da Economia Cafeeira no Terceiro Quarto do Séc. XIX

4.2.1 Necessidade de novos produtos de exportação com dinamismo no mercado internacional

Introduzido no país, o café não tinha tanta importância até os primeiros anos do séc. XIX: destinado ao consumo interno das fazendas e propriedades e sem valor comercial

relevante, não tinha expressão no balanço de pagamentos (PRADO, 1970). Em sua obra, Taunay (1939), cita que os primeiros grãos de café vieram de Caiena, na Guiana Francesa para o Pará, trazidos por Palheta que fez os transportes dos grãos em uma expedição onde João da Maria da Gama lhe deu instruções para que houvesse esforço em conseguir os grão de café e leva-los até Belém. João Maria da Gama, portanto, inspirou Palheta a introduzir o café no Brasil, trazendo com ele cinco mudas vivas e cerca de mil sementes.

Ainda que o café, ao tornar-se um alimento de luxo nos países do Ocidente, tenha estimulado a cultura nas colônias tropicais da América e Ásia, o Brasil só entraria muito tarde para a lista de grandes produtores. Em princípios do século XIX, ainda ocupava uma posição muito modesta. A explicação é que pelo destaque da mineração no século XVIII, a agricultura acabou ficando de lado, e o café era uma cultura, ainda, relativamente nova (PRADO, 1970).

Além das boas condições de produção do café, tanto em clima como em questão do solo, era um produto que estava ganhando importância no cenário internacional. Com a libertação do mercado norte-americano em 1786, quando as colônias inglesas da América do Norte, separam-se da metrópole, inauguram uma política econômica própria e independente dos interesses ingleses e europeus em geral¹¹.

Até então os grandes produtores de café foram as Índias Ocidentais que se encontravam sob o domínio direto ou indireto da Inglaterra, e a Insulásia, em particular, Java e Sumatra, colônias neerlandesas. Portanto, os principais centros que tinham o controle do comércio internacional do café, Londres e Amsterdam, davam caminho para o surgimento de um novo ator global: os EUA¹².

Na metade do Séc. XIX, o café já predominava no Brasil, produto cujas características de produção correspondiam às condições do país. Embora presente no país desde começos do séc. XVIII, era cultivada para fins de consumo local. Só ganharia notabilidade no fim do séc. XIX, quando ocorreria uma alta de preços devido a desorganização do até então grande produtor que era a colônia francesa do Haiti (FURTADO, 2005).

Inicialmente a produção se concentra na região montanhosa do Rio de Janeiro, por ter disponibilidade de recursos: ficava ainda próxima da capital do país, e, nas proximidades da região, existia mão de obra abundante devido a decadência da economia mineira¹³.

A elevação dos preços no último decênio do séc. XVIII determinaria a expansão da produção em várias partes da América e da Ásia. A expansão se sucedeu devido a um período

¹¹ Op. Cit.

¹² Op. Cit.

¹³ Op. Cit.

de preços mundiais declinantes de produto, que se estenderia pelos anos trinta e quarenta. Mas, ao contrário dos produtores da Ásia e do restante das américas, a baixa de preços não desencorajaria o produtor brasileiro, que encontrou no café a possibilidade de utilizar recursos semi-ociosos desde a decadência da mineração. A quantidade de café exportado mais que quintuplicou entre 1821-30 e 1841-50, mesmo tendo os preços médios reduzido em cerca de 40% durante todo este período¹⁴.

O decorrer do segundo, mas principalmente, o terceiro quartel do séc. XIX, constituem a fase de gestação da economia cafeeira. O uso de mão de obra escrava faziam-na assemelhar-se à produção açucareira. Mas apresenta um grau de capitalização bem mais baixo que a açucareira, pois, tem como base, quase que exclusivamente, o fator terra¹⁵.

Mello (1991), cita que a economia cafeeira surge como latifúndio escravista. Latifúndio, não só pelo fato de existir uma determinada repartição de terras prévia a sua formação. Surge como latifúndio principalmente porque, definindo sua produção como cada vez em massa e os preços dos recursos produtivos, as margens de lucros eram reduzidas, impondo uma escala mínima de produção lucrativa, funcionando desta forma como barreira a entrada. E como latifúndio escravista não só pela disponibilidade de escravos, mas, principalmente, tendo em vista a demanda externa e o investimento que era exigido, o trabalho escravo, era mais rentável, devido a superexploração.

O capital cafeeiro se imobiliza numa cultura permanente cujas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois, os equipamentos são mais simples e, quase sempre, de fabricação local. Seus custos monetários ainda são bem menores do que o da empresa açucareira, também baseada no trabalho escravo. Somente uma alta nos preços da mão de obra poderia interromper seu crescimento, no caso de haver abundância de terras (FURTADO, 2005).

No terceiro quartel do séc. XIX, os preços do café se recuperam de forma ampla, devido a um estoque de mão de obra subutilizada da economia de mineração, o que levou a recuperação dos preços, além disso, a desorganização da colônia francesa do Haiti ocasiona uma alta nos preços, enquanto os do açúcar permaneciam deprimidos, criando uma pressão no sentido de transferência de mão de obra do Nordeste para o Sudeste do país. Além disso, na sua primeira etapa, a economia cafeeira dispôs do estoque de mão de obra escrava

¹⁴ Op. Cit.

¹⁵ Op. Cit.

subutilizada da região da antiga mineração, e isso explica que seu desenvolvimento tenha sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços¹⁶.

No primeiro decênio do séc. XIX, a produção cafeeira já contribuía com 18% do valor das exportações do Brasil, se colocando em 3º lugar, depois do açúcar e do algodão. Nos decênios seguintes passa a primeiro lugar, representando mais de 40% do valor das exportações. Todo aumento do valor das exportações brasileiras, no decorrer da primeira metade do séc. XIX deve-se, exatamente, ao café¹⁷.

Os Estados Unidos, que já eram grandes consumidores de café, se voltaram para regiões livres da dominação britânica. O Brasil era favorecido em posição geográfica, e encontrava nos EUA seu principal mercado, quando o café se tornou, em meados do século, seu grande artigo de exportação, e os EUA absorviam 50% da produção (PRADO, 1970).

Embora os dados sobre as primeiras exportações de café não sejam muito seguros, alguns deles dão uma ideia da rapidez com que se desenvolveu a produção: o Rio de Janeiro, será, durante três quartos de século, o principal produtor. Em 1779, a exportação seria de 79 arrobas; em 1796, de 8.495 arrobas; e em 1806, chega a 82.245¹⁸.

No Sudeste, o café podia contar com grandes reservas de terras virgens e inexploradas, com solos produtivos, clima favorável, com temperaturas amenas e pluviosidade bem distribuída. Porém, na região Nordeste, a produção era pequena: Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia¹⁹.

4.2.2 Deslocamento geográfico do centro dinâmico da economia brasileira

O café tem seu ponto de partida na vizinhança próxima do litoral. As primeiras plantações se fazem nas montanhas que circulam o Rio de Janeiro, estendendo por seus vales (PRADO, 1970). O precursor do café no Rio de Janeiro seria João Alberto de Castelo Branco, trazendo as primeiras mudas de café em 1760. Trouxe cafeeiros pequenos do Maranhão e efetuou a plantação em sua horta (TAUNAY, 1939).

As plantações alongavam-se pela serra que acompanha o litoral e chega próximo do mar. Conforme se estendiam as plantações pelas as terras do Rio de Janeiro, ocupavam as encostas na altura de Angra- dos- Reis e Parati, chegando à região de São Paulo, em Ubatuba,

¹⁶ Op. Cit.

¹⁷ Op. Cit.

¹⁸ Op. Cit.

¹⁹ Op. Cit.

Caraguatatuba e São Sebastião. Esta faixa costeira, já no início do século passado, tornou-se uma importante zona produtora (PRADO, 1970).

Apesar do progresso do café em relação a outros gêneros, de início, encontrou dificuldades para se estabelecer: era uma planta delicada, com limites de temperatura para desenvolver-se (entre 5° e 33°), e requeria chuvas regulares e bem distribuídas, sendo ainda rigoroso com a qualidade do solo. Era uma planta permanente que precisava passar por todas as estações do ano, diferentemente do açúcar ou algodão. Esta planta só começava a gerar produto após 4 a 5 anos, exigindo um investimento de longo prazo para gerar resultados²⁰.

Emília Viotti (1998), cita que nas zonas cafeeiras havia redução de áreas dedicadas aos gêneros de primeira necessidade, se preferindo importa-los de outras regiões, para dessa forma se dedicar somente a plantação de café. O café oferecia maior margem de lucro, exigindo menos capital, os cuidados eram mais simples e estava menos sujeito a danos devido ao mau estado das vias de comunicação do que o açúcar.

Neste período, o grande cenário da lavoura cafeeira no Brasil é o Vale do Paraíba. Com condições de produções ideais, uma altitude que oscila entre 300 e 900 metros mantendo a temperatura, tendo uma latitude tropical, dentro dos limites adequados para a planta. A região é acidentada e possui encostas que podem protegê-la do vento. O Vale do Paraíba se tornou um centro concentrador de grandes lavouras e de população²¹.

Em meados do século XIX, se reúne ali a maior parcela de riqueza brasileira. Subindo pelo rio, os cafezais ocupavam, largamente, a parte oriental da província de São Paulo, e também tomavam uma vertente setentrional, se estendendo pela fronteira da região mineira (PRADO, 1970). Com a grande disponibilidade de escravos, disponibilidade de terras e preços lucrativos, esses requisitos não era problema para a acumulação cafeeira, na região do Vale do Paraíba, tem ainda a proximidade dos portos implicando em baixos custos (SILVA, 1992).

Até o terceiro quartel do séc. XIX, toda esta área que abrange a bacia do Paraíba e regiões próximas será o centro por excelência da produção cafeeira no Brasil, com base no Rio de Janeiro, tendo infraestrutura comercial, mas, logo viria seu declínio (PRADO, 1970).

A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo. Isto será particularmente sensível no caso que temos agora presente. Esses terrenos de fortes declives onde se plantaram os cafezais, não suportarão por muito tempo o efeito do desnudamento de florestas

²⁰ Op. Cit.

²¹ Op. Cit.

derrubadas e da exposição do solo desprotegido à ação das intempéries. O trabalho da erosão foi rápido (PRADO, 1970, p. 118)

Em pouco tempo se revelou os rendimentos descentes, enfraquecimento das plantas e o aparecimento de pragas destruidoras, e com isso, os abandono de culturas e a rarefação demográfica²².

Por esses motivos, a orientação geográfica passa a ser o Oeste da Província de São Paulo, tendo como centro Campinas e estendendo-se numa faixa para o Norte de Ribeirão Preto. Na região de Campinas já se tinha a cultura do café em suas proximidades por volta de 1800, mas com pouca importância²³. Ainda nesta região, com menos de 20 anos, as plantações de cana e outros gêneros alimentícios, que constituíram grande riqueza no passado, foram substituídos por cafezais. No ano de 1860, Campinas era rival de Bananal, que era o maior centro produtor de café (VIOTTI, 1998).

Taunay (1939), aponta que, em Campinas, o primeiro cafezal data de 1807 ou 1809, plantado pelo tenente Antônio Francisco de Andrade. As terras do chamado “norte paulista” disseminaram os cafezais. A razão para isso é de fácil compreensão, a proximidade das terras fluminenses, onde o sentido cafeeiro marchou de Mendanha para São João Marcos e Rezende, adentrando território paulista por S. José do Barreiro, Areia e Bananal.

Na segunda metade do século XIX, Campinas e suas proximidades se voltam com intensidade para a produção de café, e em pouco tempo, se torna o grande centro produtor do país. Com um relevo úmido que favorece a cultura que se estende em largas superfícies uniformes e ininterruptas, em contraposição com a região do Vale do Paraíba, que tinha irregularidade do terreno, a dispersão das encostas bem situadas com relação à exposição ao sol e ao abrigo contra ventos excessivos, espalharam os cafezais em pequenos núcleos separados e desarticulados entre eles (PRADO, 1970).

O café na região paulista concentrou uma maior riqueza e densidade econômica mais elevada. Apesar de ser plantado com o mesmo descuido do Rio de Janeiro, os cafezais paulistas sofreram menos com ações de agentes naturais. Alguns dos motivos são: a declividade menor do terreno, que ajuda a proteger o solo, conservando longamente sua qualidade; e a comunicação e transporte, bem mais ágeis nesta zona de topografia regular. Enquanto na região do Rio se estabelece de forma onerosa algumas vias férreas, a região de Campinas conta cedo com uma boa rede de estradas²⁴.

²² Op. Cit.

²³ Op. Cit.

²⁴ Op. Cit.

Outro importante efeito do deslocamento das plantações de café para o Oeste Paulista é que, agora, a maior e quase única fonte de riqueza do país é conduzida para a capital da província como seu novo empório, e não para o Rio de Janeiro. Através da capital de São Paulo, o café é orientado até o porto de Santos²⁵.

Os cafezais cobri-las-ão uniforme e monotonamente por superfícies que abrangem por vezes dezenas de Km² sem interrupção. Paisagem agrícola até hoje ainda quase única no Brasil, em regra tão irregular e desordenadamente explorado. Esta "onda verde" de cafezais, como se denominou a expansão da lavoura que então fundamentava a riqueza brasileira, marchará rapidamente, alcançando no penúltimo decênio do século a região do rio Mogi-Guaçu na sua confluência com o Pardo; aí se formará o núcleo produtor do melhor e mais abundante café brasileiro. O "café de Ribeirão Preto" (centro da região) se torna mundialmente famoso (PRADO, 1970, p. 120).

A marcha não se deterá, lançando-se a ocidente e internando-se: um pouco mais tarde, avança progressivamente para o Rio Paraná; e, sobretudo no séc. XX, ocupa o centro e o extremo oeste da província (Estado após a proclamação da República em 1889)²⁶.

No caso do estado de Minas Gerais, comparado a região do Oeste Paulista, sua produção de café é reduzida. Isso é caracterizado pelo pequeno espaço geográfico ocupado pelo café, não sendo mais de 5% do território mineiro, e ainda as reduzidas chances de expansão da fronteira a partir de 1890 (LANNA, 1986).

4.2.3 O surgimento de uma classe empresarial de novo tipo

A lavoura cafeeira concentra, por volta do séc. XIX, três quartos de toda a riqueza do Brasil e portanto ganha influência política. O país se torna o maior produtor mundial com quase monopólio, e o café alcança mais de 70% do total de exportações. Esta posição daria origem a uma Aristocracia Cafeeira com peso nas decisões do país. Portanto, São Paulo tinha grande peso político no país (PRADO, 1970).

Esta etapa de gestação da economia cafeeira é formada por uma nova classe empresarial que desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país. A classe se forma, inicialmente, com homens da região, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, que representava o principal mercado consumidor do país e cujos hábitos de consumo haviam se transformado a partir da chegada da corte portuguesa (FURTADO, 2005).

²⁵ Op. Cit.

²⁶ Op. Cit.

O abastecimento deste mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos da população rural que haviam se localizado no Sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração. A base da atividade econômica nessa parte do país era o comércio de animais para transporte, que acabou dando origem a um grupo de empresários comerciais locais²⁷.

Segundo Perissinotto (1994), desde o período colonial, prevalece em São Paulo a riqueza dos homens de negócio e mercadores de animais e escravos, responsáveis pela acumulação de riqueza anterior ao do desenvolvimento da lavoura cafeeira de exportação. São eles que dariam origem ao grande fazendeiro, com capital suficiente para diversificar seus investimentos na medida que a economia cafeeira se tornava mais complexa.

Muitos desses homens, que haviam acumulado algum capital no comércio e no transporte desses gêneros, passariam a ter interesses pela produção de café, vindo a fazer parte da vanguarda do capital cafeeiro. Portanto, esta vanguarda seria formada por homens com experiência comercial que empreenderiam um entrelaçamento entre as etapas da produção e os interesses do comércio do produto de modo a exercer controle sobre o capital mercantil. Esta classe se formou numa frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica, etc. (FURTADO, 2005).

Com efeito, Perissinotto (1994) aponta que, no caso da economia cafeeira, se exigiria o desenvolvimento de um setor de infraestrutura como condição de sua viabilização. Para este tipo de produção, em constante crescimento, era necessário um sistema financeiro relativamente avançado. O autor divide em duas classes os empresários do café: o da “Lavoura”, ligado diretamente à produção do café; e o do “Capital Cafeeiro”, que se desenvolveu através do conjunto de atividades que integra todo o Complexo Agroindustrial cafeeiro e sua infraestrutura. No caso do Capital Cafeeiro, tinha origem dupla: rural e mercantil. Não se pautava apenas no comércio de gado, escravos ou animais de carga, mas, também no açúcar. Inclusive, sua origem rural vai se encontrar nas lavouras de açúcar.

...elite ligada aos negócios do café, não é aquela que tem suas atividades econômicas vinculadas essencialmente ao setor agrário, de produção do café, mas sim os homens que, muito além da produção, se articulam com o mercado internacional de trocas pelo capital mercantil, ou seja, a elite cafeeira é aquela que tem seus negócios diversificados pelas atividades do complexo cafeeiro e, mais importante, que possui ligações com o capital mercantil internacional (TORELLI, 2004, p.44).

²⁷ Op. Cit.

A aproximação com a capital do país constituía uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira, que compreenderam, de forma prematura, a enorme importância que o governo tinha como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República (FURTADO, 2005).

O governo central estava submetido a interesses demasiadamente heterogêneos para responder com a necessária prontidão e eficiência aos chamados dos interesses locais. A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político administrativa. Mas não é o fato de que hajam controlado o governo o que singulariza os homens do café. É sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. E por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos (FURTADO, 2005, p. 118).

Segundo Perissionotto (1994), os membros do Grande Capital Cafeeiro, eram igualmente banqueiros e exportadores, no segundo, sendo aliados do capital estrangeiro e obtendo lucros advindos da especulação comercial e como banqueiros tinham acesso pessoal ao crédito.

4.2.4 Considerações sobre a gestação da economia cafeeira

Nos primeiros anos do séc. XIX o café não tinha tanta importância, sendo destinado para consumo interno de fazendas. Apesar do estímulo de produção de café em regiões da América e Ásia o Brasil entra tarde para a lista de grandes produtores, ocupando uma posição muito modesta em princípios do sec. XIX. A libertação do mercado norte-americano em 1786, possibilitou que o Brasil pudesse exportar café para este país, já que o EUA buscava interesses próprios independentes dos interesses ingleses e europeus. Quando ocorre a alta dos preços devido a desorganização do grande produtor, uma colônia francesa do Haiti, o Brasil ganha notoriedade no fim do séc. XIX. Mesmo ocorrendo baixas nos preços o produtor de café brasileiro não desencorajado a produzir, pois tinha grande disponibilidade de terras e mão de obra devido a decadência da mineração.

Enquanto os preços do café se recuperava no terceiro quartel do séc. XIX, os do açúcar permaneciam baixos, estabelecendo assim a transferência de mão de obra da região Norte do país para a Sul. Os EUA era o principal consumidor do café brasileiro, em meados do século e absorveu metade da produção.

Apesar do café chegar primeiro em Belém do Pará, sendo utilizado mais para consumo local. As primeiras plantações da grande produção de café se iniciam no Rio de Janeiro, próximo a parte litoral em regiões montanhosas e conforma vai se ocupando esta região se chega em São Paulo.

De início o grande cenário da lavoura cafeeira é o Vale do Paraíba, sendo durante três quartos do século XIX o principal produtor de café. Com condições ideais para o plantio do café, região acidentada e tendo encostas que protegem do vento. Em todo este período, esta região reúne a maior parcela da riqueza brasileira até chegar no seu declínio. Não sendo diferente das demais culturas, o acelerado esgotamento das reservas naturais fez com que os rendimentos passassem a ser descrentes com o tempo.

A orientação geográfica muda mais precisamente para a região de Campinas e se estende até Ribeirão Preto. Nesta região o relevo úmido favorece a produção e a cultura se estende em superfícies uniformes diferente da região do Vale do Paraíba, com irregularidades no terreno. O café da região paulista concentrou grande riqueza, e ainda era plantado com o mesmo descuido do Rio, mas os cafezais de São Paulo sofreram menos com os agentes naturais. Além disso, em São Paulo a questão de ferrovia e porto era mais desenvolvido que no Rio de Janeiro.

Com toda essa concentração de riqueza e obtendo quase um monopólio mundial, São Paulo ganha notoriedade política tendo poder de decisão no país. O comércio de animais para transporte e escravos formou um grupo empresarial que foi capaz de acumular um capital prévio, mais tarde formando fazendas de café e ampliando esse capital acumulado. Se aproximando do capital do país os dirigentes da economia cafeeira estavam portanto com vantagem, tendo controle e alcançando objetivos de seus interesses que eram bem definidos. Tendo a consciência clara de seus interesses eles se destacam em relação a grupos dominantes anteriores.

4.3 Desafios ao Estabelecimento da Economia Cafeeira: problema da mão-de obra e a criação de uma economia capitalista

4.3.1 Situação da força de trabalho pela metade do séc. XIX

Na metade do séc. XIX a força de trabalho da economia brasileira era formada por uma massa de escravos que não alcançava 2 milhões de indivíduos. O primeiro censo

demográfico mostrou que no ano de 1872, existia aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Sabendo no que começo do século o número de escravos era de 1 milhão, e que nos primeiros 50 anos do século se importou meio milhão, se pode deduzir que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade (FURTADO, 2005).

Outro país que começou neste mesmo início de século com 1 milhão aproximadamente de escravos foram os EUA. Mas as importações brasileiras no decorrer do século foram 3 vezes maior do que dos EUA²⁸. Ao iniciar a Guerra da Secessão (1861-1865), os EUA tinham uma força de trabalho escravo de cerca de 4 milhões, enquanto o Brasil, no mesmo período, tinha algo em torno de 1,5 milhão. A explicação está na elevada taxa de crescimento vegetativo da população escrava nos EUA, que viviam em propriedades pequenas nos estados do chamado Old South, com condições de alimentação e de trabalho relativamente favoráveis. Ainda ocorriam transferências de escravos dos chamados estados vendedores para os compradores, que teria alcançado 742 mil indivíduos. Os escravos americanos nascidos no país apresentavam mais vantagens, pois, estavam culturalmente integrados nas comunidades de trabalho, tinham melhor alimentação, conhecimento da língua, etc²⁹.

Com o enfraquecimento das exportações e o fim do tráfico africano, se estabelecia condições para o aumento da população escrava, já acostumados com o clima e com maiores imunidades a enfermidades, diminuindo a taxa de mortalidade e aumentando a de fecundidade, de forma relativa (CARDOSO, 1983).

Já no caso brasileiro, o motivo pelo qual a taxa de mortalidade era superior à de natalidade era as condições serem extremamente precárias. Com o crescimento da demanda na região sul para as plantações de café, o tráfico interno foi intensificado devido aos prejuízos das regiões que já estavam operando com rentabilidade menor. A decadência das regiões de produção do algodão sofreram maior escoamento de escravos para o sul. No caso do açúcar, por ser mais bem capitalizado, conseguiu se defender melhor. Além disso, a redução da entrada de africanos no país e a elevação do preço dos mesmos acabou por provocar uma maior intensificação na utilização da mão de obra e, conseqüentemente, um desgaste ainda maior na população escrava (FURTADO, 2005).

Até 1850, a taxa de crescimento era negativa, resultado da alta taxa de exploração que estava submetido o escravo. O trabalho era de 15 à 17 horas, a alimentação era pouca e desequilibrada, condições de habitação e higiene precárias, para se alcançar as altas taxas de

²⁸ Op. Cit.

²⁹ Op. Cit.

crescimento, seria necessário que houvesse redução na taxa de exploração o que por consequência diminuiria a taxa de lucro da economia cafeeira (MELLO, 1991).

Em 1856, a lavoura nordestina, deixou de se interessar pela proibição do comércio inter-regional de escravos. Se inicia uma segunda fase deste tráfico, e ficou mais evidente em 1870. Com a crise agrícola da região Nordeste, se passa a ver o tráfico interno como um recurso para financiar as perdas que a lavoura tinha (SILVA, 1992).

Do ponto de vista da mão de obra escrava, em 1836, o número de escravos representava cerca de 27% da população da Província, concentrando na região do Vale do Paraíba e o Litoral Norte, com 37%. Sendo estas duas as regiões mais prosperas da Província, sendo a segunda voltada para a produção de açúcar e a primeira café. Em 1870, São Paulo tinha um população escrava 32,6% (SILVA, 1992).

4.3.2 Proibição do tráfico negreiro e a Lei de Terras de 1850

Com a pressão para o fim do tráfico negreiro de origem africana única fonte de imigração de mão de obra, começa a se agravar a questão da disponibilidade de braços e se passa a demandar uma solução (FURTADO, 2005). Além da questão da mão de obra, outro problema também merece destaque, como a elevação dos custos de transportes, à medida que se fosse adentrando o interior de São Paulo, a economia cafeeira enfrentaria a carência de trabalho escravo (MELLO, 1991).

As evidências são muitas de que havia um temor das oligarquias cafeeiras, e mesmo de alguns segmentos de outras oligarquias, como as nordestinas vinculadas à economia açucareira, de que a cessação do tráfico internacional de escravos, e a conseqüente agonia da escravidão, gerasse uma grave escassez de mão de obra no Brasil. Esse temor acabou se transformando numa grande questão da política nacional sintetizada no clamor das oligarquias: faltarão braços nesse país para gerir a economia cafeeira! (BRITO, 2002, p.01).

Surge a Lei de Terras, representando o poder político que a classe econômica exerce nas decisões do país, aparecia como algo urgente e necessário, enquanto forma de substituir os braços escravos e contornar o problema de mão de obra gerado pela suspensão do tráfico, em uma sociedade que não via o escravo como um trabalhador, mas sim como um instrumento de trabalho (GADELHA, 1989). O objetivo era incentivar a colonização através da atração imigrantes para adquirirem terras devolutas. A possibilidade residia na distribuição de terrenos pertencentes ao Estado, fragmentados em pequenas propriedades, desse modo a torná-las acessíveis as poupanças dos colonos após alguns anos de trabalho nas grandes

lavouras em regime de trabalho assalariado. A venda desses lotes iria subsidiar a vinda de mais colonos.³⁰

O marco do início do capitalismo no Brasil foi a Lei que aboliu o tráfico (04-09-1850) e a Lei de Terras n.º 601 (18-09-1850). A Lei de Terras tinha a intenção de destruir antigas formas de apropriação do solo, como afirma o deputado Barbosa: “A terra deve adquirir valor e os proprietários renda”. A Lei fixava o preço da terra para os posseiros, mas desconsiderava os roçados simples como característica de posse. Portanto, ao mesmo tempo que se restringia a pequena propriedade, preservava a estrutura da propriedade. A Lei tinha outro objetivo, que era a substituição dos braços escravos, pois, o custo do escravo e da sua exploração estava alto, consequência do fim do tráfico, como foi citado³¹.

Para os objetivos capitalistas, era necessário que o acesso ao solo fosse dificultado aos ex-escravos e trabalhadores nativos, de modo a obstruir sua capacidade de produzir seus próprios meios de subsistência, obrigando-os a condicionada obtenção destes meios à relação de trabalho assalariado³².

Em 1854, é regulado o decreto N.º 1.318, com o objetivo de regular a Lei de Terras com instrumentos legais que propiciavam concentração de propriedade. Este decreto permitiu a mediação, revalidação e legitimação da propriedade, separando as terras de domínio público das de domínio privado e expulsando os posseiros. Grande parte desses proprietários não podiam pagar o preço do registro de suas terras³³.

Havia uma contradição interna na Lei de Terras de 1850: suas medidas conciliatórias limitavam a sua efetividade. Se atendia aos interesses dos grandes proprietários exigindo a restrição ao acesso à terra para imigrantes e, assim, garantir que seus braços estivessem disponíveis à grande lavoura, por outro lado, a lei ensejava incentivar a imigração espontânea de estrangeiros com a finalidade de deixar de comprometer o escasso orçamento imperial para trazer imigrantes com a promessa de certa porção de terra. A primeira contradição portanto, reside no fato de que a promessa de terras para atrair imigrantes era um mecanismo que indispunha sua mão de obra para a grande lavoura – o que não resolvia o problema original de falta de braços (SANCHES, 2008).

Outra dificuldade foi a demarcação de terras, o governo imperial só poderia demarcar terras devolutas, quando o governo provincial marcasse suas terras particulares, portanto, o

³⁰ Op. Cit.

³¹ Op. Cit.

³² Op. Cit.

³³ Op. Cit.

governo imperial ficava sujeito a província. A Lei de Terras ficava comprometida sendo centralizada a atuação do governo provincial³⁴.

No final do império um decreto N.º 6.129 de 23/02/1876, substituiu repartições especiais por inspetorias especiais nas províncias entregando a fiscalização de colônias e comissões de mediação. O governo elimina a intermediação dos Presidentes das Províncias na demarcação, a comunicação passa a ser direta entre o Ministro da Agricultura e inspetorias de província. Apesar desta inspetoria ter como objetivo a demarcação em área com maior suspeita de quantidade de terras devolutas para a colonização, os resultados esperados não são alcançados. Em um relatório assinado por um Tenente – Coronel, se entende que a política de terras se alinhou a barões proprietários de diferentes setores agrários. Todo o império permaneceu sem o mapeamento de terras devolutas, continuando dessa forma, as invasões e apropriações sobre elas³⁵.

“A imigração internacional foi agraciada na lei pelas vantagens que foram concedidas a pequena propriedade necessária para a colonização europeia. O Governo do império já tinha entregue às companhias de colonização grande parte das Províncias do Sul” (BRITO, 2002, p.8).

4.3.3 As possibilidades de solução doméstica para o problema da mão de obra: potencial no setor de subsistência e nas zonas urbanas

Celso Furtado (2005), introduz determinantes tecnológicos no tratamento da questão da disponibilidade de mão de obra. Segundo este autor, para compreender a natureza deste problema é necessário observar as características e a forma como ocorria a expansão econômica. Enquanto economias industrializadas fundavam suas dinâmicas na inovação tecnológica, propiciando deslocamento de mão de obra entre atividades e processo de urbanização, com o desenvolvimento da medicina incrementando o crescimento vegetativo da população, o Brasil, diferentemente, tinha o crescimento econômico pautado no processo extensivo com base na terra. Por este motivo, a expansão econômica carregava a necessidade de incorporação de mão de obra, à medida que aumentos da produção impunham a ocupação de novas terras.

Em economias europeias em processo de industrialização no séc. XIX, a renovação tecnológica adentrava sucessivos segmentos do sistema econômico, desagregando as

³⁴ Op. Cit.

³⁵ Op. Cit.

estruturas pré-capitalistas existentes – muito rápida, numa primeira etapa -, e liberando mão de obra para suprir o setor mecanizado em expansão e, ainda, gerar uma oferta de mão de obra capaz de exercer forte pressão sobre os salários. No caso brasileiro, o crescimento era puramente em extensão (e não em tecnologia). Consistia em ampliar a utilização do fator disponível – a terra – mediante a incorporação de mais mão de obra. ³⁶A Inglaterra pressionava o sistema escravista brasileiro em meados do séc. XIX, para adaptar-se ao liberalismo econômico, que tinha novas exigências, impondo o fim do tráfico negreiro, o Brasil, porém, tinha escassez em questão do trabalho livre (DELGADO, 2009).

Internamente, a questão envolvia saber o quanto de mão de obra o setor de subsistência podia disponibilizar. Este setor estava disperso, sobretudo, pelo extremo sul do país e era baseado na pecuária e agricultura de técnica rudimentar. Sendo a terra abundante, o uso por ocupação não gerava pagamento de renda. Na economia de subsistência cada unidade familiar ficava responsável pela produção de seus próprios alimentos. Porém, o “homem da roça” estava ligado a um grupo maior formando quase sempre por outros pequenos pecuaristas, todos centrados em torno dos interesses sazonais de um grande proprietário da terra. Dentro deste grupo existem uma série de funções para serem desempenhadas, de natureza econômica ou não, recebendo uma pequena remuneração que cobre gastos mínimos. Na roça, o sistema é de exclusivamente de subsistência, e na unidade maior, é misto (FURTADO, 2005).

Com o crescimento do sistema de subsistência, tende a reduzir-se a importância relativa da faixa monetária. Sendo a economia de subsistência simplória, eram necessárias técnicas agrícolas mais avançadas para transitar ao setor de mercado. Devido a economia de subsistência ser dispersa, o recrutamento da mão de obra mobilizada pelos grandes proprietários de terras, era difícil. Mas o que dificultava que essa mão de obra estivesse disponível era, sobretudo, o sistema político que representava as relações entre as famílias do setor de subsistência e o grande proprietário que tinha interesse em suas presenças ali. ³⁷Depois de 1850, ocorre a legalização dessas propriedades com a criação da Lei de Terras, reforçando o vínculo de dependência dos trabalhadores do setor de subsistência com os grandes proprietários (DELGADO, 2009).

No setor de subsistência, as relações sociais de propriedade fundiária com a mão-de obra, haviam se estruturado à margem do escravismo, permanecendo desta forma intactos

³⁶ Op. Cit.

³⁷ Op. Cit.

após a abolição, portanto, a transição para o trabalho assalariado, no caso do Brasil, foi a mais longa do continente americano³⁸.

Por outro lado, a mão de obra nas zonas urbanas, sem ocupação permanente, dificilmente se adaptavam ao sistema agrícola e às condições de vida em grandes fazendas, não se colocando como uma solução viável para o problema de mão de obra (FURTADO, 2005). Nos termos demográficos, a população das províncias no Nordeste, era de 46,5% da população brasileira, em 1872, o setor de subsistência era concentrado no semiárido. Com o fenômeno das grandes secas nesta região e a questão das mudanças de mão de obra, o problema da oferta de trabalho era tão grave, que imediatamente ela não se articula com a demanda paulista devido à expansão cafeeira. Primeiro, é uma imigração de sobrevivência para os centros urbanos da região Nordeste, depois se estabelece uma migração organizada para a região Norte, para extração de borracha (DELGADO, 2009).

4.3.4 Encaminhamento para a solução via imigração

Como já foi mencionado anteriormente, a região Sudeste do país consegue resolver parte de seu problema de mão-de-obra importando escravos da região Nordeste. Mas também recorreu à imigração europeia, por ter condições econômicas mais favoráveis e um clima mais atrativo aos colonos europeus (PRADO, 1970).

No período de 1872-1920, a população do Nordeste tem uma queda de 46,5% para 36,7%, enquanto nos estados do Sudeste a população tem crescimento de 40,7% para 44,6% (DELGADO, 2009).

A solução de recrutamento de mão de obra interna não teve evolução. Foi pensado em recrutar mão de obra asiática em regime de semi-servidão, como foi feito nas índias Ocidentais inglesas e holandesas, também sem sucesso (FURTADO, 2005). Por exemplo o caso da imigração chinesas, Yamamura (1996) cita que este tipo de mão de obra era vista como uma fase intermediária na transição, porém, ocorria instabilidades políticas no Brasil, por falta de gerencia de algumas potências ocidentais e de experiências anteriores que fracassaram em introduzir chineses no Brasil, que eram submetidos a condições precárias e desumanas, levando a denúncias que de eram submetidos a regime de escravidão, portanto, a imigração chinesa não vigou.

³⁸ Op. Cit.

Então, se iniciou o processo de imigração europeia, desde antes da Independência. Ainda assim não contribuíam para resolver o problema da mão de obra no país. Ocorria que a questão essencial era aumentar a força de trabalho disponível para a grande lavoura. Porém, não existia precedente, no continente, imigração de mão de obra livre de origem europeia para trabalhar em grandes plantações³⁹.

No caso dos EUA, a solução veio da forte intensificação no crescimento da população escrava. A imigração europeia não tinha relação com a necessidade de mão de obra nas plantações, mas, com a colonização de terras para a exploração própria o que possibilitou essa imigração foi a baixa nos preços de passagens que conseguiam nos navios cargueiros e sem cargueiros. Com base econômica diversa, os colonos europeus do Norte dos EUA encontravam importante mercado consumidor na renda propiciada pelo desenvolvimento das plantações do Sul que, sob regime de escravidão, visava a exportação rumo aos mercados europeus industrializados⁴⁰.

As colônias europeias criadas no Brasil necessitavam de fundamento econômico. Era uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda (FURTADO, 2005, p. 126).

Para que as colônias chegassem a obter êxito, seria necessário que se dedicassem a atividades produtivas rentáveis. Podia seguir duas linhas: produção de artigos de exportação ou de artigos de produção interna. No setor exportador, a produção era organizada em grandes plantações, exigindo um capital que não era acessível aos colonos na sua fase de instalação. E ainda iriam concorrer com empresas de café já estabelecidas que faziam uso da mão de obra escrava. Ademais, a classe dos cafeicultores não tinha qualquer interesse em subsidiar aquele tipo de imigração que não resolvia o problema da mão de obra em suas plantações. Portanto, as opções de produção para os imigrantes colonos era no setor de mercado interno, que encontrava demanda derivada na renda do setor de exportação (FURTADO, 2005).

Reconhecendo que a política de colonização do governo imperial em nada contribuía para solucionar o problema da mão de obra da grande lavoura, a classe dirigente da economia cafeeira passou a preocupar-se diretamente com o problema. Em 1852 um grande plantador de café, o senador Vergueiro, se decidiu a contratar diretamente trabalhadores na Europa (FURTADO, 2005, p. 128).

³⁹ Op. Cit.

⁴⁰ Op. Cit.

A ideia era que o governo financiasse parte do pagamento futuro, que era o preço da passagem da família. Este sistema não tinha um tempo fixado, sendo que ocorria a degeneração, sendo assim um servidão temporária. O colono ainda firmava um contrato no qual não podia abandonar a fazenda até pagar sua dívida. Se percebe dessa forma os abusos e o isolamento que viviam os colonos, sendo o fazendeiro a fonte de poder político. Logo o país sofreu denúncias de que os colonos eram submetidos a regimes de escravidão disfarçada, levando à intervenção de países europeus⁴¹.

Mello (1991), afirma que a intenção dos fazendeiros era de manter os colonos em condições precárias para não fomentar concorrentes. Os colonos tinham interesse em se tornar proprietários, encarando sua condição atual como uma etapa.

Os contratos firmados eram bem rígidos, devido a interesses dos proprietários em recuperar os investimentos realizados para trazer o imigrante. Os colonos tinham chance de voltar a suas terras de origem, devido ao grande peso dos endividamentos. O interesses do capital cafeeiro era de submeter o imigrante a exploração que era imposta ao escravo através de leis de locação de serviços (BRITO, 2002).

Nos anos sessenta a questão da oferta de mão de obra se tornou grave. As melhoras nos preços do café tornou o mercado atrativo, mas, a concorrência do algodão provocada pela Guerra de Secessão nos EUA deu início a forte expansão nos estados do Norte, restringindo o tráfico de escravos para o Sul. Dessa forma, foram necessárias novas medidas, a começar pela mudança na forma de pagamento ao colono. O regime era de parceria, sendo a renda do colono incerta, cabendo metade do risco a ele e metade ao latifundiário. Em caso de perda de colheita podia acarretar miséria ao colono (FURTADO, 2005).

O segundo problema a exigir solução era o do pagamento da viagem. Obrigando-se o colono a indenizar os gastos de viagem, seus e de sua família, era inevitável que se suscitasse nele o temor de que sua liberdade futura estaria comprometida. Sendo os fazendeiros de café os mais diretamente interessados na imigração, era natural que corresse por conta deles os gastos de transporte. Todavia, se a solução fosse adotada nesse sentido, somente os fazendeiros mais ricos poderiam promover a imigração (FURTADO, 2005, p. 129).

Assim, em 1970, o governo imperial se encarregaria de pagar os gastos com transporte dos imigrantes que iriam servir à lavoura cafeeira. O fazendeiro ficaria responsável por cobrir os gastos no primeiro ano de atividade. Também deveria disponibilizar terras para os imigrantes cultivarem os gêneros de subsistência para suas famílias⁴².

⁴¹ Op. Cit.

⁴² Op. Cit.

...para tornar o colono economicamente competitivo como o escravo, na perspectiva do capital cafeeiro, ele teria que ser submetido à mesma gestão escravocrata do trabalho. Alguns proprietários do oeste antigo, para obter esta compatibilização, chegaram a propor a importação de asiáticos, os coolies, trabalhadores indianos e chineses, para um trabalho semi-servil (BRITO, 2002, p. 13).

Ainda assim, o Brasil mantinha sua necessidade de mão-de obra. Surge, então, a possibilidade de imigração da Itália, pois, sua a região Sul enfrentava face a concorrência da região Norte, em fase de intenso desenvolvimento. Para fugir da pobreza, os imigrantes europeus sobe para 13 mil nos anos 70, e sobe para 184 mil no decênio seguinte. No último decênio do século, é 609. No último quartel do século XIX, seria 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália (FURTADO, 2005). O imigrante italiano vinha cobrir a necessidade de mão de obra nas lavouras de café. O processo adotado desde o fim do sistema de parceria foi o de locação de serviços ou o assalariamento, apesar do imigrante receber um salário variável, conforme a região, seu pagamento ainda era baixo (VIOTTI, 1998).

4.3.5 Considerações sobre a questão da mão de obra

O problema da mão de obra no Brasil tem início, basicamente, com a Lei Eusébio Queiroz, quando se aboliria o tráfico internacional. Como a mão de obra escrava não encontrava condições favoráveis para crescimento vegetativo dentro do país, quanto mais a expansão dos plantios se faziam necessárias, mais se criava uma escassez séria de mão de obra. Internamente, soluções que buscavam mão de obra nos redutos de subsistência ou nas zonas urbanas não se mostraram viáveis.

A Lei de Terras de 1850, ao mesmo tempo em que carregava estímulos à vinda de imigrantes colonos de origem europeia, também possuía mecanismos para dificultar a posse aos pequenos proprietários, pois, com grande disponibilidade de terras, era necessário que poucos conseguissem estabelecer propriedade de modo que grande parte só encontrasse seu sustento no assalariamento de sua mão de obra.

Esta contradição entre as políticas de imigração protagonizadas pelo Império e os interesses dos imigrantes europeus – que, na verdade, não tinham por estímulo servirem como mão de obra assalariada nas grandes plantações, mas, a possibilidade de adquirirem terras de modo a tornarem-se, eles mesmos, proprietários – não resultaria na solução do problema. Após tentativas dos proprietários em atrair mão de obra imigrante, com parcial sucesso, a questão seria mais bem encaminhada quando importantes transformações na Itália

representariam grandes dificuldades para a parte sul da sua população, a partir de quando um grande contingente de imigrantes dessa origem procuraria emigrar para o Brasil em busca de melhores condições de vida.

5 ECONOMIA CAFEIRA BASEADA NO TRABALHO ASSALARIADO: um regime específico de acumulação de capital

5.1 Equilíbrio Externo e Sistema Monetário Internacional de Padrão-ouro

5.1.1 O padrão-ouro clássico

Durante o sistema monetário internacional de padrão-ouro, alcançar o equilíbrio no balanço de pagamentos a câmbio fixo era uma meta a ser atingida acima de quaisquer outros interesses políticos: o país que desejasse participar do comércio e dos fluxos internacionais de capital deveria fixar sua moeda em ouro. A conversibilidade da moeda em ouro, e do ouro em moeda, de acordo com a taxa fixada, seria assegurada pelas autoridades monetárias. As reservas internacionais poderiam assumir a forma de uma combinação entre ouro e divisas conversíveis, e não haviam restrições à importação e exportação de ouro, ou seja, o fluxo internacional de capital era livre (OLIVEIRA E SILVA, 2012).

No modelo apresentado para explicar o funcionamento do padrão-ouro de David Hume (1752), o ouro era a própria moeda em circulação. Movimentos nas contas de capitais compensavam, automaticamente, déficits ou superávits em transações correntes, de modo a equilibrar o balanço de pagamentos. Para os países superavitários, entradas líquidas de ouro levariam a aumentos de preços, já que eles mais vendiam do que compravam do estrangeiro. Perdendo competitividade junto ao produto estrangeiro, invertiam sua posição superavitária para um equilíbrio em seu balanço de pagamentos. Já os países deficitários, que mais compravam não só do que vendiam ao estrangeiro, teriam saídas líquidas de ouro e, com menos dinheiro circulando internamente, tinham reduções de preços, melhorando sua competitividade internacional. Assim, invertiam a sua posição deficitária para um equilíbrio no balanço de pagamentos (EICHENGREEN, 2012).

Após a Primeira Guerra Mundial, o governo britânico cria a Comissão Cunliffe, destinado a analisar os problemas monetários do pós-guerra⁴³. Na versão Cunliffe, a moeda em circulação doméstica era o papel-moeda, e não moedas de ouro. O Banco Central estaria sempre disposto a converter moeda doméstica em ouro a uma taxa fixa de padrão-ouro. Além

⁴³ Op. Cit.

disto, a versão adiciona, relativamente ao modelo de Hume, o papel dos bancos centrais na manipulação monetária através das taxas de juros.

Assim, a preservação do câmbio fixo de padrão-ouro exigia que, para estabelecer o equilíbrio no balanço de pagamentos, a oferta monetária fosse diminuída pelo Banco Central em países que incorriam em déficits, e aumentada em países que incorressem em superavitários, semelhante ao modelo de Hume. A diferença estava em que, sendo o papel-moeda o meio circulante doméstico, as reservas em ouro passavam, agora, a constituir, por um lado, lastro para ancorar o valor do papel-moeda, e por outro, meio efetivo de pagamento internacional. Por isso, se um país incorresse em déficits comerciais nas suas transações correntes, suas reservas de ouro se reduziam, e se incorresse em superávits, suas reservas de ouro aumentavam. Diante destas variações, o câmbio fixo se estabelecia mediante manipulação da quantidade de moeda doméstica em circulação pelo Banco Central⁴⁴.

A manipulação monetária era feita via utilização da taxa de redesconto, por meio da qual os bancos centrais descontavam títulos representativos de dívidas do público sob propriedade dos bancos comerciais, liquidando estes papéis a seu favor e assumindo a propriedade da dívida junto ao público. Isto permitia que os bancos comerciais, de posse de liquidez imediata, voltassem a emprestar dinheiro ao público e, assim, assumissem a propriedade de novas dívidas a serem, novamente, descontadas, sem precisarem esperar o tempo de sua maturidade – o que resulta na multiplicação do crédito⁴⁵.

Além disso, como os bancos comerciais estavam, frequentemente, prontos a descontar um número ilimitado de letras elegíveis - dívidas na posse do público -, à taxa prevalecente, assumindo essas dívidas para si, contribuía, também, para a substituição de títulos por dinheiro e, portanto, para a ampliação na quantidade de meios circulantes⁴⁶.

Assim, para reduzir a disposição dos bancos comerciais em recorrerem ao desconto de títulos representativos de dívida por empréstimos realizados, bem como reduzir a disposição do público a descontar títulos junto aos bancos comerciais – com vistas a diminuir o efeito multiplicador de crédito na economia -, o Banco Central aumentava o preço da liquidez (taxa de redesconto). Era a forma de manter o passo entre a quantidade de moeda doméstica em

⁴⁴ Op. Cit.

⁴⁵ Op. Cit.

⁴⁶ Op. Cit.

circulação e a disponibilidade de reservas internacionais, compatível com certa taxa de câmbio fixa⁴⁷.

O volume dos meios de pagamentos do país tornava-se uma função da reserva em ouro disponível. Superávit na balança de pagamentos era correspondente a uma entrada líquida de ouro, trazendo como resultado a expansão dos meios de pagamentos (OLIVEIRA E SILVA, 2012).

Mas o controle na disponibilidade de crédito possibilitava, também, restaurar o equilíbrio do balanço de pagamentos sem realizar transferências efetivas de ouro, o que seria chamado de “*jogar segundo as regras*” do padrão-ouro. Ou seja, deveria haver uma correlação positiva entre ativos externos e ativos domésticos. Déficits no balanço de pagamentos deveriam ser administrados por uma política monetária deflacionária, pois, permitia pagar ao estrangeiro, não com saídas de ouro, mas, com a realização de superávits na balança comercial⁴⁸.

Entretanto, estudos vieram a apontar que, em geral, os países não jogavam “segundo as regras”. Observou-se que, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, a correlação positiva entre ativos externos e ativos domésticos não ocorria, o que expressa um desvio do objetivo em estabelecer a quantidade de moeda em circulação doméstica proporcional à quantidade de reservas internacionais disponíveis e, portanto, um risco à paridade fixa de padrão-ouro (EICHENGREEN, 2012).

5.1.2 Fragilidades do padrão-ouro

A questão principal era: como se obtinha o ajuste no balanço de pagamentos na ausência de fluxos significativos de ouro se não pela rigorosa fidelidade às “regras do jogo”? Para responder a esta questão é preciso entender que esse sistema monetário internacional era mais que um conjunto de equações. O sistema era uma instituição socialmente construída cuja viabilidade dependia do contexto no qual operava⁴⁹.

⁴⁷ Op. Cit.

⁴⁸ Política monetária deflacionária é aquela que, ao restringir a quantidade de moeda em circulação, propicia a redução dos preços domésticos relativamente aos preços internacionais, o que expressa ganhos de competitividade do produto doméstico (Op. Cit.).

⁴⁹ Op. Cit.

A pedra fundamental do padrão-ouro no período anterior à guerra foi a prioridade atribuída pelos governos à manutenção da conversibilidade. Nos países situados no centro do sistema – Grã-Bretanha, França e Alemanha – não havia dúvida de que as autoridades fariam, em última instância, o que fosse necessário para defender a reserva de ouro de seus bancos centrais e manter a conversibilidade da moeda. Outras considerações poderiam, no máximo, influenciar a escolha do momento em que as autoridades deveriam agir⁵⁰.

Não havia no período uma teoria coerente sobre a relação entre política de um banco central e a economia. Muitos analistas discordavam sobre o quanto o nível da taxa de juro poderia agravar o desemprego. A pressão experimentada por governos do séc. XX para subordinar a estabilidade da moeda a outros objetivos, como do emprego e da renda, não foi característica do séc. XIX: neste séc., o governo mantinha sua credibilidade, pois, os trabalhadores, excluídos do processo de escolha de seus representantes, não tinham força política para influenciar outros interesses⁵¹.

Porque, numa economia sujeita a contratos e costumes monetários mais ou menos fixos por um período de tempo apreciável, na qual a moeda em circulação e a taxa de juros interna dependem, principalmente, do balanço de pagamentos, como era o caso da Grã-Bretanha antes da Guerra, as autoridades não dispõem de meios ortodoxos para combater o desemprego no país, a não ser por um excesso de exportação e uma importação de metal monetário à custa de seus vizinhos. Nunca a história registrou método mais eficaz que o padrão-ouro internacional (ou antigamente o da prata) para que um país obtenha alguma vantagem sobre seus vizinhos. Pois ele fez com que a prosperidade interna dependesse diretamente do resultado de uma luta pela posse dos mercados e pela competição acirrada por metais preciosos. Quando, por um feliz acaso, as novas provisões de ouro e prata eram comparativamente abundantes, a luta podia arrefecer-se um pouco. Mas com o incremento da riqueza e a diminuição da propensão marginal a consumir, tendeu a ser cada vez mais destrutivo para ambos os lados (KEYNES, 1996. p.321).

No séc. XIX, os salários e os preços eram relativamente flexíveis, de modo que choques nos balanços de pagamentos que exigissem reduções nos gastos domésticos podiam ser acomodados por uma redução nos preços e nos custos, e não por um aumento no desemprego, reduzindo a pressão por preocupações com desemprego por parte das autoridades. A política de atribuir prioridade à defesa da conversibilidade não encontrava oposição, a despeito de outros objetivos. Assim, não ocorria risco cambial (EICHENGREEN, 2012).

Mas quando, no decorrer do séc. XX, o direito ao voto é universalizado, novos interesses são colocados na mesa. Já não é possível realizar política monetária deflacionária -

⁵⁰ Op. Cit.

⁵¹ Op. Cit.

comprimindo a renda para não gerar desemprego - sem punição nas urnas. Estes interesses vão concorrer contra o de alcançar o equilíbrio no balanço de pagamentos com câmbio fixo – o que explica os estudos que apontavam para a não ocorrência da correlação direta entre ativos domésticos e ativos estrangeiros conforme as “regras do jogo”.

A questão agora é: na observação de déficits em transações correntes, como não formar expectativas sobre desvalorização do câmbio sabendo que os governos seguem interesses outros que aquela estritamente voltada para a política monetária destinada a manter câmbio fixo? Ocorre que a formação de expectativas de desvalorização da moeda doméstica leva à especulação contra ela, no sentido de vender enquanto encontra-se no valor de padrão-ouro para comprar na baixa, convertendo, imediatamente, ativos domésticos em ativos estrangeiros – o que dá origem a uma fuga de capitais do país e antecipa a desvalorização. Cria-se uma situação de instabilidade monetária com o perigo de saídas na conta de capitais do balanço de pagamentos. Entretanto, diante da certeza de que o Banco Central vai intervir no sentido de garantir a paridade de padrão-ouro gera o mecanismo especulativo compensatório de Milton Friedman⁵².

Assim, na ocorrência de expectativas de desvalorização da moeda doméstica, os investidores reagiriam de modo a contribuir para a estabilização: a perda de reservas por conversão de ativos domésticos em ativos estrangeiros por parte de especuladores que apostam na desvalorização seria seguido por ganho de reservas por conversão de ativos estrangeiros em ativos domésticos diante da certeza no compromisso das autoridades monetárias em garantir a paridade de padrão-ouro, introduzindo o lastro necessário – ambos apostando em comprar na baixa para vender na alta. O efeito líquido seria a estabilidade da moeda sem que o Banco Central precise intervir⁵³.

Com este mecanismo, alguns economistas chegaram a afirmar a inexistência de movimentos “desestabilizantes” de capital antes de 1913: os bancos centrais podiam protelar intervenções pelas regras do jogo, podendo, até, intervir no sentido oposto durante algum tempo. A intervenção dos bancos centrais em sentido oposto às regras do jogo contrabalançava o impacto das perdas de reservas sobre a oferta monetária, minimizando o impacto sobre níveis de produção e emprego.

⁵² Op. Cit.

⁵³ Op. Cit.

O afastamento das regras do jogo afirmava-se na credibilidade da conversibilidade: os bancos centrais podiam desobedecer às regras no curto prazo porque não havia dúvida de que elas seriam respeitadas no longo prazo. Os bancos centrais tornavam-se emprestadores de última instância. Sabendo que as autoridades monetárias tomariam as medidas necessárias para defender a conversibilidade, os investidores transferiam seu capital para países de moedas fracas, financiando seus déficits mesmo quando seus bancos centrais desobedeciam temporariamente as regras⁵⁴.

Entretanto, quando a violação da regra ultrapassava certos limites a ponto de gerar desconfiança sobre a capacidade de intervenção do Banco Central, o volume de capital especulativo que aposta contra a moeda doméstica pode se tornar demasiado para a capacidade de intervenção posterior do Banco Central, realizando a expectativa. Neste caso, a eminente fuga de capitais passa a ser contornado, eventualmente, por arranjos solidários internacionais através das quais associações de bancos centrais de países parceiros passam a constituir o novo “emprestador de última instância”⁵⁵.

Mas, a instabilidade inerente do padrão-ouro se mantém nas contradições entre o objetivo de equilibrar o balanço de pagamentos a câmbio fixo e os interesses de estimular a economia doméstica de modo a gerar melhores níveis de emprego da mão de obra. No contexto de padrão-ouro, esta contradição se observa de forma dramática nos países “periféricos” ou “primário-exportadores”, muito mais vulneráveis a fugas de capital visto que, ao não produzirem o essencial de seus hábitos de consumo, vêm em sua superior elasticidade-renda das importações relativamente às exportações um fator de geração de expectativas de desvalorização da moeda doméstica⁵⁶.

5.2 Padrão-ouro e Economias Primário-exportadoras sob Regime de Escravidão

Segundo Furtado (2005), a expansão anterior ao aumento da importância relativa do setor de trabalho assalariado do último quartel do séc. XIX teria ocorrido, por um lado, mediante o crescimento do setor escravista, e por outro, pela multiplicação dos núcleos de subsistência. Assim, o fluxo de renda, real ou virtual, circunscrevia-se a unidades

⁵⁴ Op. Cit.

⁵⁵ Op. Cit.

⁵⁶ Op. Cit.

relativamente pequenas, cujos contatos externos assumiam caráter internacional no primeiro caso, e de limitado alcance, no segundo caso (FURTADO, 2005).

No setor escravista, além de plantações, a fazenda contava com diferentes instalações e dependências que faziam dela um conjunto complexo e em grande parte autossuficiente, não muito diferente do que já se tinha nos engenhos de açúcar. As fazendas tinham tanques onde o grão era levado após a colheita; terrenos onde era exposto ao sol; máquinas de decorticação; triagem, etc. (PRADO, 1970). Contavam ainda com a residência do proprietário, cachoeiras, estrebarias e oficinas diversas de carpintaria, ferreiro, etc. Portanto, a fazenda se torna um mundo em miniatura, uma unidade autossuficiente voltada para a produção do seu gênero⁵⁷. Nas fases de expansão do produto, os plantios cresciam mediante ocupação extensiva de novas terras, que exigiam a ocupação de mais mão de obra.

O setor da economia exclusivamente de subsistência, diferentemente, mantinha a sua estrutura estável e imutável, tanto nas fases de expansão, quanto nas de decadência⁵⁸. Dada essa combinação, um aumento na renda doméstica causado por acréscimos no valor exportado no setor escravista limitava-se ao consumo e preservação do *status quo* do proprietário, relacionado, essencialmente, à sustentação de escravos serviçais e à importação de bens produzidos nos centros industrializados. O proprietário escravista não era movido pelo propósito de enriquecer.

De um modo geral, e de um ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, o trabalho escravo [...] é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobre trabalho eventual a ser produzido; e portanto um empate de capital. O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobre trabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da indústria moderna (PRADO, 1970, p. 129).

Assim, a política monetária doméstica podia, facilmente, se compatibilizar com a receita de exportações. Na ausência de demanda derivada doméstica em virtude da renda se colocar exclusivamente nas mãos do proprietário – a renda monetária da produção não gerava salário, apenas excedente -, que consome da produção de sua fazenda autossuficiente e de importações, a receita das exportações não se refletia em multiplicador monetário doméstico que pudesse vir a competir pelas reservas cambiais existentes. Por isso, uma gestão monetária

⁵⁷ Op. Cit.

⁵⁸ Op. Cit.

de acordo com as necessidades do padrão-ouro era relativamente fácil. Podia-se até praticar o modelo de Hume.

5.3 Economia Cafeeira Baseada no Trabalho Assalariado: efeito multiplicador sobre o mercado interno

As semelhanças da economia cafeeira baseada no trabalho assalariado com a antiga economia escravista restringem-se à multiplicidade de unidades produtoras que se ligam intimamente às correntes de comércio exterior. De resto, o mecanismo dessas unidades se revela profundamente diferente. Para compreender este mecanismo, Furtado (2005) sugere, por suposição, que: (1) os assalariados consumiam toda a sua renda, enquanto que a poupança dos proprietários era voltada para aumentar seu capital; (2) os gastos, sobretudo, dos assalariados, com consumo de alimentos, roupas, serviços e outros, constituíam a renda dos pequenos produtores e comerciantes domésticos responsáveis pelo abastecimento do mercado interno; e (3) a demanda derivada pela produção do setor de exportação de trabalho assalariado induzia a propagação interna do fluxo de renda das exportações.

Assim, os gastos derivados da renda das exportações no mercado doméstico constituía, agora, renda doméstica gerada da atividade de mercado interno. Boa parte desta última era, também, convertida em gastos no mercado doméstico, gerando mais demanda derivada e mais inclusão de unidades produtivas e comerciais voltados para o mercado interno (FURTADO, 2005).

No caso de ocorrer um impulso externo, incrementando o dinamismo do setor de subsistência, a massa de salários do setor exportador torna-se núcleo de uma economia de mercado interno. Ocorre o crescimento da massa de salários do setor exportador, aumentando a procura por artigos de consumo. Esta procura incrementa a produção conforme se encontra mão-de obra ociosa e terras subutilizadas, particularmente em regiões onde se tem a predominância de atividades de subsistência. Dessa forma o aumento do impulso externo – atuando sobre um setor da economia organizado à base do trabalho assalariado – determina melhor a utilização de fatores já existentes no país. O aumento da produtividade - efeito secundário do impulso externo – manifesta-se fora da unidade produtora exportadora. Reunidas certas condições, o mercado interno cresce mais intensamente que seu fator desencadeador - o setor exportador⁵⁹.

⁵⁹ Op. Cit.

5.3.1 Impossibilidade de adaptação às regras do padrão-ouro

Um dos principais problemas do Brasil era se adaptar as regras do padrão-ouro - que era a base de toda a economia internacional no período abordado. Um dos princípios fundamentais do padrão-ouro era que cada país deveria dispor de uma reserva metálica ou divisas conversíveis em quantidade suficientemente para cobrir déficits ocasionais na sua balança de pagamentos. A dificuldade estava em que cada país deveria contribuir para esse financiamento em proporção à sua participação no comércio internacional e à amplitude das flutuações de sua balança de pagamentos (FURTADO, 2005).

No caso da economia brasileira, seu problema se devia, em parte da sua especialização em poucos produtos de exportação. O desempenho econômico do país, a sua renda, dependia de como se comportava a capacidade de exportação desses produtos (OLIVEIRA E SILVA, 2012).

As economias primário-exportadoras se viam encurraladas nas regras do padrão-ouro, com um elevado coeficiente de comércio exterior. Um país exportador de produtos primários tinha, por regra, uma elevada participação relativa no comércio internacional, isto é, seu intercâmbio *per capita* era relativamente muito maior que sua renda monetária *per capita*. Ao mesmo tempo, eram países que pouco produziam relativamente ao essencial de seus hábitos de consumo - dinamicamente dependentes das inovações tecnológicas geradas nos centros industrializados. Isto resultava numa elasticidade-renda de importações maior que a de exportações – obrigando-os estes países a crescentes esforços de exportação para manterem seu padrão de consumo (FURTADO, 2005).

Ainda nas épocas em que o padrão-ouro funcionava regularmente nos grandes centros, os países da periferia latino-americana depararam com enormes dificuldades de mantê-lo e, muitas vezes, suas vicissitudes monetárias provocaram o anátema exterior. Experiências posteriores, em países importantes, ensinaram a perceber melhor certos aspectos da realidade. A Grã-Bretanha, entre as duas guerras, teve contratempos algo semelhantes aos que ocorreram e continuam a ocorrer em nossos países, historicamente refratários à rigidez do padrão-ouro (PREBISCH, 1962, p.75).

5.3.2 Ciclo econômico primário-exportador e tendência ao desequilíbrio externo

Numa economia do tipo da brasileira do séc. XIX, o coeficiente de importações era particularmente elevado, se se tem em conta apenas o setor monetário, ao qual se limitavam praticamente às transações externas. Os desequilíbrios na balança de pagamentos eram bem

mais amplos, refletindo em bruscas quedas de preços das matérias primas no mercado mundial. Por fim, deve-se considerar as inter-relações entre o comércio e as finanças públicas, pois, o imposto às importações era a principal fonte de renda do governo central (FURTADO, 2005).

A América Latina, fazendo parte da “periferia” do sistema econômico mundial, era-lhe reservada o papel de produzir alimentos e matérias-primas para o “centro” na divisão internacional do trabalho. O “centro”, promotor de progresso técnico, era-lhe reservado o papel de produzir bens industrializados. Se para a teoria das vantagens relativas de Ricardo, esta divisão do trabalho induzia, através da troca internacional, a maior riqueza coletiva, para Prebisch (1962), países da periferia precisariam pagar com cada vez mais produtos primários para receber a mesma quantidade de produtos industrializados.

A crise nas economias primário-exportadoras era deflagrada por uma redução no valor das exportações, seja devido a um decréscimo no valor unitário dos produtos exportados, seja, ao mesmo tempo, nesse valor e no volume total das exportações. Portanto, era uma crise que tinha origem no exterior (FURTADO, 2005).

No momento em que se deflagrava a crise nos centros industriais, os preços internacionais dos produtos primários caíam bruscamente, reduzindo-se de imediato a entrada de divisas no país de economia dependente. Enquanto isso, o efeito dos aumentos do valor e do volume das exportações do período anterior de prosperidade cíclica continuava a propagar-se lentamente pelo interior da economia, de modo que, quando fica patente a limitação de reservas internacionais, o efeito multiplicador interno terá gerado um poder de compra em moeda doméstica cujo correspondente em reservas internacionais se torna insuficiente⁶⁰.

Numa etapa intermediária, a procura por importações continuava crescendo enquanto a oferta de divisas já estava se reduzindo drasticamente. Nesta etapa, o desafio era mobilizar as reservas metálicas, que deveriam ser de grandes proporções para que funcionasse o mecanismo do padrão-ouro, não somente porque a participação das importações no dispêndio total da coletividade era muito elevada e as flutuações da capacidade para importar muito grandes, mas também porque numa economia desse tipo a conta de capital da balança de pagamentos se comportava adversamente nas etapas de depressão⁶¹.

O crescimento da economia do país não se efetuou, assim, através de uma seleção interna. A contração cíclica que nos países industriais impõe a eliminação das empresas menos qualificadas, encontrava no Brasil um mecanismo de socialização

⁶⁰ Op. Cit.

⁶¹ Op. Cit.

de perdas, ou seja de transferência para a massa dos prejuízos impostos às empresas agroexportadoras pela contração do mercado externo (FURTADO, 1949, pg. 10).

Países da América Latina tinham, por isso, dificuldades em se sujeitar às regras do padrão-ouro. Os mesmos mecanismos que asseguravam a estabilidade da taxa de câmbio nas economias centrais teriam sido responsáveis pelos desequilíbrios nas economias da periferia (OLIVEIRA E SILVA, 2012).

5.4 Considerações sobre a Economia Cafeeira Baseada no Trabalho Assalariado

As regras do padrão-ouro que tinha por objetivo a estabilidade de preços e do câmbio passou por modificações ao longo do seu desenvolvimento, no primeiro momento levando em consideração a moeda ouro e no segundo momento o papel-moeda que poderia ser convertido.

O problema era como manter os fluxos da balança de pagamentos, nos países desenvolvidos seria feito o que fosse preciso para manter as divisas, porém os bancos centrais tinham o poder de desobedecer as regras no curto prazo, com a promessa de que no longo prazo seria cumpridas.

O padrão-ouro no regime de escravidão conseguia funcionar de forma perfeita, o modo como as fazendas se estabeleciam de forma autossuficiente fazia com que só os donos das fazendas necessitassem importar, a moeda ficava na circulação da elite, não se tinha ainda um mercado interno desenvolvido a ponto de se necessitar de grandes somas de importação.

Já no regime de assalariamento isto se modifica, se cria a necessidade de um mercado interno, então, o grande proprietário começa a competir as importações com os centros comerciais que se formam, e que também necessitam da importação para sua produção e venda interna, aumentando desta forma o consciente de importação, ao ponto que as exportações não são capazes de pagar as importações, em parte da baixa especificação do país em exportações e seu mercado não seu autossuficiente o bastante para suprir em parte suas necessidades, ficando dependente de importações. Quando se tinha uma crise nos centros, as importações encareciam, porem o efeito multiplicador interno já se tinha espalhado, as divisas se esgotavam, pelo fato do país ser especializado em economias primárias, os preços dos produtos exportados eram mais baratos comparados aos produtos importados que já tinham um nível de especialização maior sendo mais caros do que produtos exportados em natura.

6. PROBLEMÁTICA SUBJACENTE AOS CICLOS DO CAFÉ E A QUESTÃO DA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA DE INÍCIOS DO SÉCULO XX

Foi visto no capítulo 5 que o país que desejasse adotar o sistema monetário internacional de padrão-ouro deveria ancorar sua moeda à quantidade de reservas internacionais disponíveis (EICHENGREEN, 2012; OLIVEIRA E SILVA, 2012). Nisto consistia a “regras do jogo” segundo a qual havia uma correlação positiva entre ativos domésticos e ativos externos, necessária para garantir o equilíbrio externo com câmbio fixo.

Foi visto, também, que a entrada no século XX colocou novos interesses no jogo da política monetária: se, antes, as autoridades monetárias utilizavam políticas de estabilização manipulando a moeda com o único propósito de compatibilizá-la com a quantidade de reservas internacionais, agora, com o advento do sufrágio universal, o interesse por uma economia capaz de gerar níveis maiores de emprego e renda, também, se coloca – o que vai abrir novos desafios e fragilizar o padrão-ouro (EICHENGREEN, 2012).

Se, de início, os movimentos de capital gerados pela especulação em torno de expectativas de desvalorização da moeda doméstica eram compensatórias, permitindo certa estabilidade monetária dada a certeza dos investidores de que as autoridades monetárias buscariam, mais cedo ou mais tarde, a paridade de padrão-ouro, com o tempo, à medida que o objetivo do pleno emprego e acréscimo de renda ganhava força nas decisões políticas, as apostas contra a moeda doméstica passavam a exigir um “emprestador de última instância” associado a um conjunto de bancos centrais solidários. Mesmo assim, a intensificação nos movimentos de capital internacional tornava o desafio do padrão-ouro cada vez mais exigente, mesmo para as economias industrializadas⁶². Daí, este sistema monetário ter se mostrado vulnerável durante todo o período entre guerras, mesmo para as nações industrializadas que integravam o “centro” do sistema econômico mundial dadas as suas funções na divisão internacional do trabalho.

Foi visto também, a partir de Furtado (2005), que, para os países primário-exportadores, que integravam a “periferia” do sistema econômico mundial dadas as suas atribuições na divisão internacional do trabalho, obedecer as regras do padrão-ouro foi um objetivo viável durante o período de economia escravista, mas, na economia de trabalho assalariado, tornava-se um objetivo inglório.

⁶² Op. Cit.

A seguir, será observado, a partir da análise de Delfim Netto, que a economia primário-exportadora brasileira, após se concentrar no café, sob hegemonia do Estado de São Paulo, permitirá identificar três ciclos antes das políticas de valorização do café com início em 1906. Para Netto (2009), o terceiro ciclo (1886-1906) seria marcado por fatores inéditos que desencadeariam na crise de superprodução do café.

6.1 Características dos Dois Primeiros Ciclos Identificados por Delfim Netto: relações entre preços internacionais do café, taxa de câmbio, e preços domésticos

Delfim Netto (2009) explica que a etapa ascendente do primeiro ciclo do café (1857-1868) tem início em 1857 quando uma crise de infestação generalizada na produção de café levaria à ascensão dos preços internacionais do produto, que não liquidaria a produção brasileira. Por outro lado, a Lei Eusébio de Queiroz levaria à extinção do tráfico internacional de escravos, restringindo a disponibilidade de mão de obra interna. Associados à recuperação da economia europeia, estes eventos desencadeariam um aumento nos preços internacionais do café, gerando receitas cambiais que contribuiriam para a estabilização da taxa de câmbio. Com taxas de câmbio fixas, qualquer variação nos preços internacionais refletia-se como variações na mesma direção dos preços domésticos.

A etapa descendente do ciclo tem início com a redução dos preços internacionais do café em 1864, ainda o início da Guerra do Paraguai. O decréscimo de preços seria motivado pela redução do consumo norte-americano e pela expansão da produção mundial. O efeito da redução de preços sobre a procura permitiria, entretanto, uma compensação via aumentos no volume de exportações brasileiras, ocasionando a preservação das receitas em divisas⁶³.

A relativa estabilidade da taxa cambial ao longo de todo este primeiro ciclo, a despeito da sua fase recessiva, pode, também, ter se devido aos efeitos da Guerra da Secessão nos Estados Unidos sobre as outras exportações brasileiras, sobretudo, de algodão.⁶⁴

O segundo ciclo identificado por Netto (2009) vige entre 1869 e 1885. Sua etapa ascendente tem início com a elevação dos preços internacionais do café em 1870, devido a uma geada. As exportações caem, mas, os preços internacionais e as receitas de divisas do café dobram no período 1873-76 relativamente ao período 1868-71. O câmbio melhora com a

⁶³ Op. Cit.

⁶⁴ Op. Cit.

elevação dos saldos na balança comercial e das operações financeiras, comparado ao período anterior, e o café retoma a sua importância nas exportações (60% do total). Seus preços em moeda nacional, também, aumentam⁶⁵.

Em 1874-85, ocorre uma queda gradual nos seus preços internacionais devido à crise europeia (1882) e dos EUA (1884). A redução dos preços do café levaria ao incremento do *quantum* exportado, e as receitas de exportação mais que seriam compensadas. A taxa de câmbio tendia a amortecer a queda nos preços do produto em moeda nacional, pois, o ajuste monetário do rendimento nacional relativamente à duplicação na receita de divisas pós-safra de 1872-73 pressionava a procura doméstica e, sob elevada elasticidade-renda das importações, fazia cair o câmbio, conservando as receitas de divisas em moeda nacional, a despeito dos decréscimos nos preços internacionais⁶⁶.

Neste ciclo, apesar das elevações ou reduções nos preços internacionais do café, a produção e o consumo mundiais não cessam de crescer. A produção nacional oferece respostas impressionantes à elevação nos preços do café. O efeito multiplicador das receitas de exportação sobre a renda doméstica, dado o aumento do peso do trabalho assalariado vis-à-vis ao trabalho escravo e, portanto, do crescimento do setor produtivo de mercado interno, pressiona o câmbio, iniciando a tendência à desvalorização da moeda doméstica e a aumentos dos preços domésticos, anunciando o advento de dificuldades para preservar o padrão-ouro⁶⁷.

As pressões que o aumento da renda interna – decorrente da demanda derivada das receitas de exportações ao longo da etapa ascendente do ciclo – produziam sobre o câmbio iriam, sobretudo no terceiro ciclo, inverter o sentido da variação dos preços domésticos como resposta à redução dos preços internacionais do café na etapa descendente do ciclo⁶⁸.

6.2 Mudança Qualitativa do Terceiro Ciclo e a Questão da Superprodução: reduções nos preços internacionais deixam de induzir movimentos no mesmo sentido nos preços nacionais

⁶⁵ Op. Cit.

⁶⁶ Op. Cit.

⁶⁷ Op. Cit.

⁶⁸ Op. Cit.

O terceiro ciclo (1886-1906) tem início com a duplicação dos preços internacionais do café no período 1886-90. A safra de 1887-88 apresenta quebra de 50% sobre a média dos sete anos anteriores, e a crise europeia (1882) e norte-americana (1884) são superadas. No período 1885-1990, os mercados mundiais crescem extraordinariamente. Em 1888 o movimento de alta nos preços recebe o impulso da abolição da escravidão (NETTO, 2009).

Em São Paulo, a imigração se intensifica desde inícios de 1880, principalmente após 1887. A abolição modifica os problemas de financiamento e altera as relações entre comissários e exportadores: com as exigências financeiras do trabalho livre – investimentos em casas para colonos e capital de giro para salários -, o comerciante-comissário, frágil financeiramente, perde posição para o exportador - agente de empresas estrangeiras – que vai se revelar, mais tarde, quando começa a ocorrer grandes excedentes de oferta de café, capacidade de comprimir preços uma vez que sua capacidade financeira concedia a ele grande poder de barganha contra os produtores⁶⁹.

Se nesta fase a elevação dos preços compensava as pequenas colheitas, elevando as receitas em divisas. Associadas às operações financeiras do governo, o câmbio iria melhorar, sobretudo, após 1887, atingindo máxima em 1889⁷⁰.

“...é preciso notar que a emissão lastreada em títulos da dívida pública, autorizada pela Lei de 1888, não chegou a acontecer sob o Império. Quanto à emissão conversível em metal, a despeito de o câmbio apresentar-se ao par, esta apenas mostrou-se viável para os bancos quando a cláusula que estabelecia um teto de 20.000 contos por banco emissor foi revogada. Em julho de 1889, foi apresentado um dispositivo à Lei de 1888 permitindo a emissão sem teto definido, desde que não ultrapassasse o triplo do fundo metálico do Banco, conforme previsto na lei original” (JÚNIOR, 2003, PG. 2).

Em 1888, Ouro Preto, presidente do último Conselho de Ministros do Império, rompeu com as instituições creditícias e deu início à reforma do sistema financeiro para agilizar o crédito. No mesmo ano, ainda forneceu ativos monetários aos bancos nacionais, sem juros e pelo prazo de 7 e 22 anos, repassáveis em dobro a fazendeiros, com juros de 6% ao ano, no prazo de até 25 anos. Esta medida beneficiou bancos e trouxe incentivo a aplicação nas suas ações, valorizando e elevando sua procura (PERISSINOTO, 1994).

⁶⁹ Op. Cit.

⁷⁰ Op. Cit.

Os bancos autorizados foram: Banco Nacional do Brasil (RJ), Banco de São Paulo (SP) e o Banco do Comércio (RJ). Seus estatutos foram aprovados, respectivamente, em 28 de setembro e 5 e 9 de novembro com emissão autorizada de 270.000, 3.000 e 12.000 contos (JÚNIOR, 2003, PG.3).

Em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República, Rui Barbosa assumiu o cargo de ministro da Fazenda do Governo Provisório, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. O novo ministro fez uma reunião para resolver de vez o problema da liquidez, que contou com a presença de banqueiros e com a ajuda do conselheiro Francisco de Paula Mayrink. Não teve participação de fazendeiros e industriais. Se realizou portanto, uma reforma em 17 de janeiro de 1890, na qual cedendo a pressões da burguesia bancária do Rio de Janeiro, o ministro foi além das propostas de Ouro Preto em relação as emissões com lastro metálico, dando autorização à organização de bancos de emissão com base nos títulos da dívida pública (PRISSINOTO, 1994).

A proposta inicial de Rui Barbosa era a criação de três bancos emissores para três regiões em que seria dividido o país: a Norte (da Bahia ao Amazonas), a Centro (do Espírito Santo a Santa Catarina) e a Sul (de Goiás ao Rio Grande do Sul). No Centro, sediado no Rio de Janeiro, ficaria o maior deles, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, pertencente ao conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que passou a ser o sustentáculo financeiro do governo. Os bancos, ainda segundo a proposta inicial, deveriam comprar apólices do governo, *so podendo emitir o correspondente a esse lastro*, sem poder vende-las. (PERISSINOTO, 1994, PG.56 E 57).

Porém, Rui Barbosa, cedeu a pressões da burguesia financeira do Rio de Janeiro, eliminando a emissão com lastro metálico, que mantinha a dependência do câmbio, e autorizou a emissão com base em apólices do tesouro. A própria queda da taxa cambial no final de 1898 diminuiu o lastro de novas emissões, tirando a eficácia do sistema emissor de Ouro Preto. Portanto o sistema financeiro de Rui Barbosa era baseado em mais de um banco de emissão, com o objetivo de apoiar os vários interesses regionalistas assumidos pelo programa republicano (VILARDO, 1986).

As consequências de todas estas medidas já são bem conhecidas. Foi um período de dinheiro fácil, com o meio circulante intumescido. Foi um período de intensa especulação, com o aparecimento, na Bolsa do Rio de Janeiro, estabelecendo empresas completamente fictícias, o que foi facilitado pela lei de novembro de 1892 que permitia o estabelecimento de sociedades anônimas sem a autorização do governo. Tal lei colocou mais ações no mercado a disposição dos bancos. Houve um aumento de 3,5 vezes do papel-moeda emitido, muito acima das necessidades do período. Isso teve como resultado o aumento médio anual dos preços em 20%. A taxa inflacionaria, que foi de 1,1 % em 1889, atingiu 89,9% em 1891. Além disso, a taxa cambial que se encontravam $26 \frac{7}{16}$ no ano de 1889, caiu para $12 \frac{1}{32}$ em 1892, chegando a $7 \frac{7}{10}$ em 1899, em decorrência da política emisionista. (PERISSINOTO, 1994, PG. 57).

A desvalorização cambial ocorreu em sua maioria independentemente dos desejos da lavoura cafeeira, não tendo poder de imposição e nem foi a única que obteve benefícios. A lavoura exportadora faz suas reivindicações pelo fato do café ser vendido no exterior em ouro, sendo a moeda internacional da época. O valor metálico da safra ficava sob posse do governo para suas necessidades internacionais. O Governo disponibilizava ao vendedor nacional o dinheiro – papel-moeda - correspondente ao valor-ouro, na cotação do dia. Com um câmbio baixo, a agricultura recebia mais mil-réis por libra-ouro do que em um câmbio alto⁷¹.

Durante os anos de 1890, o câmbio seria pressionado com a redução da procura europeia por café (depressão de 1890), embora parcialmente compensada com a prosperidade americana (via efeitos do protecionismo industrial), que permitiu manter os preços até 1994. As causas da precipitação cambial seriam a desorganização do sistema bancário pós-República, a inflação devido aos déficits orçamentários (encilhamento), a libertação de escravos, e a revolta da esquadra. Assim, os altos preços do café deixam de sustentar a taxa cambial (NETTO, 2009).

Após 1894, os preços internacionais iniciam queda com a crise norte-americana junto com aumentos substanciais na produção. Assim, surge o que Netto (2009) afirma ser um ineditismo no Brasil: as exportações deixam de compensar a baixa nos preços internacionais do café na salvaguarda das receitas de divisas devido ao efeito da desvalorização cambial. Se até este ciclo, as etapas de ascensão caracterizavam-se pelo preço elevar as receitas em divisas, e o descenso, pelo *quantum* exportado elevar essas receitas, agora, a depreciação cambial prolonga o estímulo à expansão da lavoura, pois, agora, ao decréscimo dos preços internacionais segue-se um acréscimo dos preços domésticos.

Surge uma nova relação entre preço internacional do café e a taxa cambial: com safras baixas e estoques mundiais abaixo do normal, preços internacionais se sustentam, mas, com a primeira grande colheita, desabam: se o câmbio cai mais lentamente que os preços internacionais, controla-se a expansão das safras; se cai mais rápido, a oferta desregula o mercado do café. O descompasso entre a taxa cambial e os preços externos criava uma situação econômica grave, um problema que transcende o cafeicultor e afeta todo o país⁷².

A queda dos preços do café colocava, agora, os agricultores em situação quase desesperadora, bem como o próprio governo: fazendeiros insolváveis e câmbio pressionado à

⁷¹ Op. Cit.

⁷² Op. Cit.

baixa por importadores. Até antes do convênio de Taubaté, a baixa nos preços internacionais fazia se acompanhar de aumentos nas exportações, até 1905.

6.3 Crises de Superprodução de Café e Economia Política de Inícios do séc. XX

6.3.1 Posições liberais

Para Joaquim Murinho, Ministro dos Negócios da Fazenda entre 1898 e 1902, a crise financeira que abalava o Estado era fruto do excesso de emissões monetárias feitas no final do império até os primeiros governos republicanos, antes da gestão de Campos Sales. A superprodução de café era resultado de distorções dos preços internacionais e desvalorizações cambiais. Superabundância de café era expressão da superabundância de papel-moeda, assim como reduções nos preços do café era expressão dos decréscimos no valor do papel-moeda, e a redução do valor da renda do Estado era expressão da redução da renda nacional (MONTAGNER, 2011).

Para ele, grandes emissões de papel-moeda excitam os negócios e desenvolvem canais de circulação monetária: penetra os campos e destrói e estimula a ambição dos agricultores, que passavam a visar fortunas rápidas. Assim, os problemas a serem enfrentados eram as chamadas “indústrias artificiais” geradas pelo descontrole monetário e creditício, responsáveis pela decisão de expandir os plantios, pela superabundância de café, e pela redução de preços e ruína financeira geral⁷³.

Assim, o crescimento desalinhado da oferta de café tornava o produtor refém do comprador, já que com a fatura de estoques o preço era rebaixado de forma máxima pelo segundo, o primeiro via-se obrigado a entregar sua produção a um preço fixado, caso contrário, o estoque ficaria encalhado, impedindo o custeio de sua fazenda⁷⁴.

Além disso, tinham também consciência que o comprador se apoiava nos estoques existentes para, no meio da maior gravidade em face da superprodução, fingir não precisar do café oferecido pelo fazendeiro. Sabiam, em suma, que a causa da queda dos preços do café não era exclusiva da superprodução, mas também da especulação comercial (PERISSINOTO, 1994, p. 70).

⁷³ Op. Cit.

⁷⁴ Op. Cit.

Assim, Murtinho propunha medidas que rejeitava qualquer opção intervencionista. A livre competição deveria resultar na “seleção natural”, e as regras do padrão-ouro deveria controlar o excesso de emissões de papel-moeda, permitindo resolver o problema da superabundância de café. Sob obediência das regras do padrão-ouro, a política monetária restritiva deveria ser adotada de modo a compatibilizar-se com baixas receitas cambiais, resultando em preços baixos. Assim, a competição acirrar-se-ia e o mercado selecionaria os produtores de modo que os mais eficientes sobrevivessem em detrimento dos menos eficientes. Este seria o remédio para o excesso de plantios: a liquidação das plantações de qualidade inferior pela concorrência (MONTAGNER, 2011).

O ministro também realizou ações no câmbio, por meio de política fiscal e monetária, buscando estabilização. O Governo fixou percentagem de impostos de importação destinada a pagamento da dívida externa com vistas a reduzir déficits orçamentários; contratou ‘*funding*’ com banqueiros ingleses e reduziu importações para apreciar moeda nacional. Cortou gastos do orçamento federal, aumentou impostos (inclusive neste período que se cria o imposto sobre consumo) e suspendeu privilégios de emissão concedidos anteriormente ao Banco do Brasil e outros bancos emissores⁷⁵. De acordo com Perissinoto (1994), o período chamado de ‘*funding loan*’ foi marcado pela imposição de banqueiros internacionais e representou um golpe para o sistema financeiro e para a burguesia bancária. Foi também um período de alívio para o grande capital cafeeiro e de preocupação para a lavoura cafeeira.

A crise financeira do Brasil havia estimulado a busca de soluções que atenuassem a crise cambial. Antes que vingasse a iniciativa de refinanciar a dívida externa, a possibilidade de arrendamento da Estrada de Ferro Central do Brasil havia sido reiteradamente suscitada por N. M. Rothschild & Sons Limited, enfrentando, entretanto, a resistência do governo brasileiro, pois as ofertas recebidas foram consideradas insatisfatórias. Diplomatas britânicos esperavam a suspensão de pagamentos relativos ao serviço da dívida desde o início de 1898. Em fevereiro de 1898, N. M. Rothschild & Sons Limited foram visitados pelo delegado do Tesouro em Londres e sondados quanto à sua reação no caso de suspensão temporária dos fundos de amortização da dívida externa brasileira (ABREU, 2003, p. 519 e 520).

Campos Sales, quando foi governador de São Paulo, foi um dos principais articuladores do ‘*Funding Loan*’. Quando assumiu a presidência, conseguiu a adesão da maior parte dos governadores, principalmente, os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que formavam uma bancada significativa no Congresso Federal. Podia, assim, assegurar as condições políticas para seguir com seu programa financeiro. Durante seu mandato ele vai se empenhar em alcançar o saneamento monetário e o equilíbrio financeiro conforme as

⁷⁵ Op. Cit.

exigências dos credores estrangeiros. Joaquim Murinho é escolhido para fazer parte da pasta da Fazenda (VILARDO, 1968).

Para os banqueiros nacionais, estas medidas foram prejudiciais. Como as medidas principais eram o resgate do papel moeda e a extinção do direito de emissão dado ao Tesouro, as ações adotadas no governo de Campos Sales fizeram com que os bancos ficassem com falta de liquidez, e sem poderem emitir. Devido a essa retração, em 1901, ocorreu uma das piores crises bancárias da história do país (PERISSINOTO, 1994).

Com o estabelecimento do *'funding loan'*, conseguiu-se extinguir o direito de emissão dado ao Tesouro pela lei de 18 de junho de 1895, que previa o auxílio do governo aos bancos em caso de necessidade. As despesas públicas foram reduzidas e vários impostos foram criados. Para compensar, o governo oferecia aos credores externos, como garantia, a renda de alfândega do Rio de Janeiro, e assumia o compromisso de deflacionar o meio circulante. Estas medidas adotadas foram bem sucedidas, do final do governo de Campos Sales ao governo de Rodrigues Alves, que deu continuidade a esta política. O câmbio se manteve valorizado de forma constante⁷⁶.

Com a sucessão de Rodrigues Alves por Campos Sales na Presidência da República a partir de 1902, assume a pasta da Fazenda Leopoldo Bulhões. Assim como Murinho, a pretensão era de ancorar a política econômica na austeridade fiscal, na manutenção do nível do câmbio e no combate à inflação do meio circulante. O diagnóstico de Bulhões era de que a instabilidade econômica ocorria pelo fato de haver excesso do meio circulante que embaraçava as importações de capitais estrangeiros em maior escala bem como fixação da moeda metálica em circulação – inoperância do padrão-ouro. O orçamento do governo de Rodrigues Alves foi mais equilibrado do que o orçamento do governo de Campos Sales: déficits foram controlados e até zerados nos exercícios pós-1902 (MONTAGNER, 2011).

Isso fez com que Bulhões retomasse os investimentos e afastasse a penúria da gestão anterior, embora a política econômica tivesse se mantido restritiva: os dispêndios governamentais respeitavam limites do orçamento para não haver desvalorização⁷⁷.

6.3.2 Posições Intervencionistas

O programa de estabilização promoveu êxitos na valorização cambial, controle de inflação e reorganização das finanças do estado por meio da redução dos déficits

⁷⁶ Op. Cit.

⁷⁷ Op. Cit.

orçamentários. Porém, a deflação promoveu uma crise bancária em 1900, que teve de ser controlada pela concessão de créditos ao Banco do Brasil e aos demais bancos, a fim de evitar um movimento de falências generalizadas. A maior consequência deste Programa de Estabilização foi o impacto sobre a lavoura. A constante queda do preço do café desde 1895 se somou a apreciação cambial a partir de 1898, que não mais amortecia perdas dos produtores: perdas da lavoura seriam constantes e, mesmo sob preços internacionais favoráveis, alta cambial eliminava ganhos (MONTAGNER, 2011).

Com a restauração financeira de Joaquim Murinho em 1898, eleva-se a taxa cambial, o que impede a manutenção dos preços domésticos (VILARDO, 1968). Isso fazia com que a situação da lavoura fosse preocupante. O café já sofria uma queda internacional em seu preço desde de 1895, devido à superprodução. A taxa de câmbio pulava de 7,7 *pences* por mil-réis, em 1897, para 9,5 *pences* em 1900, e o preço do café estava em queda, sendo de 91, em 1895, para 46 em 1900. A lavoura, apesar de suas reclamações, não era atendida. A mesma não tinha poder político de imposição, mesmo com a mudança de governo de Campos Sales para Rodrigues Alves. O câmbio subiu 25% no governo do último (PERISSINOTO, 1994).

Já o grande capital cafeeiro, principalmente, aquele associado ao setor ferroviário e ao comércio exterior, passavam a se beneficiar dessa política econômica do final do século. A valorização cambial reduzia os custos de importação para as ferrovias e ampliava as receitas do setor (VILARDO, 1968). Para o grande capital cafeeiro, as medidas do ‘*funding loan*’ significou o aumento de suas receitas, quando seus interesses não foram atingidos no Encilhamento, esta política foi demandada, na qual, foi apoiada pelo grande capital cafeeiro que fazia críticas a quem não apoiasse (PERISSINOTO, 1994).

É certo que como produtor de café o grande capital sentiu a crise que assolava esse setor. No entanto, nem de longe, a situação do grande capital cafeeiro era a mesma que a da lavoura. Aquele tinha fácil acesso ao crédito, esta não; aquele tinha condições de armazenar o produto para esperar melhores condições de venda, esta não; aquele era agente da especulação comercial, enquanto a lavoura era vítima. É preciso lembrar também que a crise levou a ruína uma grande quantidade de fazendeiros, diminuindo a concorrência e o perigo de superprodução, garantindo até um aumento dos preços internacionais em 1900 e 1904. Tal bancarrota atingiu sobretudo o “médio capital”, beneficiando o grande capital cafeeiro, menos sensível as oscilações dos preços. Portanto, este último não se encontrava na situação de desespero em que se via a lavoura: preços caindo, moeda valorizando e sem crédito (PERISSINOTO, 1994, PG. 65).

O impacto do objetivo de Murinho em eliminar produtores do mercado começou a sentir-se pronunciadamente: produtores eficientes sofreram sensíveis prejuízos e os ineficientes quase entraram em falência. O resultado deste Programa de Estabilização foi a

formação de um movimento nacional em favor da intervenção no mercado cafeeiro. A política de Murinho acabou derrotando a sua convicção mais forte, mercado livre de café: por volta de 1895-1896 começa-se a fazer pressão no Congresso Nacional para que fosse dada ajuda governamental à indústria cafeeira. Em 1895 a Câmara dos Deputados encarregou uma comissão interna para estudar uma proposta de monopólio federal das exportações de café: ideia era fazer com que governo assumisse o papel de comissário, eliminando ‘intermediários parasitas’ do negócio. Nada resultou deste plano, mas, entre 1889 e 1906, a cada seção legislativa, pelo menos um Projeto de Lei era proposto em uma das casas do Congresso a fim de ajudar a melhorar a má situação da indústria do café (MONTAGNER, 2011).

Nas políticas de Bulhões, o resultado foi a restrição de crédito e penalidade imposta por alta cambial, e deterioração da renda do pequeno cafeicultor nos períodos de baixa de preços. A crise na Lavoura provocaria descontentamentos que ecoavam na produção cafeeira e estavam presentes na imprensa paulista e no Congresso Nacional⁷⁸.

Assim, Alfredo Ellis apresenta, em outubro de 1897, seu primeiro projeto ligado ao café. Sugere a realização de estudos da cultura do café no exterior com a ideia de que, para agir diante da crise, o país deveria ter rigor com as informações e intervir a partir delas. Dois anos depois o deputado apresentou outro projeto, que foi arquivado, onde autorizava “o Governo a despender até a quantia de Rs. 1.000:000\$, em prêmios de Rs. 100:000\$, que serão concedidos – de uma vez ou parceladamente. Em linhas gerais o deputado incentivava que os grupos nacionais entrassem no mercado internacional, estocando, moendo e vendendo o café, já que segundo ele os grandes culpados eram os comerciantes estrangeiros por pressionarem os preços para baixo com seus mecanismos de venda e estocagem (TORELLI, 2004).

Os que defendiam a intervenção na economia do café (Alfredo Ellis, Fausto Cardoso, Sezerdelo Corrêa e outros), também defendiam a valorização da moeda, mas, em nível remunerador e não eram a favor de mecanismos ortodoxos para atingir isso. A sugestão deles era que a baixa cambial deveria ser realizada através do processo de Valorização do preço do café por meio de uma intervenção do Estado, e não eliminando a produção excedente através de recolhimento de papel-moeda. Diziam também que o Brasil tinha o monopólio da produção de café e que era necessário uma organização comercial que tornasse o país capaz de usufruir dessa situação. Também tinham consciência de que o produtor precisava vender sua safra com urgência, pois o crédito era curto (PERISSIONOTO, 1994).

⁷⁸ Op. Cit.

Em 27 de setembro de 1902, o Deputado Alfredo Ellis afirma que o problema do café não é somente a superprodução, mas principalmente a especulação. Para o deputado se provava isso vendo que os preços no varejo continuavam altos, sendo a especulação o maior responsável pela queda para os produtores e a manutenção dos preços para os consumidores, ficando o excedente com os grandes comerciantes estrangeiros. Uma das ações do estado foi a redução dos fretes ferroviários. Em outubro, o deputado apresenta outro projeto no qual o objetivo era diminuir os custos dos transportes. Seu discurso nesse dia foi a questão financeira que ocupou o governo de Campos Sales. Para Ellis, a questão financeira só poderia ser resolvida se ocorresse a solução da crise cafeeira. O deputado ainda mostrou decepção para com o Governo de Campos Sales, pois, o mesmo teria deixado os interesses do café para atender interesses do Estado Republicano, que Ellis acreditava que a salvação do Estado passava pela solução da crise no café, já que os recursos para a reprodução do aparelho estatal provinham principalmente do café (TORELLI, 2004). Perissinotto (1994), explica que a falta de uma política de crédito estava ligado ao problema da especulação comercial e se ela permaneceu é porque não houve uma política de crédito agrícola que pudesse livrar a lavoura da tutela comercial.

Em 1905, a produção cafeeira se depara com circunstâncias desastrosas, demandando uma opção imediata. Delfim Netto (2009) definiu a situação dos cafezais em 1905. O café atingia, em moeda nacional, os preços que haviam vigorado nos anos anteriores ao encilhamento – na grande depressão de 1881-85. Se nessa época tais preços já haviam colocado a lavoura cafeeira em razoável dificuldade, agora, após a violenta inflação, eles provavelmente não cobriam ao menos o custeio – colocando a produção em risco de colapso em dois ou três anos.

A partir da expectativa de uma super-safra em 1906, que resultaria em uma produção de 20 milhões de sacas, somada a um estoque visível de 10 milhões de sacas, frente a um consumo internacional que beirava 16 milhões de sacas, as propostas de intervenção no mercado cafeeiro emergiram com força no cenário nacional, contrariando frontalmente as concepções de Rodrigues Alves e Leopoldo de Bulhões (MONTAGNER, 2011).

Em fevereiro de 1906, as primeiras reuniões do Acordo de Taubaté são realizadas e uma série de editoriais são publicados na imprensa comentando o assunto. Embora a administração Rodrigues Alves fosse contrária à intervenção, as negociações encontravam-se ‘a pleno vapor’ no início de 1906. Contudo, já em meados de agosto de 1905, quando do

anúncio de Afonso Pena como candidato à Presidência da República para as eleições de 1906, já se sabia que a política para com a lavoura seria altera⁷⁹.

Sendo assim, a situação da lavoura no final do Governo Rodrigues Alves tornou-se crítica e a eleição de Afonso Pena selou a nova tendência na política, que abriria não só a possibilidade de intervenção no mercado cafeeiro, com vistas a salvaguardar a lavoura e o comércio do café, bem como a estabilização do câmbio a um nível inferior do que o pregado pelas gestões anteriores. Com isso, o ano de 1906, o último do Governo Rodrigues Alves, marcou uma inflexão política e conseqüentemente econômica, notabilizada no Convênio de Taubaté e na Caixa de Conversão⁸⁰.

6.4 A Solução Intervencionista: o Convênio de Taubaté

Conforme visto anteriormente, em 1906 identificava-se que os preços internacionais do café estavam abaixo dos custos de produção; em contrapartida o preço final, nos mercados consumidores, variava muito pouco. As perdas acumuladas entre 1897 e 1906 tanto por meio da valorização cambial, como pela queda dos preços internacionais, ensejavam ações no sentido de salvaguardar a posição dos produtores (MONTAGNER, 2011).

Em fevereiro de 1906 é assinado o Convênio de Taubaté entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As principais medidas implementadas pelo Convênio de Taubaté foram as seguintes:

- (a) Preço mínimo de 55 a 65 francos por saca (Projeto Nº 1, da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1906);

Preço estabelecido pelos estados signatários, o plano valorizador conseguiu no máximo evitar uma queda drástica fazendo com que o preço ficasse em torno de 41 francos-ouro a saca (PERISSINOTO, 1994).

- (b) Fixação na graduação nacional de qualidade do café (Projeto Nº- 1, da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1906);

Com esta medida se pode observar que as sacas de café inferiores acabavam por saírem prejudicadas, inclusive se dificultou a exportação de cafés inferiores. O Banco do

⁷⁹ Op. Cit.

⁸⁰ Op. Cit.

Brasil emprestou recursos ao estado de São Paulo para se comprar os cafés dos tipos inferiores com a garantia do governo federal ao empréstimo externo destinado ao Convênio de Taubaté (NETTO, 2009).

- (c) Os estados produtores deveriam promover o café no exterior, com o intuito de aumentar o consumo no mercado internacional (Projeto Nº- 1, da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1906);
- (d) Sobretaxa de 3 francos-ouro para cada saca de café exportado (Projeto Nº- 1, da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1906);

Deveria ser criada uma sobretaxa por saca de café exportada no valor de 3 francos-ouro, que serviria para pagar juros e amortizações sobre o capital empregado no programa e para o custeio dos cafés no exterior. Esta sobretaxa de 3 francos era garantia do empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas que depois em 1908, passou para 5 francos. Não só a sobretaxa de 3 francos servia como garantia, mas as próprias sacas de café compradas também eram garantias (MONTGNER, 2011).

- (e) É o poder executivo do Estado autorizado a contrair no país ou no estrangeiro empréstimo de até no máximo quinze milhões de libras esterlinas. Fica o poder executivo também autorizado a abrir os necessários créditos para ocorrer as despesas preliminares referentes ao mesmo Convênio de Taubaté exportado (Projeto Nº- 1, da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1906);

Caso o estado de São Paulo necessitasse poderia contar com o endosso da União para a contratação de créditos externos, desde que fossem observadas as regulamentações fixadas em lei anterior (MONTAGNER, 2011).

- (f) Criação de uma Caixa de Conversão (Projeto Nº- 1, da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1906).

Uma das cláusulas que mais criou atritos após a aprovação do projeto do Convênio foi a criação da Caixa de Conversão. As críticas diziam respeito à inconstitucionalidade da medida, já que somente o poder federal poderia legislar sobre assuntos monetários. Contudo,

esta cláusula teria sido acrescentada sob o apoio de Afonso Pena, que era favorável à estabilização cambial, ou seja, os paulistanos contavam com o apoio do próximo presidente da República para solucionar o problema do câmbio, já que um movimento irresoluto nesta matéria poderia comprimir os ganhos da Valorização.

Sendo assim, a Caixa de Conversão fora uma fonte de problemas para os paulistas. Em nada adiantaria conseguir financiamento para a operação se o câmbio não fosse estabilizado. O acordo foi de que o câmbio se fixasse em 15 pence por mil-réis e não 12 pence, como queriam alguns representantes. Essa taxa buscou conciliar amplos interesses, dentre eles, os agrários, os comerciais e os financeiros, que estavam descontentes com as oscilações no câmbio entre 1905 e 1906.

Torelli (2004) relata que os que eram contra ao estabelecimento da Caixa de Conversão diziam que o padrão monetário já estabelecido, ou seja, o de restrição monetária, seria quebrado, e isso é algo imoral, já que a proposta da Caixa de Conversão seria algo relacionado a valorização cambial. Já os que defendiam a elevação cambial, o objetivo era de beneficiar os produtores de café. O autor diz, também, que a Caixa foi regulamentada e entrou em vigor em dezembro de 1906. Nos seus primeiros dois anos, ela recebeu pequenas quantias de moeda. Os preços do café continuavam baixos e o fluxo de capital externo tinha diminuído. Em 1909, os preços do café começam a recuperar e o capital estrangeiro retoma seus investimentos, fazendo com que entre uma grande quantidade de divisas na Caixa de Conversão.

Parlamentares aprovam o projeto relativo à questão cambial em separado do Convênio: era tácito que câmbio deveria ser fixado em patamar adequado às exportações de café e que o sucesso do programa atrelava-se à solução desta questão. Contudo, o câmbio não poderia alinhar-se unicamente à questão cafeeira, mesmo porque a importação de alguns insumos era primordial para manter a economia nacional em funcionamento. Assim, fixação do câmbio em '15 dinheiros esterlino por mil-réis' tinha por objetivo atender muito mais do que somente os interesses dos cafeicultores (MONTAGNER, 2011).

No entanto, a estabilidade cambial alcançada com a Caixa de Conversão foi conseguida, em boa medida, graças às reformas financeiras iniciadas em 1905. A reorganização do Banco do Brasil possibilita exercer maior controle sobre dívida pública e câmbio por parte do Estado: além de operações comerciais, o banco passa a ter monopólio sobre comércio de títulos do Tesouro no mercado europeu e a atuar no mercado de câmbio. A reforma seria contrária aos interesses dos bancos ingleses, que abandonaram as operações com títulos brasileiros, minimizando sua participação nos negócios cambiais: *Bank of London*

e South America, Bank of London and River Plate e Bank of London and Brazil perderam sua posição dominante nos negócios de câmbio e títulos públicos.

Tais reformas são centrais para se entender a estabilidade cambial: antes da centralização no Banco do Brasil, os bancos ingleses especulavam com títulos brasileiros no mercado europeu, mantendo grande influência sobre divisas e auferindo fortes ganhos nos leilões de câmbio⁸¹.

Por fim, vimos que o principal conflito colocado na aprovação do Convênio foi a correlação entre câmbio e cafeicultura. Enquanto os demais itens foram aprovados pelo Congresso sem modificações substantivas, colocando a operação em vigor em agosto de 1906, a aprovação da Caixa de Conversão só ocorreria em dezembro de 1906, já sob a presidência de Afonso Pena. Mesmo com suas bases lançadas, o plano não se processou da forma inicialmente concebida: o governo paulista teve dificuldades para conseguir os primeiros financiamentos, o que levaria ao redimensionamento do papel dos comerciantes internacionais⁸².

O plano mantinha a essência da valorização, que era a retirada do café do mercado e a estocagem para elevar o preço. Porém, diferentemente do Convênio de Taubaté, era um plano que não tocava na questão do monopólio da comercialização do café, que mantinha o preço bastante baixo (PERISSINOTTO, 1994). A burguesia cafeeira utilizou seu elevado poder de monopólio através do controle de 75% da produção mundial, manipulando os preços internacionais (MELLO, 1982).

6.5 Considerações sobre economia política brasileira de inícios do século XX

Delfim Netto (2009) identifica três ciclos anteriores ao período das políticas de valorização. No primeiro ciclo (1857-1868) e no segundo ciclo (1869 e 1885), tanto as etapas de ascenso cíclico, quanto nas de descenso, as reservas cambiais tendiam a crescer ou se mantinham. Nas primeiras, devido ao efeito de elevação dos preços internacionais do café, e nas segundas, devido ao efeito da elevação nas quantidades exportadas, compensando, ou até, mais que compensando as reduções nos preços internacionais nas fases recessivas.

Sob capacidade em manter reservas cambiais, a taxa de câmbio é preservada relativamente fixa e, com isso, as variações nos preços internacionais do café são repassadas

⁸¹ Op. Cit.

⁸² Op. Cit.

aos respectivos preços domésticos, servindo como sinalização correta para as decisões de expansão ou não dos plantios. No terceiro ciclo (1886-1906), diferentemente, o efeito cumulativo dos ciclos anteriores, acompanhado de políticas monetárias expansionistas, ampliaram de tal modo os plantios que, na etapa de descenso cíclico, a retração dos preços internacionais passava a ser tão forte que o efeito *quantum* de exportações já não se mostrava capaz de compensar o efeito preço de modo a preservar as receitas em divisas.

Agora, os efeitos que as receitas de exportações promoviam, por meio da demanda derivada e da consequente expansão do setor de mercado interno, sobre a renda doméstica, induziam a que não mais se pudesse ignorar, nas decisões políticas, as exigências por multiplicação monetária doméstica. Diante de reservas cambiais fragilizadas, o efeito era uma desvalorização monetária. A depreciação cambial passava a inverter os sinais de variação dos preços internacionais do café: na fase de descenso do terceiro ciclo, a redução do preço internacional do café invertia-se como aumento do preço doméstico, desde que a desvalorização da moeda nacional fosse suficientemente forte.

É sob esta inversão que a condição de superprodução do café no mercado internacional não é sinalizado corretamente dentro do país, agravando ainda mais o problema. Neste contexto, surge a discussão da política de valorização do café, objeto de preocupação nos termos discutidos anteriormente pela literatura, mas também para a diplomacia norte-americana, a ser tratado no capítulo seguinte.

7. INCURSO SOBRE A QUESTÃO DO ESQUEMA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ ATRAVÉS DE CORRESPONDÊNCIAS DIPLOMÁTICAS AMERICANAS DE 1906

7.1 Primeiros Apontamentos sobre a Questão da Valorização do Café: incredulidade por parte da diplomacia norte-americana e de agentes públicos brasileiros

7.1.1 Lei Orçamentária de 30 de dezembro de 1905 deixa estados cafeicultores com receio de eventuais compromissos financeiros no sentido da valorização do café

No dia 03 de janeiro de 1906, o sr. Charles Richardson, da Embaixada Americana no Brasil, envia ao Secretário de Estado, nos EUA, uma tradução da autorização legislativa concedida pelo Congresso ao Governo brasileiro no sentido da valorização do café. Ao final, deixa sua opinião, pessimista, sobre as possibilidades do plano de valorização vir a ser bem-sucedido ao ser colocado em prática.

Entregar ao Secretário de Estado uma tradução da autorização legislativa, finalmente concedida ao governo pelo Congresso, para a valorização do café. Mas quando se trata de tentar colocá-lo em prática, as dificuldades serão mais claramente vistas (Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP, Arquivos Diplomáticos Estrangeiros sobre o Brasil I, Estados Unidos da América⁸³, 03-01-1906, p. 01. MR0082. Tradução nossa).

Este pessimismo é exaltado quando, ainda no dia 03 de janeiro de 1906, nova mensagem da embaixada americana no Brasil informa ao Secretário de Estado a respeito das relações entre Executivo brasileiro e Estados Cafeicultores no âmbito da valorização do café, conforme previstas na Lei Orçamentária de 30 de dezembro de 1905.

O Sr. Richardson informa que, pela referida Lei Orçamentária, o executivo estava autorizado a estabelecer acordos com Estados Cafeeiros no sentido de regular o comércio de café, promover sua valorização e organizar e manter serviço permanente de propaganda cafeeira de modo a estimular o consumo mundial do produto.

Quanto à valorização do café, tenho a honra de informar que, pela Lei do Orçamento de 30 de dezembro de 1905, o Executivo está autorizado da seguinte forma. Estabelecer acordos com os Governos dos Estados Cafeeiros no sentido de regular o comércio de café, promover sua valorização, e organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda cafeeira com o objetivo de aumentar seu consumo. O Governo Federal poderá endossar as operações de crédito que, para os fins acima, possam ser realizadas pelos Estados interessados, desde que sejam observadas as seguintes condições:

⁸³ Daqui em diante AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA.

Os Estados garantirão à União uma garantia em ouro suficiente para o serviço do pagamento dos juros e amortização do empréstimo.

Essa garantia se estenderá a todo o prazo do empréstimo e não dependerá de impostos anuais revogáveis de um ano para outro pelas legislaturas dos Estados.

O resultado do empréstimo apenas deve ser aplicado de modo a sustentar um preço mínimo para o café de exportação, e não deve ser empregado em empréstimos para serviços ou adiantamentos a plantadores, comissários, exportadores ou a quem quer que seja, nem usado pelos Estados para outra finalidade que não aquelas autorizadas. O valor do empréstimo será depositado no Tesouro Nacional ou em suas Delegacias Fiscais e entregue conforme necessário, e sempre que as operações forem liquidadas, seu resultado líquido não será depositado novamente.

Todos os lucros realizados nas operações de valorização devem ser aplicados na amortização do empréstimo

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Charles Richardson

Chargé d'Affaire ad interim

(encarregado de negócios interino)

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 03-01-1906, p. 02 e 03. MR0082. Tradução nossa).

Para atender às finalidades previstas no acordo, o Governo Federal poderia endossar, conforme explicado na correspondência, operações de crédito a beneficiar os estados cafeeiros, desde que sujeitas a certas condições:

- ✓ (a) os estados deveriam manter uma reserva em ouro em montante suficiente para garantir o serviço do pagamento dos juros e amortização do empréstimo;
- ✓ (b) a garantia deveria se estender a todo o prazo do empréstimo, e não dependeria de impostos anuais revogáveis de um ano para outro pelas legislaturas dos estados;
- ✓ (c) a aplicação do empréstimo visaria, exclusivamente, sustentar um preço mínimo para o café de exportação;
- ✓ (d) o valor do empréstimo seria depositado no Tesouro Nacional ou em suas Delegacias Fiscais e entregue, conforme necessário, e sempre que as operações forem liquidadas, seu resultado líquido não poderia ser depositado novamente; e
- ✓ (e) todos os lucros realizados na operação de valorização deveriam ser aplicados na amortização do empréstimo.

A reunião das condições de garantia que permitiriam os saques dos recursos relativos aos empréstimos, após liberado junto ao Tesouro Nacional, constituiria num elemento de dificuldade, sobretudo, para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, de orçamento mais estreito que o do Estado de São Paulo. (MONTAGNER, 2011, p. 30)

Isto se reflete nas correspondências da diplomacia americana. No dia 08 de janeiro de 1906, o Sr. Richardson, da Embaixada Americana no Brasil, envia telegrama ao Secretário de Estado nos Estados Unidos para informar que, no âmbito das medidas de fixação de preço mínimo a serem adotadas pelos estados produtores, se exige elementos financeiros e outros para os quais o Congresso precisaria autorizar o governo a garantir a execução das operações de crédito em que os Estados estavam autorizados a realizar nesses eventos.

Secretário de Estado,
Washington.

O projeto de um conjunto de medidas a serem adotadas pelos Estados produtores de café no sentido de fixar um preço mínimo para o café necessita de elementos financeiros e outros para sua implementação.

O Congresso Federal simplesmente autoriza o governo a garantir a execução das operações de crédito que os Estados poderiam realizar em tais eventos, mas o início do esquema proposto ainda se encontra muito distante.

Richardson (AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 08-01-1906, p. 01. MR0082. Tradução nossa).

Com efeito, dadas as dificuldades previstas na Lei Orçamentária de dezembro de 1905 para atender às condições de garantia dos empréstimos, o Sr. Richardson informa, também, que o esquema estava, ainda, longe de poder ser levado a cabo.

Incrédula, mas, interessada em prever possíveis desfechos para o esquema de valorização, a diplomacia norte-americana procura autoridades públicas brasileiras para colher informações e opiniões sobre a questão. Como resultado, no dia 12 de janeiro de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, informa ao Departamento de Estado que foi ver o Ministro das Finanças do Brasil e que este é da opinião de que o esquema de valorização de café, provavelmente, será inútil.

Honorável Elihu Root,
Secretário de Estado,
Washington DC.

Senhor:

Referindo-me ao meu telegrama do 8º instante, tenho a honra de informar que fui ver o Ministro das Finanças esta tarde em seu retorno do Rio e é de sua opinião que o esquema para a valorização do café provavelmente será inútil.

Ele diz que dos três Estados interessados, Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, este último coloca muita pressão sobre o esquema, e os outros dois Estados entram na questão com bastante entusiasmo.

Entendi que ele dizia que as grandes somas de dinheiro, bem como os demais elementos que seriam necessários para dar assistência ao esquema, ainda não se encontram disponíveis e, provavelmente, não estarão.

Ele enfatizou o fato de que não era uma atribuição do governo, mas, de um projeto dos Estados produtores de café no qual, conforme havia dito, São Paulo desempenhava o papel de liderança.

Caso esse esquema aconteça, cujo início, conforme telegrafei, ainda está distante, uma consequência será que três francos por cada saco de café exportado deverão ser pagos.

Tendo em mente as instruções contidas no seu telegrama do sexto instante, vou mantê-lo informado sobre o *status* do movimento por cabo, quando algo importante acontecer.

Tenho a,

Seu servo obediente,

Charles Richardson

Chargé d'Affaires ad interim (AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 12-01-1906, p. 01. MR0082. Tradução nossa).

O Ministro da Fazenda, segundo o Sr. Richardson, assinala o entusiasmo da parte dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, eventualmente, sob pressão exercida pelo Estado de São Paulo, mas, entende que, na opinião do Ministro da Fazenda, a reunião das condições financeiras para a assistência ao esquema de valorização, talvez, nunca venha a ocorrer.

Aponta que, segundo o Ministro, o esquema de valorização era uma atribuição dos estados cafeicultores, dos quais São Paulo exercia papel de liderança, e informa que a consequência dos empréstimos de valorização seria, quando das autorizações de venda, o estabelecimento de 3 francos por saca de café exportado.

No dia 23 de janeiro de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado que o projeto de valorização de café continua sendo ativamente pressionado pelo partido do governo de São Paulo.

Afirma que, em seu entendimento, o executivo estava tomando a iniciativa de apresentar aos demais governos dos estados cafeeiros os termos definitivos do acordo para garantir o empréstimo de até 10 milhões de libras, e crê que, em duas semanas, será possível afirmar se o plano será ou não rejeitado pelos governos. Mais uma vez, o Sr. Richardson entende que, sob os termos em que o compromisso financeiro se firmou, havia possibilidade de alguns estados, sobretudo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, se mostrarem temerosos.

Com efeito, segundo o sr. Richardson, a opinião no Brasil (deduz-se, das pessoas de opinião respeitável) seria de que as administrações dos estados envolvidos, após os devidos exames das condições, hesitassem em assumir a grave responsabilidade de adotar o esquema tendo em vista a gravidade do problema que propõe resolver.

Honorável Elihu Root,
Secretário de Estado,
Washington DC.

Senhor:

Tenho a honra de lhe informar que o projeto de valorização continua sendo ativamente pressionado pelo partido do governo de São Paulo.

Entendo que o Executivo está tomando a iniciativa de apresentar aos demais Governos dos Estados Cafeeiros os termos definitivos do acordo para garantir o empréstimo no valor de **10.000.000 de libras esterlinas**.

Acredito que dentro de mais duas semanas será possível afirmar se o plano será rejeitado ou se os governos se comprometerão a executá-lo.

A opinião aqui é de que as administrações dos Estados envolvidos, após os devidos exames do esquema, hesitarão em assumir a grave responsabilidade de adotá-lo, por mais tentador que pareça e por mais cuidadosamente estudado, tendo em vista a gravidade do problema que propõe resolver.

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Charles Richardson

Chargé d'Affaires *ad interim*

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 23-01-1906, p.02. MR0082. Tradução nossa).

7.1.2 Governo de São Paulo parece decidido a levar a cabo o esquema, ainda que demais estados hesitem

No dia 27 de janeiro de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado que considera confiável o estabelecido de que o Governo de São Paulo está determinado a levar a cabo o esquema de valorização, mesmo que os outros governos estaduais não entrem em acordo.

Informa que, pela Lei Orçamentária de 30 de dezembro último, é autorizada que a União seja avalista para garantir um empréstimo ao governo de São Paulo, ainda que sozinho.

Considera, no entanto, ser claro que a probabilidade de sucesso do negócio, bem como sua segurança, tanto para o governo federal, quanto para os credores, seriam diferentes caso a operação seja levada a cabo, isoladamente, pelo Estado de São Paulo, já que, enquanto este Estado estaria comprando café ao preço mínimo fixado⁸⁴, os outros continuariam vendendo a preços mais razoáveis⁸⁵ e, por um longo período, nenhum café seria exportado de São Paulo.

Honorável Elihu Root,
Secretário de Estado,
Washington DC.

Senhor:

Continuando o assunto da Valorização do Café referente ao meu Despacho nº 143, de 23 de janeiro, tenho a honra de informar que considero confiável o estabelecido de que o Governo de São Paulo está determinado a levar a cabo o esquema de Valorização, mesmo que outros governos estaduais não entrem em acordo.

Pelos termos da autorização concedida ao Governo Federal na Lei Orçamentária de 30 de dezembro passado (ver meu Despacho nº 135 do 3º instante), parece que essa autorização permitiria à União dar seu aval de modo a garantir um empréstimo ao governo de São Paulo, ainda que sozinho.

Está claro, no entanto, que a probabilidade de sucesso do negócio e também a sua segurança, tanto para o governo federal, quanto para os credores, seria muito

⁸⁴ O Estado comprava café pelas mãos do capital mercantil cafeeiro com o intuito de extrair café excedente do mercado para formação de estoques. Assim, dada a demanda efetiva internacional, regulava-se a oferta aparente de modo a resultar no preço mínimo fixado.

⁸⁵ Em virtude do controle de oferta realizado por São Paulo.

diferente se fosse realizado, isoladamente, pelo Estado de S. Paulo, porque enquanto esse Estado estaria comprando café no preço mínimo fixado, os outros Estados continuariam vendendo a preços mais razoáveis e, por um longo período, nenhum café poderia ser enviado de São Paulo.

Portanto, não haveria imposto sobre café cobrado por esse Estado nem qualquer resultado poderia ser obtido da taxa de três francos por saca criada como garantia especial para o empréstimo.

Pode-se acrescentar que, enquanto S. Paulo está pressionando o esquema, o Rio está mantendo os preços mais firmemente que Santos, e isso certamente apontaria para a idéia de que em S. Paulo a crença no esquema não é grande.

Ao mesmo tempo, após a tenacida demonstrada pelo governo de São Paulo em se apossar da ferrovia Sorocabana, não é seguro afirmar positivamente que não conseguirá iniciar algo na forma de valorização do café.

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Charles Richardson

Chargé d'Affaires *ad interim*

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 23-01-1906, p. 04 e 05. MR0082. Tradução nossa).

Portanto, de acordo com o Sr. Richardson, se apenas o Estado de São Paulo promovesse operações de valorização, o montante de café que deveria extrair do mercado – oriundo de todos os estados cafeicultores –, de modo a assegurar o preço mínimo fixado, impediria que saísse café do porto de Santos e, assim, nenhuma sobretaxa de 3 francos por saca, criada como garantia especial para o empréstimo, seria cobrada em São Paulo. Esta dificuldade contaria como argumento contrário à determinação de São Paulo em seguir com o esquema.

Mas, o que convence o Sr. Richardson de que este Estado está, de fato, determinado a seguir com o esquema de valorização é a tenacidade demonstrada pelo seu Governo em se apossar da Ferrovia Sorocabana, iniciativa no sentido de controlar o quantitativo de café que circula entre as fazendas e os centros de armazenamento para embarque.

7.1.3 Tradicional parceira para financiamento, a Casa Rothschild, de Londres, também se mostra incrédula relativamente ao projeto de valorização

No dia 28 de janeiro de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, encaminha telegrama ao Secretário de Estado, enviado anteriormente àquela embaixada, segundo o qual fontes privadas de Rothschild, em Londres, informaram sobre telegrama que a instituição teria enviado ao Ministro das Finanças do Brasil dissuadindo-o a respeito do que foi proposto, em Londres, sobre a questão da valorização do café.

Honorável Elihu Root,
Secretário de Estado,
Washington DC.
Senhor:

Tenho que confirmar o seguinte telegrama de cifra ao Departamento de Estado:
 "Petrópolis, 28 de janeiro de 1906.

Secretário de Estado,
 Washington.

Ouvimos de fontes privadas que Rothschild, em Londres, telegrafou para o Ministro das Finanças do Brasil dissuadindo o que foi proposto aqui sobre café. Richardson".

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Charles Richardson

Chargé d'Affaires *ad interim*

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 23-01-1906, p.07. MR0082. Tradução nossa).

7.1.4 Convenção de Taubaté: os três estados cafeicultores concordam com o esquema de valorização e assumem o compromisso em obter empréstimos em até 15 milhões de libras

No dia 27 de fevereiro de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado que três estados cafeeiros diferentes concordaram em aumentar os valores do café, tomando de empréstimo 15 milhões de libras esterlinas, dependendo de um congresso que fixe o câmbio.

A Convenção de Taubaté marca, assim, um acordo entre os três estados cafeicultores, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, no sentido de harmonizar as operações de valorização. Apesar disso, a desconfiança em torno do plano permaneceria, conforme se pode observar nas correspondências da diplomacia norte-americana.

7.1.4.1 Diplomacia norte-americana argumenta sobre clima de pessimismo com relação ao sucesso do projeto de valorização: Caixa de Conversão estaria colocando agentes públicos brasileiros contra o acordo

No dia 06 de março de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado que, segundo é dito, o esquema de valorização, no caso de ser aprovado (o que considera muito duvidoso), arruinaria o Brasil em poucos anos. Para ajudar a argumentar, promete enviar cópia da "*Brazilian Review*" deste dia com artigo sobre o assunto, corroborando seu ponto de vista.

Honorável Elihu Root,
 Secretário de Estado,
 Washington DC.

Senhor:

Considerando que pode ser do seu interesse e, especialmente, por ser um número muito bom e conter as informações mais recentes sobre o esquema de valorização proposto - sobre o qual é dito, se for aprovado (o que é muito duvidoso), que arruinará o Brasil em poucos anos -, tenho a honra de anexar uma cópia da

“Brazilian Review” de hoje, que fui adquirir ao Rio de modo a enviá-la com a mala de despacho que segue amanhã.

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Charles Richardson

Chargé d'Affaires *ad interim*

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 06-03-1906, p.02. MR0082. Tradução nossa).

No dia 12 de março de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado que a questão da valorização do café aguardará para ser decidida até a próxima sessão ordinária do congresso, a ser realizada em maio.

Informa, também, que o Presidente da República, o Ministro das Finanças, bem como outros homens conhecidos no Brasil, como o Dr. Custódio Coelho, diretor do departamento de câmbio do banco da República, no Rio de Janeiro, se opõem ao esquema. Restaria saber se o poder do estado de São Paulo era suficiente para forçar o esquema contra o Governo Federal.

Honorável Elihu Root,
Secretário de Estado,
Washington DC.

Senhor:

Referindo-me ao meu telegrama do último dia 27, tenho a honra de informar que a questão da valorização do café aguardará para ser decidida até a próxima sessão ordinária do Congresso, que será em maio.

O Presidente da República, assim como o Ministro das Finanças e outros homens conhecidos aqui, como o Dr. Custódio Coelho, diretor do departamento de câmbio do Banco da República, no Rio, se opõem ao esquema e resta saber se o poder do estado de São Paulo será suficiente para forçá-lo contra o Governo Federal.

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Charles Richardson

Chargé d'Affaires *ad interim*

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 06-03-1906, p.04. MR0082. Tradução nossa).

No dia 20 de março de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado que a questão da valorização do café seria decidida na próxima sessão do Congresso, a ser realizada em maio; e anexa dois recortes, considerados por ele de interesse, da “*Brazilian Review*” do dia 20 de maio.

O primeiro recorte, intitulado “A Convenção de Taubaté”, contém uma correspondência entre o presidente da República e o Presidente do Estado de São Paulo tratando do acordo de valorização entre os três estados.

O segundo recorte é um artigo, aparentemente, escrito por um jornalista (considerado “muito bom” pelo sr. Richardson) sobre valorização do café, que comenta a correspondência

anterior entre o Presidente da República e o Presidente do Estado de São Paulo. Embora seja contrário à proposta, o jornalista parece considerar extremamente provável a adoção de alguma forma do esquema de valorização.

Informa que entende não haver, ainda, nada definitivo.

Honorável Elihu Root,
Secretário de Estado,
Washington DC.

Senhor:

Referindo-me ao meu Despacho N. 154 do 15º instante, em que eu disse que a questão da valorização do café seria decidida na próxima sessão ordinária do Congresso, realizada em maio, agora tenho a honra de anexar dois recortes de interesse, da Revista Brasileira do dia 20 deste mês.

O primeiro recorte intitulado "A Convenção de Taubaté" contém uma boa tradução da correspondência oficial mais importante que apareceu no Diário Oficial do décimo quarto instante, que ocorreu entre o Presidente da República e o Presidente do Estado de São Paulo sobre o acordo de valorização entre os três Estados, relativamente à qual chamei a atenção do Departamento de Estado com o meu telegrama de cifras e Despacho não-confirmado do último dia 27.

O segundo recorte, do homem muito bom que escreve os artigos de valorização para esta revista, comenta essa correspondência e parece considerar extremamente provável a adoção de alguma forma do esquema.

Em geral, entendo que não há nada definitivo além do que telegrafei para o Departamento - todas as considerações parecem ter, dia após dia, seus altos e baixos; um dia em um aspecto e no dia seguinte noutro.

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Charles Richardson

Chargé d'Affaires *ad interim*

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 06-03-1906, p.05. MR0082. Tradução nossa).

Com efeito, os dois recortes se fazem acompanhar por anexo incluído no Despacho N.º 158, de 20 de março de 1906, enviado à Secretaria de Estado norte-americana.

O primeiro recorte consiste de correspondência de 02 de março de 1906 enviada ao Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, pelo Presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, por meio da qual este apresenta o acordo celebrado entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, constituindo o "Convênio de Taubaté". Na qualidade de Presidente da Convenção, o Presidente de São Paulo envia o original da ata, de modo a obter a aprovação necessária do Presidente da República, em conformidade com os termos do inciso 16º do art. 48 da Constituição Federal.

Nesta correspondência, o Presidente de São Paulo explica ao Presidente da República que o objetivos do acordo eram a valorização do café, a regulação do comércio e a promoção do consumo do produto - na verdade, um tripé que, combinado, buscava, em última instância, alcançar as condições de valorização do café.

Informa, ainda, que a proposta carregava, também, uma ideia adotada pelos presidentes dos três estados para a solução de suas questões monetárias, uma medida considerada da maior urgência e que requereria, da parte do Presidente da República a convocação extraordinária do Congresso Federal para a votação das leis necessárias, conforme os termos do inciso 10º do art. 48 da Constituição Federal. Esta ideia de solução de questões monetárias terá peso especial na resposta do Presidente da República, exposto a seguir.

7.1.4.2 Presidente da República considera a Caixa de Conversão um desvio em relação à ideia original do projeto e se coloca em desacordo

Com efeito, em resposta do Presidente da República ao Presidente do Estado de São Paulo, em correspondência do dia 12 de março de 1906, informa que, de acordo com o promulgado no art. 8 da Convenção, a execução do projeto exigia do Estado de São Paulo a promoção das operações de crédito necessárias de até 15 milhões de libras esterlinas, a serem aplicadas como reserva para uma Caixa de Conversão a ser criada pelo Congresso Nacional, com o objetivo de fixar o valor da moeda. A reserva em libras serviria como lastro para ancorar o valor do mil-réis.

Diz que, ainda que o resultado da emissão contra essa reserva seja empregada no comércio de café e de sua regulação, sem prejuízo para outras dotações orçamentárias criadas por lei, o aspecto original da referida Convenção havia desaparecido. Diante da ideia da Caixa de Conversão, embutida do Convênio, o Presidente da República parece entender que a mesma constitui desvio relativamente aos propósitos originais do projeto – a saber, valorização do café, regulação do comércio e promoção do consumo do produto.

O Presidente da República afirma que as outras decisões do Convênio, nomeadamente, a propaganda para estímulo ao consumo, melhor preparação do café, organização de tipos comerciais, e não-exportação das qualidades inferiores, podem ser executadas de imediato, uma vez que, por sua natureza, se enquadram nos atributos das autoridades dos Estados.

Mas, no que diz respeito à Caixa de Conversão e suas circunstâncias, deverá ser submetido, oportunamente, ao Congresso Nacional, em conformidade com o inciso 16º do art. 48 da Constituição Federal.

O Presidente da República informa, também, que não considera aceitável a ideia proposta pelo Presidente de São Paulo de uma convocação extraordinária do Congresso para

votar as medidas da Convenção, pois, além da iminência da data legal para reunião ordinária do órgão, havia a circunstância do país se encontrar preocupado com as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e de Deputados e Senadores para a próxima legislatura.

No dia 09 de maio de 1906, o sr. Richardson, da embaixada americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado que a mensagem do Presidente é considerada a mais importante a ser apresentada nos últimos anos.

Segundo o sr. Richardson, sua importância reside na franqueza e relevância com que o Presidente considera as questões agora submetidas à deliberação do Congresso, cujo ponto de vista é reconhecidamente distinto daquele do Presidente.

De acordo com o sr. Richardson, o Presidente Rodrigues Alves se declarava totalmente contrário à Convenção de Taubaté, condenando, enfaticamente, a ideia de “fixar o câmbio”. Seria, para ele, um erro grave retroceder da sólida política financeira adotada pelos governos atual e anteriores e diz que é um dever patriótico rejeitar todas as propostas que impliquem em desvalorização do câmbio.

Ainda de acordo com o Presidente, as melhores autoridades sobre o assunto apontavam que a crise do café tende a declinar, apesar da perspectiva de uma nova grande safra que aterrorizava aqueles que não podiam esperar uma compensação nos próximos anos.

Honorável Elihu Root,
Secretário de Estado,
Washington DC.

Senhor:

Referindo-me ao meu número 162 do sétimo instante, anexando uma cópia da Mensagem do Presidente, tenho a honra de informar que esta mensagem é considerada a mais importante que foi apresentada nos últimos anos.

Sua importância consiste na franqueza com que considera a importância das questões agora submetidas à deliberação do Congresso, cujo ponto de vista é reconhecidamente distinto daquele do Presidente.

O Dr. Rodrigues Alves se declara totalmente contrário à Convenção de Taubaté e expressa a esperança de que o Congresso a rejeitará. Ele condena enfaticamente a ideia de “fixar o câmbio”.

Ele declara que seria um erro grave retroceder da sólida política financeira adotada pelos governos atual e anteriores e diz que é um dever patriótico rejeitar todas as propostas que impliquem em desvalorização do câmbio.

O Presidente afirma que, de acordo com as melhores autoridades sobre o assunto, a crise do café tende a declinar, apesar da perspectiva de uma nova grande safra que aterroriza aqueles que não podem esperar uma compensação nos próximos anos.

Ele ressalta que a Lei Orçamentária votada em dezembro do ano passado continha as medidas então reputadas suficientes para a solução das crises e que uma nova lei é necessária para isso, principalmente porque os próprios Estados desfrutem do crédito necessário para obter o empréstimo requerido.

O Presidente, no entanto, não esconde sua opinião de que a ideia de Valorização artificial não é a melhor maneira de alcançar os fins desejados, e indica, preferencialmente, outras medidas menos diretas, como a restrição temporária do plantio, a melhoria das qualidades exportadas, propaganda efetiva no exterior e, acima de tudo, estabelecimento de crédito agrícola.

Ele não considera que os sacrifícios exigidos pela elevação do câmbio a igual paridade seja demasiado para ser gerado pelo país. Câmbio elevado, ele afirma, significa a valorização de tudo no país e é o sinal mais claro de crédito nacional, do bem-estar das classes conservadoras, e da prosperidade geral da nação.

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Charles Richardson,

Chargé d'Affaires *ad interim*

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 09-05-1906, p. 02 e 03. MR0082. Tradução nossa).

Ser contra “fixar o câmbio” parece significar, aqui, ser contra desvalorizações cambiais competitivas, no sentido de favorecer preços domésticos mais interessantes para o café exportado.

[...] não considera que os sacrifícios exigidos pela elevação do câmbio a igual paridade seja demasiado para ser gerado pelo país.” e que “Câmbio elevado [...] significa a valorização de tudo no país e é o sinal mais claro de crédito nacional, do bem-estar das classes conservadoras, e da prosperidade geral da nação [...] (AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 09-05-1906, p. 02 e 03. MR0082. Tradução nossa).

Isto parece ficar claro quando o Sr. Richardson aponta que o Presidente da República prefere, na verdade, câmbio valorizado.

7.1.4.3 Artigo da “Brazilian Review” considera que Congresso Nacional seria favorável à aprovação do plano do acordo

O segundo recorte trata de artigo sobre estas mesmas correspondências, veiculado na “Brazilian Review”, escrito por eventual jornalista não identificado (considerado “muito bom” pelo sr. Richardson), também enviado ao Secretário de Estado norte-americano via anexo incluído no Despacho N.º 158 de 20 de março de 1906, referido anteriormente.

Segundo o artigo, o Dr. Rodrigues Alves decidiu não aprovar formalmente a Convenção nem convocar uma sessão extraordinária do Congresso para discutir a questão. Que tais decisões, fortemente criticadas por muitos que estariam ansiosos por ver os preços do café mais altos, seriam, no geral, reconhecidas como inteiramente razoáveis.

Considera que a convocação especial de uma Câmara de Deputados já expirada, e próxima da data legal para se formar uma nova (eleições), só traria complicações embaraçosas. Considera, também, que se o Presidente da República tivesse aprovado

formalmente a Convenção, incorreria num ato prematuro, pois, aquilo que se tornou a sua ideia central – a Caixa de Conversão - dependia do Congresso.

O artigo entende ser bastante certo que o Presidente da República, individualmente, não aprovava o plano adotado na Convenção de Taubaté. Por isso, considera que o Presidente não tinha qualquer pretensão de apressar a submissão do plano ao Congresso. A despeito disso, entende, também, que ele não procuraria influenciar a decisão do Congresso contra o projeto.

Em seguida, o artigo inicia ponderações sobre as possibilidades de aprovação pelo Congresso e sobre sua viabilidade na persecução de seus objetivos: aponta que o plano de valorização contava com muito apoio, e considera que, apesar das modificações e compromissos que lhe seria imposto em seus detalhes no decorrer das discussões do Congresso, a sua adoção seria quase certa. Apesar disso, acha que, após ser votado, a possibilidade de sua realização seria muito questionável.

Com relação à possibilidade de aprovação, informa se encontrar, entre os senadores considerados favoráveis à valorização do café, Pinheiro Machado e Ruy Barboza, e a influência destes dois asseguraria os votos, pelo menos, do Rio Grande e da Bahia. Entende que o Rio Grande, a Bahia, São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, além do Ceará, que também se pronunciou favorável, juntariam os votos de mais de 100 deputados. O poder de voto destes seis estados somava 127 deputados de um total de 212 que compõe a Câmara.

Uma maioria na Câmara a favor da valorização parecia, na opinião expressa no artigo, garantida, a menos que estivesse contra o Dr. Afonso Pena ou o Dr. João Pinheiro, o que significaria a perda de 37 importantes votos de Minas. Essa contingência seria, segundo o artigo, bastante improvável, considerando a posição assumida na Convenção pelo Dr. Francisco Salles, o Presidente de Minas. Além disso, o Estado de Minas era considerada fortemente protecionista.

7.1.4.4 Até meio do ano de 1906, em julho, a diplomacia americana reitera seu pessimismo com relação ao esquema de valorização

Em telegrama do dia 04 de julho de 1906, o Sr. Griscom, da Embaixada Americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado sobre a solicitação de informações da parte do Sr. Bacon junto a àquela embaixada, a respeito de medidas que estariam sendo levadas a cabo nesse país com relação ao esquema de valorização do café, bem como de sua resposta.

Informa ao Secretário de Estado que, em resposta ao Sr. Bacon, apontou o fato de que, embora os estados cafeeiros tenham concordado com o esquema, o Congresso Nacional não havia tomado, ao momento, qualquer medida; o esquema encontrava muita oposição; e os estados cafeeiros, até então, não haviam levantado o empréstimo necessário de 15 milhões de libras.

Senhor, tenho a honra de confirmar o recebimento no terceiro instante do telegrama do Sr. Bacon, que, decifrado, tem a seguinte redação:

"Embaixada, Petrópolis.

Declare se foram tomadas medidas pelo governo brasileiro no esquema de valorização do café.

Bacon".

Também tenho que confirmar minha resposta da seguinte forma:

Secretaria de Estado, Washington.

"Três Estados, São Paulo, Rio e Minas, concordaram com o esquema de valorização do café, mas o Congresso Nacional não tomou medidas. Dizem que o Presidente e o Ministro das Finanças desaprovam. O esquema encontra muita oposição e os Estados ainda não levantaram o empréstimo necessário de quinze milhões de libras esterlinas. Qualquer coisa, transmitirei por cabo.

Griscom."

O assunto do esquema de valorização do café foi amplamente relatado pelo Sr. Richardson em seus números 135, 139, 143, 145, 154, 158 e 163 de 3, 12 e 23 de Janeiro, 27 de fevereiro, 12 e 20 de março (P. 2), e 9 de maio, respectivamente.

No momento, apenas posso repetir o que o Sr. Richardson escreveu no seu despacho de 20 de Março; de que não há nada definido a ser relatado no que diz respeito ao desenrolar do esquema, embora se comente no meio empresarial e político que o assunto está assumindo uma forma mais definida e que alguma proposta será apresentada em breve ao Congresso Nacional.

Sabe-se que o Presidente e o Ministro das Finanças desaprovam o projeto e o apoio do Estado do Rio de Janeiro é muito fraco. Embora não seja de se duvidar que algum resultado provenha do movimento, é impossível, contudo, prever se ele assumirá forma de um "canto (marginal?)", como proposto no "Acordo de Taubaté". A "Brazilian Review", que é a principal publicação financeira brasileira, se opõe fortemente ao projeto, mas em seu último número, afirma que algo de bom pode vir do movimento, caso seu caráter seja transformado em uma campanha de publicidade e propaganda. Tal esquema, eles afirmam, foi realizado com sucesso há alguns anos atrás para ajudar o comércio do chá.

Na pendência de novos desenvolvimentos, é impossível prever o resultado, e a maioria das discussões publicadas são meras especulações sem valor. Por isso, evitarei relatar o assunto até que ocorram novos desenvolvimentos, caso em que telegrafarei.

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,

Griscom
(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 04-07-1906, p. 03 e 04. MR0082. Tradução
nossa).

Na mesma correspondência, corroborando o Sr. Richardson, o Sr. Griscom afirma ser da opinião de que a situação do esquema de valorização do café era, até o momento, incipiente, vacilante, e contraditória. Apesar de ter ouvido falar que o assunto estivesse assumindo uma forma definitiva e que alguma proposta seria apresentada em breve ao Congresso Nacional, diz não haver nada definido.

Informa se saber – da opinião de empresários e políticos influentes - que o Presidente da República e o Ministro das Finanças eram contra o projeto, e que o apoio do Estado do Rio de Janeiro era muito fraco.

No entanto, aponta que, apesar da “*Brazilian Review*”, principal publicação brasileira à época, ser contrária ao projeto, em sua última publicação, ela havia afirmado que algo de bom poderia vir do movimento, pois, com publicidade, poderia obter sucesso - como havia ocorrido com o caso do chá alguns anos atrás. Por isso, era impossível prever resultados.

1.5 Considerações sobre a incredulidade e receios em torno da política de valorização: Caixa de Conversão, câmbio, política monetária e risco financeiro

Nos primeiros telegramas enviados no começo de 1906, a opinião da Embaixada Americana no Brasil era de que o Plano de Valorização não seria levado adiante, devido a informações que eles obtinham tanto da imprensa como de agentes brasileiros.

A Lei orçamentária aprovada em 1905 já trazia algumas medidas que, na visão do presidente, poderia resolver o problema da superprodução. De acordo com o presidente, uma nova lei não seria necessária. Portanto, mostrava-se claramente contra o Plano de valorização e, principalmente, contra a fixação do câmbio. Para o Presidente, seria um retrocesso com relação à política praticada tradicionalmente desde governos anteriores, ou seja, ele corrobora o discurso conservador observado no referencial: o forte viés liberal de que o mercado iria se autorregular, mantendo uma política monetária atrelada ao padrão-ouro internacional.

De acordo com as expectativas da diplomacia norte-americana, ficaria o Congresso Nacional responsável pela aprovação do Plano de Valorização do Café. As correspondências indicam que estavam esperançosos, até determinado momento, de que o plano poderia (e deveria) ser negado nas instâncias políticas. O esquema se encontrava, a essa altura, longe de

ser concluído em virtude de um conjunto de controvérsias com relação a alguns de seus aspectos, nomeadamente, a Caixa de Conversão.

Outro ponto que merece destaque é o fim da parceria entre com a Casa Rothschild, que fez o estado de São Paulo procurar outros parceiros como Herman Sielcken, um grande comerciante que, mais tarde, será o principal articulador de um comitê de valorização do estado. É ele que consegue uma série de empréstimos para o estado afetar as compras de valorização.

Apesar dos tres estados aderirem o Convênio de Taubaté, somente São Paulo conseguiu seguir com o Plano de Valorização. Os demais estados não tinham recursos suficientes para empreender um projeto, que exigia grandes somas de dinheiro. Apesar dos tres estados concordarem, o Presidente mantinha sua oposição ao Plano.

A despeito das posições da diplomacia norte-americana e de alguns agentes públicos brasileiros, como o Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores e o Diretor do Departamento de Câmbio do Banco da República - conforme foi observado nas correspondências -, as circunstâncias eram favoráveis à aprovação do esquema de valorização no Congresso, pois, o movimento político em defesa da valorização havia ganhado força.

A emergência desta nova força política - contra o conservadorismo tradicional que defendia o padrão-ouro sob quaisquer sacrifícios em termos de manipulações monetárias para manter os meios circulantes domésticos em sintonia com as reservas internacionais disponíveis - iria, aparentemente, defender outras formas de obter este objetivo: ao invés de sacrificar a economia doméstica, cujos interesses eram crescentemente consolidados diante da demanda derivada por bens e serviços a partir das receitas de exportação - criadoras de atividades de mercado interno -, buscava-se, pelo que se pode entender das questões de economia política colocadas, melhorar as reservas externas. O meio seria as políticas de valorização do café.

Portanto, até este ponto da exposição, a tendência à aprovação das políticas de valorização demonstrava importante inflexão na economia política tradicional.

7.2 Tarifas Preferenciais Brasileiras sobre Produtos Norte-americanos como Condição para Aceitação do Plano de Valorização do Café

7.2.1 De hesitações iniciais à publicação do Decreto Presidencial que coloca em prática uma tarifa preferencial de 20% sobre uma lista de produtos importados dos EUA

No dia 14 de julho de 1906, o Sr. Griscom, da embaixada americana no Brasil, informa ao Secretário de Estado a respeito do Decreto do Governo brasileiro de redução tarifária preferencial de 20% a favor de uma lista de produtos americanos (P. 1-2), e das hesitações e demora para colocar a questão em vigor.

De acordo com a mensagem do Sr. Griscom, o Governo brasileiro havia proclamado uma redução tarifária preferencial que deveria entrar em vigor no dia 31 de dezembro próximo, em favor de alguns produtos norte-americanos. Informa sobre telegrama anterior que o Sr. Richardson enviou ao Secretário de Estado, no dia 16 de maio, com cópia de nota de inquérito que havia endereçado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, seguindo instruções por cabo do dia 15 de maio.

O Sr. Griscom informa que, após esperar um mês para que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil respondesse ao inquérito, decidiu colocar a esse Ministério várias questões verbais, entretanto, sem produzir resultados. Assinala a sua insistência, no dia 30 de junho, quando solicitou ao mesmo Ministério respostas sobre se a redução de 20% havia entrado em vigor.

Em decorrência disso, sai a publicação, no dia 03 de julho, do Decreto Presidencial (tradução em anexo), pondo em prática uma redução preferencial de 20% sobre uma lista de produtos importados dos EUA.

Senhor:

Tenho a honra de confirmar um telegrama que lhe foi endereçado no terceiro instante, que, decifrado, tem a seguinte redação:

“Secretaria de Estado, Washington,

O governo brasileiro proclamou hoje uma redução tarifária preferencial de vinte por cento para entrar em vigor no primeiro instante e terminar em 31 de dezembro próximo em favor dos seguintes produtos emanados dos Estados Unidos; farinha, leite condensado, tipos de borracha, relógios, tintas exceto para escrita, vernizes, máquinas de escrever, geladeiras, balanças, pianos, moinhos de vento.

Griscom

O Sr. Richardson transmitiu a você em seu número 165 de 16 de maio, uma cópia de uma nota de inquérito que ele endereçou ao Ministério das Relações Exteriores, de acordo com as instruções por cabo de 15 de maio.

Após esperar um mês para responder à pergunta do Sr. Richardson, coloquei várias questões verbais junto ao Ministério das Relações Exteriores sem produzir nenhum resultado e, finalmente, em 30 de junho, enviei uma mensagem ao Ministro das Relações Exteriores, cuja cópia incluo em anexo, solicitando-lhe que me respondesse à pergunta muito simples sobre se a redução de 20% havia entrado em vigor.

Minha pesquisa foi imediatamente seguida pela publicação, em 3 de julho, de um decreto presidencial, cuja cópia e tradução apresento em anexo, pondo em prática

uma redução preferencial de 20% em favor dos seguintes bens importados dos Estados Unidos: farinha, leite condensado, tipos de borracha, relógios, tintas exceto para escrita, vernizes, máquinas de escrever, geladeiras, balanças, pianos e moinhos de vento.

Em recente entrevista ao ministro da Fazenda, chamei a atenção para o fato de o governo brasileiro ter sido autorizado a tomar essa medida no dia 31 de dezembro passado e indaguei por que seis meses se passaram sem que eles realizassem qualquer ação.

Ele respondeu que eles não tomaram nenhuma medida porque não haviam sido solicitados por nós a fazê-lo.

Parece, portanto, que perdemos seis meses de operação da lei devido a nosso fracasso em pedir que ela fosse efetivada.

Agora, estou empenhado em coletar algumas estatísticas para mostrar o efeito da operação da redução de 20% em nosso favor, que estava em vigor de 15 de abril de 1904 até 1º de janeiro de 1905. Logo, terei a honra de apresentar um novo relatório ao Departamento sobre esse assunto.

Tenho a honra de ser, senhor,

Seu servo obediente,
Griscom

ANEXOS:

1 – Sr. Griscom ao Barão do Rio Branco em 30 de Junho de 1905.

2 – Tradução do Decreto Presidencial publicado em 03 de julho de 1905

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 04-07-1906, p. 06 e 07. MR0082. Tradução nossa).

O Sr. Griscom informa, ainda, que em entrevista, indagou ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre por que, se o Governo foi autorizado a tomar a medida desde 31 de dezembro último, após ter se passado seis meses nenhuma ação havia sido realizada. O Ministro respondeu que o motivo foi não ter havido demanda da embaixada americana a fazê-lo.

O Sr. Griscom aponta, por último, que está empenhado em coletar estatísticas para apurar o efeito desta operação de redução tarifária em favor dos EUA, em vigor entre 15 de abril de 1904 e 01 de janeiro de 1905, para apresentar novo relatório ao Departamento de Estado.

7.2.2 Deliberações sobre instruções a serem passadas pelo Departamento de Estado à Embaixada Americana no Brasil em torno da decisão sobre redução tarifária brasileira a produtos norte-americanos

No dia 18 de dezembro de 1906, o Sr. Osborne, do Departamento de Estado norte-americano, solicita ao Sr. Adee, também do Departamento de Estado, que anexe esboço de instruções a serem enviadas ao Sr. Griscom, relativas ao tratamento tarifário brasileiro a produtos americanos.

Informa que não está certo da aprovação, pelo Departamento de Estado, de todos os aspectos do Decreto brasileiro de redução nos direitos de importação sobre alguns produtos norte-americanos, em particular, quando se referem a possíveis ações do Congresso dos Estados Unidos. Por isso, envia as instruções mais como um rascunho provisório para exame do Departamento.

Informa que as instruções a serem passadas são similares às do período do Embaixador Thompson, pois, a questão Brasileira à época do ministro Byran era praticamente a mesma. Aponta que, apesar dessas semelhanças, o Embaixador Griscom parece ansioso por receber instruções específicas de modo a ter confirmado seus esforços anteriores.

Caro Sr. Adee:

Peço encarecidamente que anexe um esboço de Instrução ao Embaixador Griscom com relação ao tratamento tarifário brasileiro de produtos americanos.

Sem ter recebido quaisquer diretrizes no sentido de me orientar quanto a sua formulação, não estou certo se obterá aprovação do Departamento em todos os aspectos, particularmente no que diz respeito à referência, no parágrafo final, a possíveis ações do Congresso. Por isso, o envio mais como um rascunho provisório, sujeito ao exame minucioso do Departamento.

Esta questão brasileira é, praticamente, a mesma da época do ministro Byran, e as instruções que lhe eram passadas, bem como ao embaixador Thompson, pelo Departamento, continuam bastante pertinentes às atuais condições.

Embora a manutenção da referência segundo instruções anteriores seja, praticamente, o bastante, o Embaixador Griscom parece ansioso por receber instruções específicas e ter confirmado seus esforços anteriores.

Sua correspondência sobre esse assunto agora assumiu proporções volumosas e, creio, chama nossa atenção.

Parece-me que uma instrução semelhante à anexada - que se baseia, em parte, no relatório detalhado que lhe fiz na data de 26 de outubro último - atenderia à situação. É verdade, no entanto, que nosso telegrama de 14 de novembro com relação às perspectivas para a renovação da lista preferencial existente, com importantes adições, divulga, em certa medida, a atitude do Departamento.

No que diz respeito ao nosso elogio às reduções preferenciais existentes, embora pessoalmente não tenha dúvidas de que se trata de uma concessão importante, por outro lado, o Embaixador Griscom, o Cônsul-Geral Anderson e o Sr. Stone, do Departamento de Comércio e Trabalho, consideram o contrário.

Por outro lado, temos os depoimentos dos Srs. Holt & Co., Sr. H. F. Hitch e outros exportadores, que demonstraram interesse solícito na continuidade (**P. 3**) da concessão em vigor, em questão.

Parece-me contraprodutivo esperar uma redução tarifária preferencial maior do que 20% em todas as outras nações do mercado brasileiro e, como no caso de Cuba, deve-se ter em mente que a eficácia desta concessão pode, até certo ponto, aumentar

em proporção aritmética com os impostos da tarifa geral brasileira; em outras palavras, desde que os impostos brasileiros não tenham caráter proibitivo ou restritivo ao consumo dos artigos, quanto maior o imposto, maior a vantagem a ser aproveitada pelos exportadores americanos de um artigo sujeito à redução preferencial de 20%.

Não fiz nenhuma referência a isso nas instruções, mas parece-me válido tanto no Brasil quanto em Cuba, e neste último país, você deve se lembrar de que estávamos ansiosos para aumentar os impostos sobre certos artigos para que nossa redução concessional pudesse, assim, tornar-se mais eficaz.

Devolvo vários artigos originais no caso.

Muito respeitosamente,

J. B. Osborne

Honroso Alvey A. Adeo,

Segundo Assistente de Secretário de Estado

(AEL-UNICAMP, ADEB I, EUA, 04-07-1906, p. 17 à 20. MR0082. Tradução nossa).

7.2.2.1 Expectativa do Departamento de Estado era mais otimista com relação à renovação da lista de produtos importados pelo Brasil dos EUA sob tarifas preferenciais

Na mesma correspondência, o Sr. Osborne reconhece que o telegrama de 14 de novembro com relação a perspectivas para renovação da lista preferencial existente, junto a adições importantes, expressa, em certa medida, a atitude do Departamento. Ou seja, o Sr. Osborne parece considerar que o Departamento de Estado tinha uma expectativa mais otimista sobre os termos da renovação da lista de importações sob tarifas preferenciais de produtos norte-americanos, com a inclusão de mais produtos e/ou tarifas preferenciais maiores.

Diz considerar, pessoalmente, que as reduções preferenciais existentes são concessões importantes, mas, reconhece que não eram suficientes do ponto de vista do Embaixador Griscom, do Cônsul Geral Anderson e do Sr. Stone do Departamento de Comércio e Trabalho.

Informa que houve manifestação de interesse na continuidade da concessão em vigor nos depoimentos dos Srs. Holt & Co., Sr. H. F. Hitch e outros exportadores.

7.2.2.2 Departamento de Estado considera que uma elevação das tarifas gerais sobre importações brasileiras aumentariam o efeito da tarifa preferencial de 20% sobre importações norte-americanas

Ainda na mesma correspondência, o Sr. Osborne conclui que lhe parece contraprodutivo esperar uma redução tarifária preferencial superior a 20% em todas as outras nações do mercado brasileiro, e que a eficácia desta concessão pode aumentar (como no caso de Cuba), até certo ponto, em proporção aritmética com os impostos da tarifa geral brasileira.

Em outras palavras, desde que os impostos brasileiros não tenham caráter proibitivo ou restritivo ao consumo dos artigos, quanto maior o imposto, maior a vantagem a ser aproveitada pelos exportadores americanos de um artigo sujeito à redução preferencial de 20%.

Diz que, embora não tenha feito referência a esse raciocínio nas instruções dadas à embaixada americana em Cuba, os EUA estiveram ansiosos para aumentar os impostos sobre certos artigos para que sua redução concessional pudesse se tornar mais eficaz.

2.3 Considerações sobre as tarifas preferenciais brasileiras sobre produtos norte-americanos como condição para aceitação do plano de valorização do café

Uma vez que o projeto de valorização seria aprovado, para que o Brasil pudesse ter o aval do, então, maior consumidor internacional de café, os EUA (no período, seu consumo era de café e 40% do total) e potencial parceiro no financiamento das retiradas estratégicas de café para manter a oferta internacional compatível com dado preço mínimo, o Brasil anuncia uma redução tarifária de 20% sobre produtos preferenciais, redução que, na verdade, era uma renovação de medida anteriormente tomada em 1904.

Com efeito, a redução tarifária constituiu-se numa jogada de negociação junto à diplomacia americana, pois, pela discussão entre agentes do Departamento de Estado, ponderaram se a medida, conforme tomada pelo Governo brasileiro, era interessante ou não para os americanos. Se a valorização do café brasileiro constituía aumento de custos de produção para os torrefatores americanos e, portanto, redução em suas taxas de lucro, as tarifas preferenciais brasileiras sobre importação de produtos americanos eram apareciam como uma espécie de compensação.

A questão colocada na discussão era em torno da dimensão da medida. Observa-se que, para os agentes do Departamento de Estado norte-americano, o ideal era que a redução fosse maior que 20% e/ou que a redução envolvesse maior quantidade de produtos. No entanto, na impossibilidade de barganhar por estes intentos, ponderaram ser interessante, alternativamente, que o Governo brasileiro aumentasse suas tarifas gerais sobre importações, pois, assim, o efeito sobre a tarifa preferencial de 20% era maior

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve por objeto a descrição e a análise de um conjunto de correspondências trocadas entre agentes da diplomacia norte-americana no ano de 1906, principalmente, entre agentes do Departamento de Estado norte-americano e a Embaixada norte-americana no Brasil, notadamente interessados nos destinos do esquema de valorização então proposto pelo Tratado de Taubaté.

Para tal, foi necessário compreender todas as circunstâncias de formação da economia brasileira até inícios do séc. XX de modo a analisar as principais questões de economia política colocadas à época, pois, haviam divergências sobre como conduzir a questão da crise de superprodução do café que afetava toda a economia nas proximidades do ano chave de 1906.

Parece essencial, na formação econômica do Brasil, o efeito da substituição da mão de obra escrava para o trabalho assalariado que tem início na Lei Eusébio Queiroz e assume forma definitiva com a abolição do trabalho escravo. Isto mudaria completamente o dinamismo econômico da economia primário-exportadora brasileira, pois, se antes os períodos de expansão e recessão cíclicas não produziam efeitos sobre a capacidade de manter o câmbio de padrão-ouro, agora, interesses domésticos assentes na expansão da economia de mercado interno consolidam-se crescentemente. Aos poucos, a política monetária deixa-se impregnar por outros interesses que tão somente fixar o câmbio por política monetária deflacionaria.

É neste contexto que foi analisado as correspondências da diplomacia norte-americana:

A despeito das posições da diplomacia norte-americana e de alguns agentes públicos brasileiros, como o Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores e o Diretor do Departamento de Câmbio do Banco da República - conforme foi observado nas correspondências -, as circunstâncias eram favoráveis à aprovação do esquema de valorização no Congresso, pois, o movimento político em defesa da valorização havia ganhado força.

A emergência desta nova força política - contra o conservadorismo tradicional que defendia o padrão-ouro sob quaisquer sacrifícios em termos de manipulação monetária no sentido de afetar os meios circulantes domésticos em sintonia com as reservas internacionais disponíveis - iria, aparentemente, defender outras formas de obter este objetivo: ao invés de sacrificar a economia doméstica, cujos interesses eram crescentemente consolidados diante da

demanda derivada por bens e serviços a partir das receitas de exportação - criadoras de atividades de mercado interno -, buscava-se, pelo que se pode entender das questões de economia política colocadas, melhorar as reservas externas. O meio seria as políticas de valorização do café. Portanto, até este ponto da exposição, a tendência à aprovação das políticas de valorização demonstrava importante inflexão na economia política tradicional.

A outra questão importante era a respeito da relevância dos Estados Unidos para prosseguir com a política de valorização. Daí que a redução tarifária constituiu-se numa jogada de negociação junto à diplomacia norte-americana, pois, pela discussão entre agentes do Departamento de Estado, ponderavam-se a medida, conforme tomada pelo Governo brasileiro, era interessante ou não para os americanos. Se a valorização do café brasileiro constituía aumento de custos de produção para os torrefatores americanos e, portanto, redução em suas taxas de lucro, as tarifas preferenciais brasileiras sobre importação de produtos americanos apareciam como uma espécie de compensação.

Este estudo constitui a primeira parte da análise dos microfilmes sobre as correspondências da diplomacia norte-americana. Contém apenas as correspondências do ano de 1906. Deverá ser completado, portanto, com os restantes microfilmes, que vão tratar da sequência do plano de valorização até próximo à década de 1920, trazendo um entendimento mais amplo do problema.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. Os Funding Loans Brasileiros – 1898- 1931. Encontro Determinantes do Sucesso Educacional, 31, 2002. Artigo. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 515-540 p.

Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3387/7/PPE_v32_n03_Fundin g.pdf>. Acesso em: 16 de nov. 2019.

BRASIL, Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. Documento do Convênio de Taubaté: Projeto nº. 1. São Paulo, 1906.

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Republica/C_260C/00 01_1906.pdf>. Acesso em: 22 de mar. 2018.

BRITO, Fausto. As Migrações e a Transição para o Trabalho Assalariado no Brasil. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. Artigo. Minas Gerais: UFMG/Cedeplar, 2002. 1-19 p.

Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1113/1076>>. Acesso em: 27 de nov. 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravidão e Dinâmica da População Escrava nas Américas. Rio de Janeiro, v.13, nº. 1, p. 41-53, jan/abr. 1983.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156715>> Acesso em: 28 de nov. 2019.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Enriquecimento e empobrecimento no mundo agrário: Nordeste e Sudeste do Brasil, século XIX. Revista de História Regional. Paraná: Ponta Grossa, v. 24, nº. 1, p. 42-61, jul. 2019.

Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/12425>>. Acesso em: 27 de nov. 2019.

DELGADO, Guilherme. Região Terra e Mão de Obra: Terra e Mão de Obra em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W.; MACAMBRA, J (Org). 50 anos de Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. 230-244 p.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro50An osdeFormacao_Salvador_WEB.pdf>. Acesso em: 27 de nov. 2019.

DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. São Paulo. Arquivos Diplomáticos Estrangeiros sobre o Brasil I: Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP-SP, 2017.

DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. São Paulo. Arquivos Diplomáticos Estrangeiros sobre o Brasil I: Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP-SP, 2017.

EICHENGREEN, BARRY. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. 2ª Edição. São Paulo: 34, 2012. 23-67 p.

FURTADO, CELSO. Formação Econômica do Brasil. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 116 – 161 p.

FURTADO, Celso. Características Gerais da Economia Brasileira. Revista Brasileira de Economia, 1949. 7-37 p.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a Abolição da Escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. R. História, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul, 1989.

Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>>. Acesso em: 18 de out. 2019.

GIL, ANTONIO CARLOS. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JÚNIOR, CID DE OLIVEIRA, BOTELHO. A crise cambial do encilhamento algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado. Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, nº. 2 (1), p. 275-294, jul/dez. 2003.

Disponível em:< <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643069>> Acesso em: 11 set. 2018.

JÚNIOR, FENDT ROBERTO. Investimentos Ingleses no Brasil, 1870-1913 uma avaliação da política brasileira. Fundação de Estudos do Comércio Exterior, 1977.

Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/197/6426>> Acesso em: 14 out. 2019.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda. Os Economistas, 1996.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O Café e o Trabalho “Livre” em Minas Gerais 1870/1920. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.6, nº. 12. p. 73-88. mar./ago., 1986.

Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/download/1243472124_ARQUIVO_analucialanna.pdf> Acesso em: 27 de nov. 2019.

MARCONI, M. DE A. & L., EVA, M.. Fundamentos da Metodologia Científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, JOÃO MANUEL CARDOSO DE. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8ª Edição. Campinas: Editora brasiliense, 1991.

MONTAGNER, DENNYS. A Gestão dos Recursos do Primeiro Programa de Valorização do Café (1906-1914). 2011. 187 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, SP, 2011.

Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_008059ba0da635010d7c7044f3b3db3c>. Acesso em: 22 de mar. 2018.

NETTO, ANTÔNIO DELFIM, O problema do Café no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

OLIVEIRA, M. T. R.; SILVA, M. L. F. O Brasil no padrão-ouro: a Caixa de Conversão de 1906-1914. In: História Econômica & História de Empresas. vol. 4, nº. 1, 2001, p. 83-114.

Disponível em <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/88>> Acesso em: 22 de mar. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 45.ª Impressão, São Paulo: Brasiliense, 1998.

PERISSINOTO, RENATO, M. Classes Dominantes e Hegemonia na República velha. 1991. 251 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Ciências Sociais UNICAMP, São Paulo, SP, 1994.

Disponível em: <https://www.academia.edu/13431510/CLASSES_DOMINANTES_E_HEGEMONIA_NA_REP%C3%9ABLICA_VELHA> Acesso em: 22 de mar de 2018.

SANCHES, ALMIR TEUBL. A Questão de Terras no Início da República: o Registro Torrens e sua (in)aplicação. 2008. 182 p. (Dissertação). Faculdade de Direito, São Paulo, 2008.

Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-03072009-161245/publico/A_questao_de_terras_no_inicio_da_Republica.pdf> Acesso em: 18 de out. 2019.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na província de São Paulo: século XIX. VIII Encontro. Volume 1. Unicamp- Instituto de Economia. São Paulo, 1992.

TAUNAY, AFFONSO de E., Pequena História do Café no Brasil. Edições do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939.

TORELLI, LEANDRO SALMAN. A defesa do café e a política cambial: os interesses da Elite paulista na Primeira República (1898-1920). 2004. 133 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2005.

Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/Torelli-Elite-pol-cambialUnicamp.pdf>> Acesso em: 22 de mar. 2018.

VILARDO, Franceschina. A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República. 1986. 189 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual Campinas, IFCH/Unicamp, São Paulo, 1986.

Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/CAMP_4ff9b4368d822a9fc1a24b38d2803bb4> Acesso em: 14 de nov. 2019.

VIOTTI, Emília da C. Da Senzala à Colônia. 4ª edição. São Paulo: Editora Unesp Fundação, 1998.

YAMAMURA, Robertp Jimmy Hideki. O Estabelecimento das Relações Brasil – Japão no século XIX. Textos de História, v. 4, nº. 1, 1996, 125-148 p.

Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/download/27735/23840>> Acesso em: 19 de dez. 2019.

ANEXOS

MR0082 – 06-03-1906

Anexo com Despacho N. 158 de 20 de Março de 1906

O Tratado de Taubaté

A seguir, a comunicação oficial do Presidente de São Paulo transmitindo a ata da conferência de Taubaté ao Presidente e a resposta deste.

S. Paulo, 02 de março de 1906

Ex. Sr. Presidente da República:

Os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo, tendo celebrado uma Convenção com o objetivo de valorizar o café, regular seu comércio e promover o aumento de seu consumo, tenho a honra, como Presidente da Convenção em que isso foi decidido, de enviar à sua Excia. o original da convenção, para o qual solicito a aprovação necessária, nos termos do N° 16 do art. 48 da Constituição Federal.

A ata desta reunião, que incluo no original, mostra a idéia adotada pelos Presidentes dos três Estados para a solução de nossa questão monetária, uma medida que foi considerada da maior urgência e, portanto, requer da parte de sua Excia. a convocação extraordinária do Congresso Federal para a votação das leis necessárias, nos termos do N° 10 do art. 48 da Constituição Federal.

Aproveito a ocasião para apresentar à sua Excia. as garantias da minha mais alta estima, etc. - Jorge Tibiriçá.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1906.

Ex. Sr. Presidente de Estado.

Com a comunicação da 2ª corrente, me informando que os Estados do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo, firmaram uma convenção com o objetivo de valorizar o café, regular seu comércio e promover o aumento de seu consumo, sua Excia., na qualidade de Presidente da Convenção em que isso foi decidido, submeteu à minha aprovação o original do acordo, nos termos do art. 48, cláusula 16, da Constituição Federal, acrescentando que foi lavrada uma ata da referida reunião, da qual o original também foi enviado a mim, mostrando o plano adotado pelos Presidentes dos três Estados para a solução de nossa questão monetária, medida que foi julgada como da maior urgência e, conseqüentemente, solicita, nos termos do N° 10 do art. 48 da Constituição, uma convocação extraordinária do Congresso Federal para a votação das leis necessárias.

Foi promulgado no art. 8 da Convenção que, para sua execução, um dos estados, o de São Paulo, deve promover as operações de crédito necessárias de até quinze milhões de libras esterlinas, a serem aplicadas como reserva para uma caixa de emissão e conversão, a ser criada pelo Congresso Nacional, para a fixação do valor da moeda, e, ainda que o resultado da emissão contra essa reserva seja empregado na regulação do comércio de café e de sua valorização, sem prejuízo a outras dotações para fins criados por lei - o aspecto original da referida convenção desapareceu.

Nessas circunstâncias, eu deverei submetê-lo, oportunamente, ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, N° 16, da Constituição.

Embora todo o plano da convenção tenha como idéia central as disposições do referido art. 8 e quase inteiramente depende deles, existem, no entanto, medidas, como as que se referem à propaganda e à

melhor preparação do café, à organização de tipos comerciais, à não exportação das qualidades inferiores e ao desenvolvimento do consumo, que, por sua natureza, se enquadram nos atributos das autoridades dos Estados e podem ser executados imediatamente.

No que diz respeito à idéia sugerida de uma convocação extraordinária do Congresso para tomar conhecimento da convenção, devo declarar à sua Excia. que lamento profundamente não considerá-la aceitável, tendo em vista a iminência da data legal de sua reunião ordinária e a circunstância do país ainda estar preocupado com o trabalho de verificação das eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e de Deputados e Senadores para a próxima legislatura.

Apresento à sua Excia. minhas garantias, etc. - Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Anexo com Despacho N. 158 de 20 de Março de 1906

Valorização do Café

A partir da correspondência oficial publicada entre o Presidente da República e o Presidente do Estado de São Paulo, veremos que o Dr. Rodrigues Alves decidiu não aprovar formalmente a Convenção nem convocar uma sessão extraordinária do Congresso para discutir a questão.

Essas decisões foram fortemente criticadas por muitos que estão ansiosos por ver os preços do café mais altos, mas, serão, no geral, reconhecidas como inteiramente razoáveis.

Nada além de complicações embaraçosas poderia ter resultado da convocação especial de uma Câmara dos Deputados já expirada, tão próxima da data legal que está de se formar uma nova, e quanto à aprovação formal da Convenção pelo Presidente da República, constitui um ponto de vista no mínimo plausível considerá-la um ato prematuro visto que depende do Congresso aquilo em que se tornou a idéia central do plano adotado.

Embora, portanto, seja bastante certo que o Dr. Rodrigues Alves individualmente não aprove o plano adotado na Convenção de Taubaté e, portanto, não faria questão de apressá-lo, ainda não há motivos para pensar que ele, de alguma forma, procurará influenciar a decisão do Congresso contra o projeto.

Sendo assim, e vendo que a valorização conta, naturalmente, com muito apoio, consideramos sua adoção pelo Congresso como mais do que provável.

Naturalmente, haverá modificações e compromissos quanto a detalhes, e se o projeto, conforme votado, será considerado realizável é decididamente questionável.

Entre os senadores entendidos como favoráveis à valorização estão os Snrs. Pinheiro Machado e Ruy Barboza, e sua influência assegura os votos do Rio Grande e da Bahia, pelo menos.

Calcula-se, portanto, que esses dois Estados, juntamente com S. Paulo, Minas e Rio, além do Ceará, que também se pronunciou, juntarão os votos de mais de 100 deputados, sendo o poder de voto total desses seis Estados de 127 dos 212 deputados que compõem a Câmara.

Uma maioria na Câmara a favor da valorização parece, portanto, garantida, a menos que seja contra o Dr. Affonso Penna ou Dr. João Pinheiro, o que significaria a perda de 37 importantes votos de Minas.

Essa contingência é, no entanto, bastante improvável, considerando a posição assumida na Convenção pelo Dr. Francisco Salles, o muito estimado Presidente de Minas.

Além disso, o Estado de Minas é fortemente protecionista.